

Opiniãõ

25 de julho de 1975

Cr\$ 5,00

N.º 142

com a edição semanal brasileira do

Le Monde



J. A. Guilhaon Albuquerque, Fernando Henrique Cardoso,
José Álvaro Moisés

O PAPEL DA OPOSIÇÃO

PORTUGAL

O jogo dos socialistas

ARGENTINA

O exército operário

**Dívida externa,
uma ameaça ao modelo**

Minas contra São Paulo

opinião

Diretor
Fernando Gasparian
Redator-Chefe
Argemiro Ferreira
Secretário
Oséas de Carvalho

Editores
Sérgio Augusto, Helena Salem,
Eduardo Ulup, Paulo Sérgio
Markun

Editores-assistentes
Marcos Ribas de Faria, Iza
Freaza, Cláudio Lysias,
Elice Munerato

Arquivo
Grace Dantas Mattos,
José Eduardo Lampreia,
Pedro Luiz Veiga

Conselho de
Colaboradores

Antônio Callado, Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emilio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco C. Welfort.

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda. Diretor: Eurico Amado. Assinatura para o Brasil: Cr\$ 250,00 a anual e Cr\$ 125,00 a semestral; para o exterior: US\$ 50 a anual e US\$ 25 a semestral. Remessa por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida. Redação: Rua Abade Ramos, 78, Jardim Botânico — Rio de Janeiro. Telefones: 246-7466 e 246-4842. Administração: 246-5326. Telex: (212) 2643. Sucursal de São Paulo: Rua Dom José de Barros 239 — 10.º andar. Telefones: 34-2711 e 34-3562. Distribuição: Superbancas Distribuidora de Jornais, Livros e Revistas Ltda. — Rua do Resende 18, Rio de Janeiro; Rua Guaianazes 248, São Paulo. Em Paris, Opinião pode ser encontrado na Librairie Portugaise et Bresilienne (33, Rue Gay Lussac 75005, Paris) e na Librairie Joie de Lire (40, Rue Saint Severin 75005, Paris). Buenos Aires: Calle Lavalle y Florida. Montevideo: Libreria Palacio — Plaza Independencia, Kiosko-18 de Julio y Cuarefm. Lisboa: Eletroliber.

Composto e impresso na Editora Mory Ltda. Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

Além da edição brasileira do LE MONDE OPINIÃO publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas

LE MONDE
L'Observateur

The Washington Post

THE
GUARDIAN

The New York Review

NEW STATESMAN

Campanha de assinaturas

Os leitores interessados em participar da campanha de assinaturas podem solicitar os folhetos explicativos na redação do Rio ou na sucursal de São Paulo, pessoalmente ou pelo correio.

EVIDÊNCIAS

Veto na PUC

O Departamento de Psicologia da PUC, do Rio, dirigido por Aroldo Rodrigues, vetou o nome do professor Chaim Samuel Katz para participar da Semana de Psicanálise, organizada pelos alunos daquela universidade. Não é esta a primeira vez que o sr. Aroldo Rodrigues implica com um colega por discordar das suas idéias. Primeiro professor brasileiro a ser convidado a dar aula no fechadíssimo Collège de France, em Paris, e um dos mais assíduos colaboradores de Opinião, Chaim Samuel Katz iria falar sobre "A Dimensão Metafísica da Psicanálise".

Adesistas e autênticos

Com a eleição do ex-deputado Francisco Pinto para a presidência do diretório do MDB em Feira de Santana, o grupo autêntico da oposição baiana conquistou uma expressiva vitória. No entanto, nem mesmo ela pode compensar ou fazer esquecer a derrota sofrida pelo grupo no resto do estado. Em Salvador, por exemplo, os autênticos foram praticamente impedidos pela maioria adesista de conseguir posições no diretório. O grupo, bastante abalado pela recente série de prisões que atingiu elementos do MDB, ainda teve que enfrentar estranhos métodos eleitorais imaginados pelo líder adesista Nei Ferreira, deputado federal e genro do ex-governador Antônio Balbino.

Ferreira e seus comandados mobilizaram contingentes de moradores dos bairros periféricos da cidade e dos subúrbios que compareciam às urnas já com a chapa adesista devidamente colocada dentro de um envelope. Para que não houvesse qualquer desvio no comportamento desses eleitores os adesistas colocaram vários vigilantes nas dependências do Clube Cruzeiro da Vitória, onde foram realizadas as eleições. Um deles, conhecido por "Sergipinho", é veterano frequentador das páginas policiais dos jornais da capital. A mesa diretora dos trabalhadores era também completamente dominada pelo grupo de Ferreira, que pôde manobrar sem maiores problemas inclusive porque os autênticos não destacaram fiscais para acompanhar as eleições. Talvez por isso tenham sumido misteriosamente 1.500 chapas, substituídas mais tarde por cópias datilografadas. No final, o resultado não poderia ser outro: os adesistas tiveram 1.148 votos e os autênticos apenas 158.

Fatos estranhos

O mês de julho começou, na Universidade Federal do Paraná, com um fato novo: os armários do professor de arqueologia, que estava realizando pesquisas em Traipu, foram arrombados, e o material por ele coletado durante 10 anos espalhado pelos corredores do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. A reitoria abriu inquérito e o professor foi

convidado a voltar urgentemente ao Paraná, para inteirar-se do acontecido.

Não era a primeira vez que coisas estranhas aconteciam nesta universidade. O mesmo Setor de CHLA já estivera na pauta do noticiário jornalístico: anos atrás, Paulo Duarte, diretor da revista *Anhemi*, insistiu em denunciar o comportamento do professor Coronado, que costumava cortar com gilete as páginas dos livros de literatura espanhola que contivessem, a seu ver, mensagens imorais. Para alegria dos alunos paranaenses e tristeza de outros, este professor fixou-se em São José do Rio Preto, São Paulo, onde leciona na Faculdade de Filosofia.

Mas a tradição repressiva manifestou-se novamente este ano. A diretora do Setor de CHLA, Cassiana Lacerda Carollo, publicou um edital, no mês de maio, convidando os alunos a denunciarem os professores que faltarem às aulas, para que o departamento a que pertença o professor faltante tome as devidas providências.

Do jeito que as coisas andam, prevê-se um futuro pouco promissor para os estudantes de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Esperando a justiça

O Tribunal Federal de Recursos julgará brevemente o caso do estudante César de Queiroz Benjamin, que, acusado de ter praticado um crime quando era menor de 17 anos, continua preso. O conflito negativo de foro foi suscitado pelo promotor Humberto Augusto da Silva Ramos, da 3ª Auditoria do Exército, contra a Justiça Comum do estado do Rio de Janeiro.

César continua na prisão, embora o Supremo Tribunal Militar o tenha considerado inimputável, anulando uma condenação de 12 anos de reclusão, imposta pela 1ª Auditoria da Aeronáutica, pela sua participação em um assalto a uma churrascaria carioca.

Depois de anunciada a decisão do STM, seu advogado, Augusto Sussekind de Moraes Rego, vem travando uma batalha judiciária, sem obter, até o momento, a libertação do estudante, mesmo diante de documentos oficiais emitidos por autoridades carcerárias, a favor de sua libertação.

O advogado de César conseguiu documentos comprovando que cessou sua periculosidade — ele goza de prestígio até entre os carcereiros. Mas nada adiantou — nem mesmo o *habeas corpus* impetrado junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O conflito de foro que deve ser julgado em breve poderá adiar ainda mais o término dessa batalha e está sendo encarado com certa estanhada pelos meios forenses militares: para eles, não é muito lógico que o processo retorne, em face da decisão já adotada no STM.

Os pais do jovem, um oficial das Forças Armadas e uma química, estranham que o seu filho não seja posto imediatamente em liberdade, principalmente quando se sabe que sempre teve bom comportamento carcerário e que cessou a alegada "periculosidade".

Exibidores contra a lei

Embora tenham salas e disposição para acolher a inexpugnável invasão do *Kung Fu* e seus sucedâneos, os exibidores brasileiros se declaram sem condições de acatar a recente portaria baixada pelo Instituto Nacional de Cinema, que obriga todos os cinemas a exibir durante 112 dias ao ano apenas filmes nacionais. A Federação Nacional dos Exibidores Cinematográficos enviará até o final desta semana um relatório ao ministro da Educação, Ney Braga, pedindo revogação da portaria. O que não será aceito pelo ministro, perfeitamente informado das mazelas dos exibidores graças a uma série de relatórios que lhe foram preparados pela Embrafilme e pelo próprio Instituto Nacional de Cinema, que gasta anualmente Cr\$ 12 bilhões para fiscalizar os cinemas e ter provas do que boa parte deles — sobretudo em São Paulo — sequer cumpriram os 84 dias de exibição obrigatória até agora em vigor. Como o controle às salas de exibição é feito trimestralmente, até hoje os exibidores, quando pilhados em flagrante, escapavam às multas entrando em acordo de cavalheiros com o presidente em exercício do INC. Quando este saía (o que vem acontecendo com frequência desde a fundação do Instituto), o acordo ficava automaticamente desfeito. E os exibidores voltavam a driblar a lei, até o acordo de cavalheiros com o novo presidente do INC, num ciclo vicioso que o ministro Ney Braga pretende erradicar de vez.

A ameaça do AI-5

Novas denúncias de corrupção eleitoral, envolvendo os deputados Ney Lopes, no Rio Grande do Norte, e Ricardo Fiúza e Inocêncio de Oliveira, em Pernambuco, poderão criar nova crise para o Congresso Nacional — a Câmara, principalmente — no fim do atual recesso. Alguns deputados temem que a apregoada popularidade conquistada pelo AI-5 para acabar com o caso Moreno e punir os implicados, estimule o governo a usá-lo de novo para punir não só os parlamentares acusados, mas também os ex-diretores do DNER — que teve suas contas recusadas pelo Tribunal de Contas da União — e empresários financeiros, que são atualmente objeto de estudos de uma Comissão Geral de Investigação.

A vitória de Chaise

Duas chapas pleitearam os votos dos membros do MDB gaúcho, para a formação do diretório desse partido, em Porto Alegre. O grande vencedor da disputa foi o sr. Sereno Chaise, ex-prefeito da capital sul-riograndense que volta, assim, à militância política, após cumprida a pena de ostracismo que lhe fora imposta, através da suspensão, por 10 anos, de seus direitos políticos.

Quando isso ocorreu, sua esposa, sra. Terezinha Chaise, teve o seu nome sufragado, por

expressiva maioria do eleitorado gaúcho, que a fez sucessora política de seu esposo.

E, recentemente, enquanto outros líderes gaúchos omitiram-se na luta travada nos pampas pela eleição do senador Paulo Brossard, Sereno Chaise não fugiu ao cumprimento do seu dever cívico: pela sua ação, transformou-se num dos grandes fatores da vitória daquele senador.

Administrador dos maiores que Porto Alegre já teve, pela honradez e pelo espírito renovador de sua gestão, Sereno Chaise credenciou-se ao apreço e à admiração dos seus conterrâneos, que vêem na sua militância política um ato de perfeito e legítimo exercício democrático.

Leilão em Minas

Toda a coleção da revista *O Cruzeiro*, pertencente à sucursal mineira dos Diários Associados (o primeiro número foi publicado em 1928), foi leiloada pela Justiça de Belo Horizonte para pagar o débito que a revista mantinha com o repórter fotográfico Ildeu Moreira. A coleção, considerada uma raridade e importante documento histórico, foi arrematada por 18 mil cruzeiros. *O Cruzeiro* devia 90 mil cruzeiros ao repórter.

Direita e esquerda

Durante uma hora o comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Mello, falou sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento no Brasil, na aula inaugural do ciclo de conferências da ADESG, em São Paulo.

Entre outras coisas, o general Ednardo referiu-se aos que "inocentemente, por não conhecer o inimigo e suas técnicas, cooperam em campanhas que aparentemente são lógicas, mas que no fundo são

concebidas e dirigidas pelos fascistas vermelhos, participando, assim, daquilo que nós chamamos de orquestração, isto é, repetição constante de *slogans*, palavras de ordem, ditos sugestivos, idéias etc. em todo o país, dando a impressão de que aquilo tudo está sendo apoiado pela quase totalidade da população. Agora mesmo, vemos em todo o Brasil uma orquestração contra entidades que não pregam violência, não pregam o racismo, ateísmo, nem mudança de regime, mas apenas a luta contra o totalitarismo vermelho, em defesa da democracia".

Sem esclarecer se a TFP (Sociedade de Tradição, Família e Propriedade) é uma dessas entidades, o general Ednardo acrescentou:

"Surge então, contra estas instituições, aquela clássica, batida e sobretudo idiota acusação: são associações de direita".

Em seguida, o comandante do II Exército oferece sua contribuição ao debate ideológico:

"Essa questão de direita e esquerda é uma das peças básicas da ação psicológica dos comunistas, da ação vermelha. E por quê? Porque a tal direita é associada logicamente ao nazismo e ao fascismo, que estão mais do que desmoralizados perante a opinião pública. E, assim, ser fascista ou nazista é altamente negativo. Significa violência, racismo, radicalismo, em última análise, tudo o que é mal. Então eu pergunto: Onde fica a democracia? E muita gente responde, tranqüila e inocentemente: no centro, é lógico.

"Aí está o nosso grande erro — o de colocar comunismo e nazismo como antípodas e a democracia como intermediária entre os dois sistemas extremos. Esta colocação, na verdade, predispõe a simpatia pela tal esquerda, pois ela é apresentada como a grande opositora da ideologia execrada por todos os povos".

Leia e
assine
Opinião

O PAPEL DA OPOSIÇÃO



As últimas eleições foram uma materialização da consciência política dos brasileiros. E colocaram em relevo o papel da oposição parlamentar, já que os eleitores identificaram, no MDB, senão um instrumento, pelo menos um símbolo capaz de expressar suas aspirações.



Investigando a grande vitória

Quais as verdadeiras razões para a expressiva vitória do MDB, que se transformou de agremiação minoritária e prestes a desfalecer no partido que controla as Assembléias de alguns dos maiores estados brasileiros e detém uma representação nada desprezível no Congresso Nacional?

A pergunta, que permaneceu no ar durante os oito meses que nos separam de 15 de novembro de 1974, recebeu tantas respostas quantas foram as alternativas oferecidas a cada passo da caminhada política brasileira.

E a resposta dos pesquisadores e cientistas sociais que se debruçam sobre o panorama político do Brasil surge, agora, no livro *Os Partidos e as Eleições de 1974* (seis estudos sobre o pleito), a ser lançado pela Editora Paz e Terra.

As pesquisas — Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier, Carlos Estevam Martins, Vilmar E. Faria, Verena Martinez-Alier, Armando Boito Júnior, Fábio Wanderley Reis e Helgio Trindade analisaram as eleições em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Verificaram a quantas andou a tão propalada liberdade na campanha eleitoral entre os paulistas, estudaram os partidos e os deputados em São Paulo, as variações interregionais do pleito no estado e a repercussão desse debate entre os bóias-frias, trabalhadores volantes do campo.

O resultado dessas pesquisas e interpretações, que diferem em métodos e até conceituações, não deixa de ser traduzível em algumas conclusões mais genéricas. As eleições de novembro do ano passado, conforme atestam pesquisas em três centros urbanos distintos — São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre — foram

uma materialização da consciência política coletiva dos brasileiros.

Os eleitores, apesar das limitações do sistema e de restrições impostas à campanha entraram para valer no jogo eleitoral. A drástica redução dos votos nulos e brancos fez com que o voto readquirisse, senão sua característica de instrumento de poder, pelo menos a de instrumento de expressão.

Nas pesquisas, caem por terra lendas e mitos que cercam o panorama político brasileiro e desaparecem os ademanos apostos aos resultados do 15 de novembro, como a redução das arestas de uma realidade que as apurações deixaram bem marcada.

Bolívar Lamounier identificou — seus colegas confirmaram em Belo Horizonte e no Rio Grande do Sul — uma relativa coerência ideológica na votação do MDB. Numa pesquisa com eleitores paulistas, Lamounier constatou que os emedebistas são majoritariamente a favor do voto direto, da escolha democrática mesmo com o risco da ineficiência e demonstram, de maneira mais incisiva que os arenistas, a confiança na decisão popular e a crítica às injustiças sociais.

De modo geral, concluem os estudiosos, comprovou-se que o MDB ficou caracterizado pelo menos como o símbolo do partido dos mais pobres, como o partido do povo (em contraposição ao partido do governo) embora não exclusivamente dele.

Raízes profundas — Desde o Rio Grande do Sul, marcado pela sobrevivência do populismo, até Minas Gerais, passando por São Paulo, as análises e os números atestam que o espantoso resultado colhido pela oposição parlamentar tem raízes bem mais profundas que as apresentadas

pelos arautos oficiais, para explicar a derrota da Arena. Essas raízes ligam o MDB ao grosso filão dos partidos populares — ou populistas — que sempre se opuseram às agremiações elitistas e conservadoras, no quadro político brasileiro. E que, em todas as oportunidades em que catalisaram o interesse do eleitorado, foram majoritários.

Em outras palavras: o sentimento de oposição, esse conjunto de interesses que foram projetados sobre o MDB não são recentes, nem episódicos. As últimas eleições foram apenas um momento em que os eleitores que deles compartilham abandonaram o voto nulo e branco, assumindo no jogo eleitoral.

Esse mesmo fenômeno pode ser constatado até mesmo entre os bóias-frias da região de Campinas, que estão, no dizer dos sociólogos, no limiar da cidadania. Embora entre eles a descrença no sistema representativo e nas possibilidades de levar a sério as eleições seja bem maior que as camadas urbanas, o próprio desenrolar da campanha terminou fazendo com que eles adotassem uma certa distinção entre os dois partidos: o dos pobres (MDB) e o dos ricos, a Arena.

O papel da oposição — É essa representação, ou simbolização, atribuída ao MDB, somada ao grau de consistência política descoberto nos eleitores e aos impedimentos a uma vida política normal, que complicam e põem em relevo o papel da oposição parlamentar no Brasil.

Um papel difícil, sem um roteiro mais preciso a ser seguido e que precisa ser cumprido, apesar das regras do jogo.

Não basta apenas manter o rumo da oposição na trilha com que atingiu o

ponto alto de novembro de 1974 (democratização mais correções no modelo de desenvolvimento) o que, diga-se de passagem, é muito mais difícil fora do período pré-eleitoral. Mas, além de martelar os temas da campanha vitoriosa, procurando transformá-los em avanços palpáveis, o MDB precisa colaborar ativamente com a desobstrução dos canais de participação, em todos os níveis da vida nacional.

O que vale dizer, inclusive (primeiramente, talvez), os canais internos da estrutura partidária, ainda recobertos pelo limo da burocracia, das dissensões pessoais e do clientelismo político tradicional.

Esse trabalho se demonstra ainda mais complexo, quando se sabe que desde os que atribuem a vitória do MDB a razões etéreas (a inflação importada) lembrando o *Cacareco*, até os que proclamam a desilusão das massas, que teriam sido atraídas pelo engodo da campanha reformista quase todos parecem demonstrar um grau muito reduzido de confiança nas perspectivas de sobrevivência dessa oposição parlamentar. Uns porque não admitem nem a idéia de vê-la realmente ampliando os canais de participação e outros, porque essa possibilidade ainda distante eliminaria o argumento fácil do quanto pior, melhor.

A quem interessa? — A verdade é que entre os que hoje se lançam à tarefa de interpretar o momento político, empregando métodos nada ortodoxos (que incluem, por exemplo, um exame diário dos boletins emitidos por certos hospitais especializados) não são poucos os que transformam o MDB no bode

expiatório da chamada conjuntura nacional, um espantalho capaz de atrair todos os urubus.

Mas o que esses analistas precisam reconhecer é que o futuro do quadro político não interessa apenas a eles. E que, se o bipartidarismo introduzido à força na realidade nacional, pelo Ato Institucional n.º 2 impediu, durante quase oito anos qualquer expressão dos interesses do eleitorado (até as últimas eleições, em que houve uma mudança importante) não dá certo, não será outro esquema imposto de cima para baixo que resolverá os problemas, seja de que lado for

Ou, como aponta Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier na introdução do livro:

“A questão da democracia no Brasil — ou de sua falta — não decorre nem depende da imaturidade da massa, de sua desorganização, ou de sua imaturidade para escolher. Os dados aqui apresentados mostram que, se há falhas (pois parece que antes há interesses divergentes do que falhas) elas derivam da miopia ou da esperteza (que às vezes são a mesma coisa) das elites políticas que não se animam a enfrentar os verdadeiros problemas da representatividade e da democratização. Estes começam pela necessidade de reconhecer que, numa sociedade urbanizada e em processo de industrialização, caracterizada, portanto, pela presença ativa de trabalhadores e assalariados e pela diversidade de grupos, classes e frações de classes, a homogeneidade simbólica que a antiga democracia de clubes elitistas, a República Velha, ou mesmo a *lu* 1946 é inviável. Ela só se obtém pela força e pelos Atos, como simulação”

O POVO E O VOTO

J.A. Guilhon Albuquerque

A análise dos dados eleitorais pode ser efetuada em pelo menos duas direções que, se não se excluem, certamente levam em conta fenômenos diferentes. A compreensão do fenômeno eleitoral — particularmente em casos surpreendentes como o do 15 de novembro de 1974 — pode ser um instrumento para a utilização dos fatores que levaram o MDB à vitória nas urnas, permitindo assim uma capitalização de tendências eleitorais para um ou outro partido. Por outro lado, a compreensão do plebiscito de 15 de novembro pode levar a uma reflexão sobre as condições de representatividade dos dois partidos.

É importante levar em conta esta distinção, pelo menos com respeito ao que se poderia chamar grosseiramente de eleitorado flutuante. Isto é, os

fatores que levaram grande parte do eleitorado flutuante a aderir às teses do MDB poderiam, abstratamente falando, ser manipulados no sentido de obter ou aumentar a adesão a uma das duas legendas. Mas a conquista da parte do eleitorado mais consistentemente vinculada a um dos partidos não poderia ser obtida sem que se alterassem as relações de identificação social ou política que estão por trás desse vínculo.

Por outro lado, uma reformulação dos métodos partidários no sentido de ampliar ou inverter as tendências do eleitorado flutuante poderiam pôr em xeque a representatividade que garante a vinculação partidária da outra parte do eleitorado.

Na realidade, o problema é bem mais complexo do que isso; em primeiro lugar, porque uma parte

significativa dos votos que surpreenderam as previsões não foi proveniente do que se poderia chamar legitimamente de eleitorado flutuante (indecisos, sem preferência partidária ou de preferência partidária flutuante), mas teve origem na massa de votos brancos e nulos de outros pleitos. E nada indica que os fatores que levaram essa massa a votar no programa do MDB sejam da mesma natureza dos que determinaram a tendência dos “votos flutuantes”

Em segundo lugar — pelo menos é o que revelaram ou lembraram as pesquisas eleitorais agora publicadas —, porque não se pode falar propriamente em fatores que definam preferências partidárias a longo prazo ou a decisão imediata de

votos (em branco, em um ou em outro partido). Isto é, não se trata de fatores independentes e isolados, que se combinam diferentemente num caso e no outro. A preferência partidária no Brasil — e não somente no Brasil urbano, como demonstra a análise histórica de Hélgio Trindade — é uma tendência estrutural, cuja consistência, vinculada à situação sócio-econômica do eleitorado e à evolução econômica e política da sociedade brasileira, remonta a 30 anos atrás, quando da redemocratização, ao fim do Estado Novo.

Em outras palavras, a polarização do voto, no Rio Grande do Sul, entre partidos de representação popular e partidos conservadores — que remonta aos últimos 20 anos segundo H. Trindade —, e as análises do eleitorado paulistano nos últimos 30 anos —

agora revalidadas por B. Lamounier — revelam a persistência de uma identificação eleitoral marcadamente popular.

Ou seja, pode-se falar num voto significativamente consistente e persistente no tempo, fortemente vinculado à situação sócio-econômica do eleitorado e ao que se poderia chamar de identificação popular e que, na última década, tem determinado o voto de oposição. Por outro lado, pode-se falar também num voto igualmente vinculado à situação sócio-econômica, mas de maneira menos marcante, e com forte identificação elitista e autoritária, que determinou, das eleições de 1966 para cá, o voto governista.

Quando se analisam as grandes variações nos resultados eleitorais, por outro lado, não se pode afirmar a ocorrência de variações nas tendências do eleitorado, mas simplesmente na decisão de votar. Essas variações são, portanto, absolutamente conjunturais e resultam de condições excepcionais da situação política.

Ou seja, quando se compara o voto de 1966 com as eleições vizinhas de 62 e 68, ou o de 1970, com as de 68 e 74, verifica-se que as vitórias eleitorais da Arena não foram devidas a inversões de tendências do eleitorado, mas a fenômenos que incidiram diretamente na decisão de votar no MDB ou de votar simplesmente. Naqueles momentos, o esvaziamento da legenda do MDB não se deveu a uma capitalização de votos pelo partido do governo, mas a um número excepcional de votos brancos e nulos (tendência que não desapareceu totalmente, mas permanece significativamente maior do que nos períodos de plenitude democrática).

Se as tendências não se invertem, mas tiveram como consequência decisões de voto diferentes, pode-se dizer que, nesses últimos 30 anos, manteve-se o crescimento estável de um eleitorado identificado com partidos de feição popular e a estabilidade ou o decréscimo relativo de um eleitorado identificado com partidos de feição elitista e autoritária. Pode-se, portanto, justificar a hipótese de que o fenômeno que está na base dessa tendência, uma marcada identidade popular, não parou de crescer em todo o período, agregando-se a ela setores significativos da juventude e de camadas sócio-econômicas imediatamente superiores.

É preciso distinguir aqui três níveis de fenômenos. Em primeiro lugar, a constituição de uma identidade popular, extremamente persistente, que tende a um crescimento estável com a imigração urbana, que leva a um crescimento relativo da base social dessa identidade popular, e que só tende a reforçá-la, e não a fragmentá-la como se supôs durante muito tempo, nas análises do processo de urbanização vertiginosa que caracteriza os países subdesenvolvidos. Esse fenômeno de identificação popular das camadas mais baixas — e mais numerosas — e da estratificação social tem-se mantido estreitamente associado a uma tendência de preferência partidária notavelmente consistente. Em outras palavras, o voto das camadas mais baixas da população tem-se mantido notavelmente associado aos partidos trabalhistas e populistas e, após a introdução do bipartidarismo, à oposição.

Mas a tendência ao voto da oposição na última década não depende somente da identificação popular do eleitorado, mas reflete uma tendência também do eleitorado jovem e das camadas sócio-econômicas imediatamente superiores às que formam o núcleo do eleitorado popular.

O que é interessante notar — embora os únicos dados que o sugiram sejam as análises de eleições passadas do Rio Grande do Sul, que os resultados atuais de Belo Horizonte e São Paulo parecem confirmar — é que a maior consistência entre esses dois níveis de fenômenos e a decisão de voto aparece nas camadas populares. Isto é, a persistência de um fenômeno de identificação popular tem-se mantido estreitamente associada à tendência a identificar-se com a legenda da oposição e a votar na oposição.

À contrário, a tendência à identificação partidária entre os jovens e as camadas sociais mais elevadas nem sempre é coerentemente associada à decisão de votar no MDB. Ou seja, onde foi possível analisar dados relativos aos votos nulos e brancos, tanto nas últimas eleições quanto nas de 1966, o fenômeno foi marcadamente mais elevado nas camadas médias e superiores, qualquer que seja o indicador de situação sócio-econômica e sobretudo quanto aos indicadores de grau de instrução.

Paradoxalmente, portanto, a consistência do comportamento eleitoral é significativamente maior nas camadas mais pobres, de menor grau de instrução e acesso mais recente à "cultura urbana" do que nos grupos sociais de maior nível de renda e grau de instrução, supostamente mais informados e politizados.

Por outro lado, a menor consistência no comportamento eleitoral não indica necessariamente que esses grupos sociais específicos (jovens altamente escolarizados e de níveis de renda familiar média e médio-alta) constituam um "eleitorado flutuante". Efetivamente, comparando-se os votos de 66 e 68 de 70 e 74, podem-se notar duas coisas:

1. Uma nítida equivalência entre a proporção significativa maior de votos brancos e nulos nas zonas eleitorais predominantemente de classe média, nas eleições de 66 e 70, e o crescimento proporcionalmente maior do MDB nessas mesmas zonas em 68 e 74.

2. Nas eleições de 74, um aumento desproporcional do voto de oposição nas camadas mais jovens, de escolaridade e nível de renda mais elevados, combinado com a persistência de votos brancos e nulos em proporção mais elevada do que nas outras camadas da população.

Portanto, a inconsistência da atitude eleitoral encobre uma consistência de tendência oposicionista. O que ocorre é que, nas eleições em que o sistema institucional foi duramente atingido (66 e 70), a tendência oposicionista dessas camadas persistiu, mas manifestou-se numa atitude de *desafeição ao sistema institucional*. Ao contrário, nas eleições em que o sistema institucional pareceu capaz de canalizar reivindicações de oposição, a mesma tendência se manifestou numa atitude de *voto de oposição*. Assim sendo, a aparente inconsistência das atitudes políticas desse setor da população revela, finalmente, uma forte correlação entre a situação sócio-econômica desta parte do eleitorado, sua tendência oposicionista persistente, e a atitude eleitoral, sendo esta última especificada pela percepção que tem da permeabilidade do sistema institucional à mudança.

A partir dessas considerações, torna-se possível abordar uma breve análise da representatividade e das perspectivas eleitorais dos dois partidos nos próximos pleitos. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem reconstituir a imagem de identificação que parece servir de suporte às preferências partidárias e à decisão de voto. Mas algumas das questões já apuradas tornam possível examinar alguns indícios que parecem representar cada partido para o respectivo eleitorado.

A primeira diferença significativa se encontra no que poderíamos chamar de referência social ou representação social dos partidos. Os eleitores do MDB parecem tender, mais do que os arenistas, a identificar seus candidatos e o partido com a defesa de interesses sociais, e especificamente das camadas mais pobres da população. Enquanto os eleitores da Arena parecem situar o partido acima de interesses sociais específicos. Nos dados referentes a Belo Horizonte, os eleitores emedebistas baseiam sua preferência partidária, muito mais freqüentemente do que os arenistas, numa identificação entre os partidos e grupos sócio-econômicos. Entre o eleitorado de baixo nível de instrução, essa preferência social envolve 50% das

razões, apontadas pelos que sempre preferiram o MDB, enquanto entre os partidários da Arena e de nível de instrução elevada, a referência a grupos sociais não chega a alcançar 6 por cento. Em São Paulo, a identificação entre o MDB e os interesses dos pobres, operários etc. representa 36% das razões invocadas pelos emedebistas, enquanto o conjunto das referências sociais dos arenistas (pobres ou classe média ou ricos e classe alta) não alcança 18 por cento. Em compensação, quase 2/3 do eleitorado arenista paulistano invocam a nação — portanto acima das diferenças sociais — como principal beneficiária da ação partidária.

Iso parece ser confirmado pelas diferenças partidárias invocadas pelo eleitorado arenista em Belo Horizonte. As respostas que melhor distinguem os arenistas dos outros são as que atribuem as diferenças partidárias ao fato de a Arena deter o poder ou de ser competente e eficaz.

Essa qualidade intrínseca ao partido do governo, que visa a nação acima das diferenças sociais, não pode ser submetida ao controle público nem à vontade social: o voto indireto pode ser uma garantia de que essa competência não será posta em risco, porque o povo não sabe escolher. E, em último caso, a ter um governo ineficiente o melhor é não ter que elegê-lo. (Ver a tabela.) "qualidade de vida": equipamentos

Fica assim bem caracterizada a totalidade elitista do eleitorado fiel à Arena. Trata-se de um setor da população que claramente se desvincula das camadas populares, identificando-se com uma elite automeada e auto-encarregada de conduzir os negócios da nação, mesmo contra a vontade de sua maioria. Nesse sentido, a Arena, como herdeira dos partidos conservadores e antipopulistas, parece representar efetivamente este setor da população, ao contrário do que supusemos anteriormente. Mas é uma representação sem consequências políticas, na medida em que tanto representados quanto representantes parecem concordar com a inutilidade ou a ilegitimidade da representação de interesses.

Temos, portanto, uma situação paradoxal, em que um setor do eleitorado, embora efetivamente representado, não confere legitimidade a seus representantes, que correm a todo momento o risco de serem abandonados. Por outro lado, um partido reconhecido por seus próprios eleitores mais como partido do governo (o que está no poder) do que como sua representação, mas que efetivamente representa tendências do eleitorado, embora defina sua própria autoridade pela competência e não pela representatividade. E que, portanto, pode-se sentir inteiramente livre, a todo momento, para abandonar suas próprias bases eleitorais.

Não é difícil entender, nessas duas tendências, que se completam com lógica irrepreensível as causas do desbaratamento das bases eleitorais arenistas nas últimas eleições. Se, por um lado, foi seu desvinculamento da lógica da representatividade que tornou possível que as Arenas estaduais engolissem sapos para referendar o esquema imposto através de Petrólio Portela, por outro lado, a não-legitimidade da representação, por

ele mesmo admitida, tornou fácil para parte do eleitorado arenista sufragar — em parte, pelo menos, do que foi chamado voto de protesto — a legenda do MDB.

A representação oposicionista encontra problema semelhante. Conforme já foi sugerido acima, o eleitorado de oposição comporta pelo menos dois setores distintos. Um, em que o voto está ligado a uma preferência partidária profundamente sedimentada numa tradição de identificação popular, geralmente subestimada. E outro em que o voto independe da preferência partidária, e nem há identificação popular. Mas o voto e preferência partidária dependem ambos de um inconformismo político que só se manifesta em participação quando tanto a linha partidária quanto os canais institucionais da vida política emprestam credibilidade ao voto como manifestação desse inconformismo político.

Se isso é verdade, as perspectivas eleitorais do MDB podem ser analisadas pelo menos de dois pontos de vista. Por um lado, a manutenção e a expansão de seu eleitorado fiel, de origem popular, não parece constituir problema. A fidelidade às legendas do feito populista, ao longo das idas e vindas da vida partidária, dos avanços e retrocessos nos programas dos partidos e de seus membros, parecem indicar uma falta de alternativa para as massas populares. Falta de alternativa que se reforçou tanto mais, na última década, quando se extinguiu a pluralidade partidária e governo, Estado e autoridades locais passaram a confundir-se em uma única linguagem explicitamente antipopular. Desta forma, bastaria uma presença maior do partido oposicionista junto às massas populares — e parece que as campanhas eleitorais já servem para marcar essa presença — para que o MDB consolide e aumente seu eleitorado.

Poderia parecer que essa consolidação e expansão dependem de uma maior concentração do partido oposicionista nos temas de nítida feição popular; basicamente salários e custo de vida, com maior ou menor sofisticação quanto à chamada "qualidade de vida": equipamentos coletivos, saneamento básico etc.

A dificuldade própria do MDB estaria, assim, em que a consolidação e a expansão de seu eleitorado popular passariam pelo risco de nova desafeição de seu eleitorado "político", com nova volta dos votos em branco na medida mesma em que renunciasses a seus temas institucionais. A verdade, no entanto, é que a comparação entre as reações dos eleitorados arenista e emedebista não deixam margem de dúvida quanto ao interesse do conjunto do eleitorado de oposição pelos temas institucionais. Não é a questão de redistribuição de rendas que divide o eleitorado, pois praticamente não há diferenças entre as opiniões do eleitorado emedebista e o conjunto do eleitorado quanto aos efeitos nefastos da política de concentração de rendas. É verdade que 87% do eleitorado emedebista se sente preocupado pelo problema, contra 62% da Arena (de qualquer modo, quase 2/3 do eleitorado arenista), mas também 82% dos eleitores sem preferência partidária concordam com a urgência da redistribuição de rendas e, no total, 80% do eleitorado em seu conjunto

Na verdade, três questões distinguem efetivamente o eleitorado emedebista do eleitorado governista (2) e, o que é mais importante, do conjunto do eleitorado, e, em primeiro lugar, a questão da *soberania popular*. Esta questão — assim formulada na pesquisa paulista: "o povo sabe o que faz quando escolhe candidatos para votar" — divide exatamente ao meio o eleitorado (52% a favor e 48% contra). Mas enquanto cerca de 2/3 do eleitorado com preferência emedebista concordam com a afirmação da soberania popular, apenas 40% dos eleitores arenistas e dos sem preferência partidária concordam com a mesma (39% e 43% respectivamente). Em segundo lugar, o eleitorado

emedebista parece rejeitar mais nitidamente do que os outros o autoritarismo tecnocrático. Quase a metade do eleitorado com preferência emedebista concorda com a afirmação: "Governo eleito, mesmo com risco de ineficiência", afirmação que é rejeitada por 80% do eleitorado arenista. O que é mais importante é que a preferência pelo MDB inverte a tendência do eleitorado em geral, já que 61% deste rejeitam a afirmação.

Por fim, uma questão eminentemente político-institucional distingue claramente os oposicionistas dos que preferem o partido do governo. Enquanto 78% do eleitorado com preferência pelo MDB concordam com que "o voto direto é melhor do que o voto indireto", apenas 44% dos que preferem a Arena têm a mesma opinião. Embora a diferença de porcentagem seja maior do que na questão anterior, o eleitorado emedebista acompanha aqui uma tendência geral do eleitorado, já que 68% do total preferem igualmente eleições diretas.

Resta saber se não é preciso somente insistir sobre o que distingue o eleitorado do MDB com relação à Arena, mas também evitar o que o separa do conjunto do eleitorado, especialmente do chamado eleitorado "flutuante". Mas é forçoso constatar que, com exceção de uma questão em que todos estão de acordo (os benefícios das controvérsias entre partidos), o eleitorado sem preferência partidária geralmente acompanha o eleitorado de preferência emedebista: a menor diferença de porcentagem entre as opiniões arenistas e emedebistas é ainda assim superior à maior distância que separa emedebistas e os sem preferência partidária.

De modo que convém repetir o que as análises políticas de Opinião vêm repetindo desde que os primeiros resultados eleitorais se tornaram conhecidos, e antes que a investigação empírica o viesse confirmar: a insatisfação conjuntural provocada pelo custo de vida é geral, e o seu reconhecimento por ambos os partidos não sensibilizou as massas da mesma maneira; o que fez plebiscitar a legenda do MDB foi a *ligação entre problemas econômicos e soluções políticas*. Isso se verifica claramente quando se considera o conjunto das opiniões expressas por partidários das duas correntes: se 87% de eleitores emedebistas concordam em que é hora de modificar a distribuição de rendas, 78% afirmam também a primazia do voto direto e, além disso, 62% concordam com a sabedoria da escolha popular; mas se 62%, portanto quase 2/3 do eleitorado de tendência arenista, também condenam a concentração de rendas, apenas 20% preferem um governo eleito mesmo com risco de ineficiência, e, além disso, 61% desconfiam, pura e simplesmente, da sabedoria do voto popular.

Fica claro, portanto, que a consolidação e a expansão da vitória eleitoral do MDB estão vinculadas a sua capacidade de aparecer, ao mesmo tempo, como partido identificado com os interesses populares e como partido de oposição. E embora a consolidação da penetração do MDB nas camadas não populares, que lhe carregaram votos no 15 de novembro, exija uma tonalidade específica na campanha eleitoral e na representação parlamentar, não parece haver contradição entre os dois setores eleitorais do partido. Ao contrário, enquanto permanecer identificado com os interesses populares e marcar sua oposição à situação político-institucional, o MDB terá o voto de todos aqueles que, ao contrário dos 80% do eleitorado arenista em São Paulo,

(1) Dados apresentados por B. Lamounier.

(2) B. Lamounier mostrou que os coeficientes de associação (medida não paramétrica de "correlação") só são significativos entre estas questões, tanto nas respostas de "emedebistas" quanto de "arenistas" ou dos sem preferência partidária.

Opinião sobre alguns temas da campanha eleitoral ou segundo preferência partidária em São Paulo (1)

Não concordam que:	Arena	Total da amostra
1. Voto direto melhor do que voto indireto:	65,0	32,0
2. Governo eleito mesmo com risco de ineficiência:	80,0	61,0
3. O povo sabe o que faz quando escolhe os candidatos:	61,0	48,0

SABs, uma nova força

José Alvaro Moisés

A política é, para muitos, a arte dos governantes obterem — sem a necessidade do uso direto da força ou da manipulação — o apoio e o consentimento de seus governados. Esse consentimento — espécie de *vontade geral* que necessita ser forjada — é o que dá legitimidade a um sistema político, tornando a dominação exercida por um grupo social sobre os demais não apenas suportável, mas mesmo desejável, dado que dessa forma ela aparece, não como realmente é, mas como algo perfeitamente natural e coerente com as expectativas cotidianas dos cidadãos comuns.

A política brasileira dos últimos 11 anos, entretanto, não tem sabido beber no poço de sabedoria dos clássicos do pensamento político e, muito pelo contrário, tem-nos dado lições profundas de um autoritarismo, para o qual a vontade e o querer dos grupos fora do poder (ou da burocracia do aparelho do Estado) pouco ou nada contam, a não ser para aceitar o que é autocraticamente decidido de cima e imposto aos que estão embaixo. Os resultados, todo mundo sabe, não são muito positivos e, só de leve, começaram a aparecer na avalanche dos votos de protesto dados à oposição em 15 de novembro passado.

Polêmica semântica — Talvez por isso mesmo (apesar de haver quem sustente o contrário), só muito recentemente, isto é, depois que o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República e iniciou o processo em torno do qual se desenvolve hoje essa curiosa polêmica semântica (a saber, se o processo é de *distensão* ou de *abertura*) é que surgiram alguns sinais que pareciam apontar na direção oposta à mencionada acima. Com distensão ou abertura, as forças representadas pelo presidente parecem desejar afrouxar as amarras rígidas do autoritarismo.

Contudo, não é fácil, após tão longo e profundo período de prática autoritária, com todas as implicações ideológicas e culturais que ela naturalmente traz, reorientar de repente a consciência dos atores políticos, particularmente os que detêm em suas mãos alguma parcela de poder, de forma que eles compreendam as exigências reais postas por aquilo que se deseja que seja um novo período de nossa história: a redemocratização. Aliás, o desafio se insinua tanto para os que estão de posse de setores do aparelho do Estado quanto para os que estão totalmente fora dele. Por isso, é sempre bom recordar que essa dita democratização — se realmente desejada — deve ser conquistada, e não esperada, até que caia dos céus, como se os tempos ainda fossem os da prodigalidade das chuvas de maná.

Lição nova e importante — Nesse sentido, o prefeito nomeado de São Paulo, sr. Olavo Setúbal, tão logo se investe de suas novas funções (ele era até há pouco diretor de um banco privado) e já é brindado por uma inesperada surpresa, cuja raiz não é apenas a sua inexperiência no ramo.

No afã de satisfazer as imensas preocupações do governador Paulo Egydio com as eleições municipais do próximo ano, Setúbal decidiu, duas semanas atrás, que dali por diante só receberia em seu gabinete os presidentes das Sociedades dos Amigos de Bairros, que se espalham por toda a periferia da metrópole, quando eles estivessem acompanhados de um vereador. Como se sabe, as SABs — como são conhecidas as associações de bairro — são organismos que aglutinam as populações periféricas que buscam reivindicar melhorias urbanas para os seus bairros e vilas afastados do centro e dos Jardins, as áreas privilegiadas de São Paulo.

Ao querer obrigá-las a vir reivindicar acompanhadas de um político, o novo prefeito de São Paulo quis oficializar, praticamente, o *clientelismo* que ainda caracteriza a atuação de algumas das SABs. Atendidas as reivindicações, as SABs teriam de se comprometer com o vereador ou deputado que tivesse servido de elemento de ligação entre elas e o prefeito. Como o prefeito é da Arena, assim como a maioria dos vereadores da Câmara de São Paulo, é natural que ele tendesse a receber apenas os políticos que sejam de sua reconhecida confiança.

Porém, para surpresa do sr. Olavo Setúbal e de todos aqueles que não cansam de insistir que as classes populares urbanas não tomam iniciativa, quando em face aos desafios políticos, tão logo se anunciou a esdrúxula decisão do prefeito, uma onda de protestos irrompeu entre dirigentes (1) das entidades de bairros que passaram, então, a contestar tanto o direito de o prefeito obrigá-lo ao que quer, quanto afirmaram a sua decisão de abandonar a prática de procurar o seu gabinete (o que normalmente acontece uma vez por mês), até que ele volte atrás em sua decisão.

O precedente é importante, porque se as associações de bairros tivessem aceito a decisão do prefeito de São Paulo teriam, simplesmente, selado um pacto que visa, claramente, a diminuir ainda mais o pouco de autonomia que ainda resta a esses organismos, criados a partir do início dos anos 50 como grupos de pressão destinados a defender a qualidade de vida das populações situadas nos mais baixos escalões da pirâmide social brasileira. A sua recusa abre, para a sua atuação, uma nova perspectiva que indica que os setores populares buscam formas novas de participar da política e essas formas não têm nada a ver com a passividade que muitos querem ver neles.

Criatividade popular — Talvez seja importante recordar que, ao menos no caso de São Paulo (2), as SABs se constituem, provavelmente, nos últimos exemplos de organismos inventados e criados pela iniciativa popular como formas de reivindicar

melhorias e participação diante dos poderes públicos. Elas começaram a surgir no pós-guerra, com a redemocratização que se seguiu à queda de Vargas, mas cresceram e se espalharam por toda a periferia da metrópole a partir dos primeiros anos 50, quando o "janismo" compreendeu o seu significado e emprestou a elas um impulso decisivo.

Apesar do impulso do populismo, elas nasceram e se desenvolveram quase que espontaneamente e expressaram, em muitos casos, os sinais de que uma nova forma de legitimidade se estava criando entre governados e governantes, a partir da própria iniciativa dos setores populares. As SABs logo representaram, por sua capacidade de

e expressar a sua presença na sociedade. Em muitos casos, se pode dizer que não foram elas que foram manipuladas pelos líderes populistas, mas que "manipularam" a seu modo esses líderes para obter as vantagens que esperavam do poder público.

É verdade que mais tarde — a partir do período que corresponde à administração Faria Lima — as SABs foram sendo gradativamente integradas e absorvidas pelo sistema político. E em muitos casos passaram a representar importantes comitês eleitorais para políticos da Arena. Entretanto, isso não retira a importância de sua emergência na vida política de São Paulo. Nem indica que sua autonomia esteja de todo quebrada. A prova disso começou a aparecer a partir de 1968, quando o I Encontro das Sociedades de Amigos de Bairros da Grande São Paulo aprovou uma enfática carta de princípios que incluía, entre outras coisas, a *luta pela democracia* e pela *garantia de sua autonomia*.

Já no ano passado algumas associações de bairros haviam surpreendido o ex-prefeito Miguel Colassuono exigindo dele a demissão de administradores regionais — que existem exatamente para servir de anteparo entre as reivindicações das populações locais e a Prefeitura Municipal — que se recusavam a ouvi-las. Agora, com o protesto surgido contra Setúbal, essa disposição de independência e autonomia se renova e se aprofunda ainda mais.

Nova sociedade civil — A lição a se extrair do episódio é muito importante. Em primeiro lugar, ela demonstra que a questão do relacionamento dos políticos com os setores populares se apresenta, hoje, muito mais complexa que no passado, quando vigoravam as práticas populistas. A experiência está conduzindo as camadas de baixo da sociedade a novas perspectivas. Por isso, é bom que os políticos, especialmente as forças democráticas, comecem a pensar em novas formas para realizar esse relacionamento que, necessariamente, deve incluir a participação.

Em segundo lugar, vem o aspecto mais relevante. Durante muito tempo, aceitamos passivamente uma teoria — que é mais ideologia que verdadeira teoria — que dizia que a sociedade brasileira é inarticulada; isto é, que nossa sociedade civil seria incapaz de se articular independentemente do Estado. O autoritarismo aberto da última década — bem como o que já estava implícito na ideologia nacionalista das décadas anteriores — parece ter confirmado aquela hipótese tão a gosto de nossas elites, e forjadas no quadro de uma sensibilidade que tomava como paradigma de comparação a vida social e política dos países europeus. De fato, autonomia e independência não são características

muito comuns à vida de nossas associações civis e voluntárias nos últimos 11 anos.

Entretanto, a experiência das SABs em São Paulo, bem como a de outros organismos que nasceram espontaneamente da iniciativa e da criatividade popular — por exemplo, as comunidades de base da Igreja — indicam que aquela teoria é inteiramente falsa, para não dizer que ela só é verdadeira em suas funções ideológicas. Ou seja, a experiência histórica passada e a que começa a se desenhar no presente indicam que a sociedade civil brasileira ainda tem inúmeras virtualidades por esgotar. Essas virtualidades só não se esgotarão se forem ou expressamente proibidas pelo Estado — nesse caso, fazendo uso da força — ou desprezadas pelas forças democráticas que estão interessadas em construir uma democracia que verdadeiramente nasça de baixo para cima e não ao contrário. Caso essas forças democráticas superem os restos de seus preconceitos elitistas e se abram para o que está acontecendo por baixo, em nossa sociedade, pode ser que elas também — da mesma forma que o prefeito Setúbal — se surpreendam com a novidade e a importância da lição que está ali: um anseio de participação que só poderá dar vitalidade aos projetos de democracia que incluam a participação. Se esse anseio não se perder e, pelo contrário, se for incorporado aos projetos mencionados, é possível que mais cedo do que se espera comecem a surgir no Brasil os sinais de uma nova e mais articulada sociedade civil, talvez mais capaz de não se deixar absorver pelo Estado autoritário.



“A democratização deve ser conquistada, e não esperada até que caia dos céus”

reivindicação, uma ponte entre as elites separadas das massas. Essa é, aliás, a razão por que o populismo — como expresso por Jânio Quadros — procurou aproveitá-las tão bem.

Entretanto, seria um erro supor que o populismo apenas *manipulou* as SABs. O fato de Jânio ter dado às associações de bairros um *status* não oficial de fiscais de sua administração à frente da prefeitura de São Paulo — após sua estrondosa vitória de março de 1953 — vinculou-as à sua liderança, mas também lhes deu impulso para se desenvolverem e se conscientizarem de seu papel. Na ausência de sindicatos livres para defender seus interesses econômicos (salariais), e de partidos realmente abertos à sua participação (diante do governo), as classes populares de São Paulo fizeram das SABs uma forma elementar de intervir

(1) O Estado de S. Paulo de 20/6 publica em sua última página uma série de depoimentos em que esse protesto aparece. Pronunciaram-se ao jornal os seguintes dirigentes de entidades de bairros: Lázaro Tibúrcio dos Santos, do plenário de associações de bairros da zona norte e secretário da Sociedade de Amigos de Cruz das Almas; José Alves de Souza, presidente do plenário da zona norte; Almir Dias Bicalho, do plenário de associações da região de Santo Amaro; José Gonçalves, presidente da Sociedade de Amigos de Vila Formosa; Cipriano Rodrigues, da Sociedade de Amigos do Jardim Santo Eduardo; e José Mendes dos Santos, da Sociedade Amigos de Parque Figueira Grande, zona sul. Três vereadores, dois da Arena e um do MDB, também se pronunciaram contra a decisão do prefeito.

(2) Tenho conhecimento da existência de associações de bairros, além de na Grande São Paulo, também no Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e mais algumas cidades do interior de São Paulo e Rio Grande do Sul, como Campinas, São José dos Campos e Ijuí.

LANÇAMENTOS DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

CARTÊS E DESNACIONALIZAÇÃO (A Experiência Brasileira: 1964-1974)

O desenvolvimento industrial e econômico do Brasil é indiscutível em termos físicos. Mas... e em termos morais e políticos? Eis o enfoque de **MONIZ BANDEIRA** a uma denúncia dos golpes e artifícios dos grupos multinacionais.

FORMAÇÃO DO ESTADO POPULISTA NA AMÉRICA LATINA

As condições de formação, desenvolvimento e crise do poder populista em nosso continente, discutidos com lucidez e objetividade pelo conhecido cientista social **OCTÁVIO IANNI**.

OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVATURA NO BRASIL

Esta é uma das mais completas obras sobre fatos sociais, políticos e econômicos que marcaram as lutas entre escravistas e abolicionistas e que culminaram com a libertação dos escravos. Seu autor é **ROBERT CONRAD**, professor da Universidade de Illinois.

HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS E O SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Um livro necessário, atual, em que o pensamento do grande economista e homem público brasileiro que é **CELSO FURTADO** se expõe com categoria e honestidade.

NO MÊS DE AGOSTO EM TODAS AS LIVRARIAS



civilização brasileira

RUA DA LAPA, 120 / 12.º andar

O MDB do Rio de Janeiro, talvez a bancada que tenha conseguido reunir, numericamente, a maior força do partido oposicionista do país, pois foi favorecido com a fusão política dos dois antigos estados, está mergulhado numa crise tão crítica que nem a convenção estadual, marcada para agosto, poderá superar esta situação criada pelas facções que dividiram o partido e o enfraqueceram com inúmeras brigas internas. O enfraquecimento foi tão evidente, principalmente na Assembléia, que dele se aproveitaram tanto o ministro da Justiça como o governador Faria Lima, para negociar o que precisaram durante os impasses verificados na votação da nova Constituição estadual.

Majoritário na ex-Guanabara desde 1966, o MDB não soube aproveitar a maioria que, pela primeira vez, conseguiu fazer no ex-estado do Rio com as eleições de novembro, para somar uma força política coesa. O partido, no novo estado, vem enfrentando problemas que se chocam especialmente com sua linha programática, a grande responsável pela vitória eleitoral no ano passado.

Situação partidária — Instalada provisoriamente pelo presidente nacional, Ulysses Guimarães, a Comissão Executiva Regional presidida pelo senador Amaral Peixoto não conseguiu até agora efetuar a fusão do partido dos dois antigos estados. As dificuldades para esta tarefa foram antecipadamente previstas pela própria bancada na Assembléia, que aprovou um regimento pelo qual ela poderia ser comandada por dois líderes com as mesmas atribuições: Cláudio Moacir lidera a bancada e José Maria Duarte a maioria.

A atuação dessa bancada nos quatro meses de Assembléia Constituinte acabou por refletir as divisões e as divergências causadoras do enfraquecimento político do partido: os líderes só conseguiram comandar grupos isolados da bancada defini-

RIO DE JANEIRO

Uma crise permanente



Chagas

tivamente apelidados como "chaguistas" e "amaralistas". José Maria Duarte liderou o primeiro e Cláudio Moacir o segundo, embora sempre fizesse questão de esclarecer que não pertencia ao grupo: "Sou neutro, meu compromisso é com o partido".

As brigas e a clareza pelas preferências das duas facções da bancada provocaram uma série de episódios que dão bem um retrato de como se encontra atualmente o partido oposicionista no Rio de Janeiro:

1 — O deputado federal J. G. de Araújo Jorge pediu na Comissão Executiva Nacional a expulsão do ex-governador Chagas Freitas do partido por infidelidade partidária: "É um homem que desonra o MDB com seus conchavos espúrios com o governo federal, que nunca respeitou o programa partidário e que sempre se utilizou de recursos escusos para controlar o partido no Rio", justificou o deputado.

2 — Chagas Freitas, antes que se consumasse a expulsão, pediu seu afastamento do MDB, numa jogada política cujo desfecho será seu retorno ao partido tão logo ele se considere vencedor das convenções municipais realizadas em 13 de julho. Segundo os "amaralistas", se ele espera por isto para voltar, será difícil, pois Amaral Peixoto também se considera vencedor.

3 — As brigas pela posse dos 23 diretórios zonais na capital e 63 no interior levaram as duas correntes à Justiça Eleitoral, que acabou por ser acusada de responsável pela derrota dos "amaralistas" na capital, "pelas dificuldades criadas ao registro de nossas chapas e novos eleitores", segundo afirmou o advogado do partido.

4 — A divisão da bancada na Assembléia, onde existe, além dos dois

grupos distintos, um constituído por deputados que se dizem fiéis ao programa partidário e briga sozinho por uma obediência doutrinária, a qual o grupo "chaguista" faz questão de anunciar que ignora. Esses fiéis foram os primeiros a denunciar o acordo feito entre os "chaguistas" e o ministro Armando Falcão para que fosse formada uma maioria em plenário com a bancada da Arena, com a finalidade de decidir impasses políticos na votação da nova Carta estadual.

5 — Diante do surgimento do grupo obediente ao partido, a bancada ficou dividida em três, pois o deputado Flores da Cunha passou a ser "líder" também, conduzindo o movimento que visa a derrubada de José Maria Duarte da liderança da maioria. Flores da Cunha e outros, como Edson Khair e Délio dos Santos, fizeram declarações de que não mais respeitavam as lideranças de seu partido e nem as decisões do presidente da Assembléia, José Pinto, também ligado a Chagas Freitas.

6 — O senador Amaral Peixoto, ao comemorar seu aniversário no dia 14, na sede do partido, acusou o grupo "chaguista" de traír o MDB e ganhar as eleições convencionais através de irregularidades já denunciadas à Justiça Eleitoral. Na cerimônia recebeu homenagens em vários discursos e a certeza de que a brigaria sozinho para ganhar a convenção estadual de agosto.

Nova expulsão — Os recursos utilizados por Chagas Freitas e seus correligionários nas eleições dos diretórios da capital irritaram de tal maneira os deputados ligados ao senador Amaral Peixoto, que durante uma discussão entre eles na Assem-

bléia, o líder José Maria Duarte foi para a tribuna lembrar a vitória do ex-governador e acabou por elogiar o AI-5 e enaltecer as forças de exceção.

José Maria Duarte, ex-mágico profissional, empresário ligado ao setor cinematográfico (ele é distribuidor de filmes de uma cadeia nacional de cinemas), sempre irritou seus companheiros pela sua irreverência no tratamento dos assuntos partidários, e agora está ameaçado de ser expulso pelas declarações feitas.

Como mágico, ele conseguiu sumir com as notas taquigráficas e ainda alterou sua fala transcrita no Diário da Assembléia. "Eles não têm provas de que defendi o AI-5, pois meu discurso foi revisto e notas taquigráficas nunca foram provas para incriminar ninguém", disse ele diante da ameaça.

Flores da Cunha declarou que, se não conseguirem expulsar o líder, no mínimo ele perderá a liderança. Ainda perplexos com as declarações, alguns deputados se sentem envergonhados em comentar como é possível um emedebista, que exerce cargo de liderança, fazer pronunciamentos completamente opostos ao que o partido propõe como bandeira de luta.

"Essas coisas só acontecem num MDB como o daqui. Enquanto o partido não conseguir se livrar do lastro deixado pelo domínio de Chagas Freitas e seu clã, vamos ter que engolir muitas coisas iguais a esta", comentava um deputado mais contrariado ainda, quando viu José Maria Duarte votar com a Arena algumas emendas à Constituição, rejeitadas unanimemente pelo MDB.

As declarações do líder e a onda de protestos que elas provocam são apenas o reflexo do descontrolo do partido diante das brigas e divergências que tão cedo não desaparecerão. Outros reflexos virão quando o partido começar a indicar seus candidatos para as eleições municipais do próximo ano e a escolher um nome para disputar o governo estadual em 1978. (Gilson Menezes)

Bem ou mal, açulado por dissensões internas e rodeado de fantasmas que teimam em permanecer perigosamente reais, o MDB ultrapassou o primeiro semestre de atividades parlamentares. E, de um modo ou de outro, continuou a desempenhar o papel de oposição parlamentar.

Em São Paulo, onde procura se adequar a uma estranha realidade — maioria no Legislativo, mas um governo estadual imposto previamente — os homens da oposição enfrentam, nesses tempos de vacas sensivelmente mais gordas, problemas praticamente inimaginados pelas lideranças que suportaram as vacas magras com um grau sensivelmente maior de coesão.

Mas os analistas asseguram que as dificuldades agora multiplicadas — e mesmo a pequena dimensão das vitórias obtidas, que parecem ser também do interesse do Executivo — nada mais são que o débito a ser pago pelo longo período de desarticulação total do esquema representativo. E que precisa ser superado, se o MDB pretende continuar sendo o repositório das expectativas do eleitorado.

Sob certo aspecto, o primeiro semestre legislativo da nova Assembléia paulista, e particularmente do MDB, pode ser considerado frustrante. Quem esperava um partido de oposição que, mal começados os trabalhos, se lançasse a um debate político digno de empolgar a opinião pública, sofreu uma decepção. O saldo parlamentar desses seis meses de 1975 mostra 18 projetos de reforma constitucional todos abrangendo apenas a situação do funcionalismo público, acaloradas discussões para a escolha de prefeitos da capital e de 17 estâncias hidro-minerais e climáticas, a revogação de uma lei aprovada de afogadilho no governo anterior e a convocação de um secretário de Estado para prestar contas a respeito da interdição de obras rodoviárias contratadas também pelo governo anterior. Os oposicionistas apressaram-se em proclamar como vitória sua a questão da lei que transformara, por designio do ex-governador Laudo Natel os institutos de pesquisa científica em empresas privadas, e o



Montoro



compromisso do secretário estadual dos Transportes, Thomaz Magalhães, de explicar aos parlamentares as razões da rescisão de contratos para a construção de duas pistas da Rodovia dos Imigrantes (ligação entre São Paulo e Santos). Um exame mais cuidadoso desses itens revela, porém, que eles serviram tanto ao MDB quanto ao próprio governador Paulo Egydio.

No fundo, é preciso ter paciência com uma Assembléia Legislativa que procura se reafirmar. O que se testemunha hoje em São Paulo é um processo de aprendizagem política. Depois de nove anos, diante das alterações na situação interna do estado (a modificação na relação de forças dos dois partidos) e do país (a esperada implantação de um programa de distensão política gradual), um quadro inteiramente novo se instalou, pelo menos para a grande maioria dos deputados que hoje compõem o poder legislativo estadual. Assim, não era justo esperar que a Assembléia revives-

se seus dias mais gloriosos. Quem subitamente se vê com as pernas quebradas, no momento em que retirar o gesso, terá problemas para andar normalmente. Um bom período de adaptação vai transcorrer até que se retome a confiança na força muscular que caiu em desuso por certo tempo. E se isso é verdade para o organismo, fica um pouco mais complexo no contexto político: aí, entram em jogo outras alternativas como a de se empregar a velha tática de assustar o adversário através de recursos indiretos.

Os corredores cheios da Assembléia, durante as primeiras sessões do ano, o burburinho nos locais públicos e até a autêntica corrida de jovens atrás da sede do MDB em busca de participação, eram, de alguma forma, a evidência de uma crença ligeiramente ingênua de que a maioria conquistada pela oposição significaria, de imediato, completa transformação na conjuntura política do estado. Na verdade, houve apenas a cristalização de um aspecto contraditório do sistema vigente de

poderes: a oposição ganha maioria legislativa capaz de lhe garantir, por quatro anos, o comando de uma parcela — pequena — na direção dos interesses do estado, só que terá que suportar a convivência com um chefe executivo eleito pela Assembléia anterior onde o partido da situação era maioria. Se essa nova circunstância significava a perspectiva de reabertura de um diálogo rico entre os dois poderes (Executivo e Legislativo), e ainda vislumbrava a chance de reacenderem-se os grandes temas políticos nacionais e estaduais, a efetivação dessas esperanças dependeria, em grande parte, do comportamento dos dois extremos. De um lado, Paulo Egydio Martins escolheu pessoal do presidente Ernesto Geisel, respaldado na Assembléia pelo grupo reduzido (e pouco coeso) da Arena (atualmente 25 deputados) e, institucionalmente, pelas prerrogativas do próprio sistema revolucionário. De outro, um partido que surgiu das cinzas políticas deixadas pelo Ato Institucional n.º 2 e se "organizou" com certa carência de critérios para disputar um pleito que, para surpresa geral, ofereceu-lhe a supremacia parlamentar no âmbito do estado de São Paulo. A grande dúvida, e que começou a ser respondida já nesse primeiro semestre legislativo, é afinal: quem é o MDB?

Características da oposição — Vale a pena, à guisa de pano de fundo, rever um pouco da curta história do partido oposicionista. Organizado por decreto em 1966, políticos que não aceitavam integrar o grupo parlamentar criado para oferecer apoio irrestrito às teses oficiais só tiveram como saída procurar a organização num grupo que se dedicasse à oposição. Os dispositivos político-partidários instituídos pelo AI-2 determinavam um mínimo de 20

senadores e 100 deputados para a constituição de um novo partido. A Arena nasceu feita; ao MDB restou fazer-se. Franco Montoro, Oscar Passos, Mário Covas e Josafá Marinho foram alguns dos senadores, no plano federal, que se dispuseram a andar de porta em porta à cata de assinaturas para que a oposição nascesse. Essa iniciativa, na época, parecia fadada a uma forma de insucesso permanente. Defender uma idéia de oposição, em vista do reconfortador apoio oferecido pelos governos federal e estadual ao conjunto político da situação, chegou até a parecer, para alguns, uma forma de suicídio na vida pública. Tanto que não foram raras as mudanças, de mala e cuia, de um lado para outro.

Em São Paulo, o MDB sofreu dois golpes profundos bem nos primeiros ensaios. Em 1966 a Assembléia Legislativa era constituída por 115 deputados dos quais 52 sob a legenda da oposição e, num ato mais uma vez emanado de Brasília, uma Lei Orgânica dos Partidos vem reduzir a proporcionalidade de representação parlamentar. Até então, o número total de deputados estaduais era calculado a partir da quantidade de habitantes. O novo dispositivo estabeleceu uma relação entre eleitores e parlamentares. Cientes de que muitos oposicionistas de então eram alvo definido de medidas excepcionais, que acabaram por se concretizar em dezembro de 68, líderes políticos de renome bandearam-se de ala antes que a festa acabasse. Com a cassação de alguns de seus integrantes,

é a reformulação dos critérios para a definição do número de ocupantes de cadeiras no Legislativo estadual, o MDB entrou nas eleições de 1970 depauperado. E elegeu apenas 15 representantes, num total de 67 parlamentares. É preciso lembrar que a mesma Lei Orgânica instituiu o princípio do voto em legenda, recurso que acaba por aumentar ainda mais as possibilidades de quem conquista maioria de sufrágios nas urnas.

Esse diminuto contingente de deputados da legislatura imediatamente

anterior à que São Paulo vive agora tinha consigo elementos como Alberto Goldman (atual líder da maioria), Del Bosco Amaral (agora primeiro-secretário da Assembléia), Guaçu Pitéri (ex-prefeito de Osasco e atualmente deputado federal), Aurélio Campos (também deputado federal no momento), João Paulo Arruda (que se lança como candidato a presidente regional do MDB em São Paulo), e outros políticos experientes que, cónscios de sua situação quase constrangedora de minoria, lutavam bem ou mal para a manutenção de uma idéia. A proximidade das eleições de novembro de 1974 trouxe um novo problema pra os militantes da oposição: inscrever um número suficiente de candidatos para disputar o pleito pela legenda do MDB. Evidentemente, na hora de fazer número, os critérios para completar o time não são os mesmos de quem organiza uma seleção nacional. A disposição do eleitorado, atribuindo votação expressiva para alguns candidatos opositoristas, mas optando até maciçamente pela oposição, surpreendeu a todos. Dessa forma, o período que separou o decreto que extinguiu partidos e criou, de cima para baixo, condições para o surgimento de outros foi suficiente para que, pelo menos no estado de São Paulo, o Movimento Democrático Brasileiro passasse do espírito da lei para o espírito do eleitor. O partido de oposição assumia, em função de uma crise econômica internacional que colocava em questão a política econômica interna, o caráter de alternativa junto à opinião pública. Mas persistia o problema: aquele aglomerado de nomes, coberto de sucesso eleitoral, teria competência para corresponder, no parlamento, às esperanças que, pelo voto, o público nele depositara?

Oposição ou defesa de posição? — A primeira grande tarefa do MDB, apenas iniciadas as atividades legislativas deste ano, foi procurar definir uma filosofia de atuação entre seus membros. Com uma boa margem de integrantes que sequer se conhecia, a bancada oposicionista cuidou, através de seus líderes, de promover inicialmente reuniões de "confraternização parlamentar" com a proposição de temas amenos e a introdução dos principais assuntos que iriam mobilizar a atenção do Legislativo no futuro. Desde o princípio, contudo, os problemas reais daquele conjunto majoritário se fizeram sentir. A simples enumeração das primeiras pautas é suficiente para indicar os caminhos — e descaminhos — que o MDB paulista teria que trilhar (ou evitar): compor a Mesa Legislativa (cargos ferrenhamente disputados); examinar (aprovar ou vetar) nomes encaminhados pelo governo do estado para autarquias, empresas de economia mista, prefeitura de São Paulo e prefeituras das 17 estâncias hidrominerais e climáticas. Em cada um desses itens, um apelo extraparlamentar.

Definido o nome que ocuparia a liderança partidária (posição que permite falar em nome da bancada e conduzir os trabalhos internos), onde Alberto Goldman venceu depois de acirradas nove horas de discussões, a concorrência se concentrou em torno da composição da Mesa diretora dos trabalhos no Legislativo. Aqui, é importante lembrar que exatamente nessa época surgiram rumores, exaustivamente veiculados pela imprensa, relacionando o nome do líder do MDB com atividades subversivas. Nesse clima, Goldman dirigiu a sessão de escolha do presidente da Assembléia e foi derrotado. A cisão que se evidenciou trazia, na realidade, outros elementos além de uma mera divergência interna na bancada. Del Bosco Amaral, antes incondicional colega do atual líder, manifestava publicamente sua primeira discordância. Era o germe de um quadro que ainda agora perturba o MDB paulista: como maioria, os interesses pessoais começam a se sobrepor aos princípios partidários. A discussão a respeito do escolhido por Paulo Egydio para a prefeitura de São Paulo só veio tornar mais grave o problema. Parte da bancada, ávida por usufruir os dividendos que a situação majoritária propicia, não podia concordar com decisões que impedissem a manifestação do voto individual. Tornou-se

corriqueira, então, a denominação de *autêntico e fisiológico*.

Enquanto uns bradavam por questões de princípio e outros clamavam por razões bem menos justas, o MDB esforçou-se, através dos mesmos líderes do passado, por encontrar uma definição de bancada que garantisse um desempenho digno. Sebastião Marcondes do Amaral, um dos opositoristas, ofereceu a perspectiva de primeira vitória. Um projeto de sua autoria revogava a Lei 527, que transformava todos os institutos de pesquisa científica em empresa privada. A oposição ventitou o assunto como grande sucesso mas, no fundo, a idéia vinha ao encontro de uma disposição do Executivo paulista que também não concordava com a alteração produzida por força de um decreto gerado no governo Laudo Natel. E a própria Assembléia, algum tempo depois, acabou por criar novo clima favorável ao governo de Paulo Egydio. A convocação do atual secretário dos Transportes para explicar as razões da quase falência de DERSA — Departamento de Estradas de Rodagem S.A. — foi oportunidade para que a administração anterior, na pessoa de Paulo Salim Maluf, fosse a grande crucificada. Impossibilitado de tecer críticas públicas a seu antecessor, Paulo Egydio desfrutava ali uma excelente chance de mostrar por que era obrigado a interromper algumas obras antes classificadas como importantes. Para a Assembléia, em meio ao desgaste provocado pelas dissensões oposicionistas nascidas na homologação do nome do prefeito de São Paulo, foi igualmente ocasião para despertar o interesse público em torno de uma atitude que pode ser classificada de desafio iniciado pelo MDB.

Orientada por Del Bosco Amaral, a bancada do MDB resolveu adotar uma atitude de demonstração de força diante do Executivo: condicionou o exame de projetos de Paulo Egydio (que concluíam o quadro administrativo estadual nas autarquias e prefeituras) ao encaminhamento global dos nomes indicados, sob a alegação de que só com a relação completa de escolhidos a Assembléia poderia compor o quadro das tendências políticas oriundas do Palácio dos Bandeirantes. Para Egydio, essa decisão representou um semestre de atraso nos planos de implantação de sua filosofia de governo. Para a Assembléia, e o MDB em especial, um período de contatos de bastidores, onde cada posição significa um voto e um total de 23 votos na bancada oposicionista, poder de decidir por todo o Parlamento estadual. Quando o recesso parlamentar do mês de julho se aproximou decisivamente, o MDB resolveu aceitar a discussão em torno dos nomes encaminhados pelo governador do estado. Seis prefeitos de estâncias foram aprovados, mas paralelamente, dois votos: a oposição rejeitou o indicado para presidir a SUDELPA — Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — e do IAMSPE — Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado.

Para alguns setores, até mesmo para o próprio governador do estado, as objeções da oposição foram motivadas por interesses pessoais, muito antes de significar reprovação a partir de obstáculos concretos. Provavelmente, essas atitudes da bancada oposicionista terão surgido em consequência da necessidade de seu líder, Alberto Goldman, atender a algumas reivindicações internas para preservar a unidade do grupo, da mesma forma que, no Palácio dos Bandeirantes, Paulo Egydio faz escolhas que servem aos interesses da Arena. A resposta a essas questões, assim como as consequências dos atos oposicionistas no primeiro semestre legislativo, serão sentidas a partir de agosto, quando a Assembléia reassumir seus trabalhos. Só então, quando o MDB voltar da competição doméstica a respeito do diretório regional e a Arena tiver experimentado suas bases, agora que a situação mudou, é que se poderá ter indicações mais seguras de como transcorrerão esses quatro anos de uma oposição apoiada pelo voto popular dominando o Legislativo, diante de um Executivo que governa com minoria parlamentar. (Fernando Dias)

Os últimos heróis

Para Afonso Arinos, o marechal Juarez Távora, que morreu na semana passada aos 77 anos, e o marechal-do-ar Eduardo Gomes, que teve seu estado de saúde agravado ao saber da morte de Juarez, são os dois únicos heróis militares brasileiros deste século.

Antes de morrer, Juarez Távora deixou pronto o terceiro e último volume de suas memórias. Voltando à Planície (os outros dois são *Da Planície à Borda do Altiplano* e *A Caminhada no Altiplano*). Este último volume era sua grande preocupação nos últimos meses, pois temia morrer antes de concluir a obra. O marechal considerava suas memórias como um importante depoimento sobre um importante período da história do Brasil, pois ele teve participação importante em todos os movimentos militares desde 1922, na revolta dos tenentes.

Desde que deixou o Ministério da

Viação e Obras Públicas do governo Castelo Branco, quando consolidou uma antiga decisão de se afastar da vida pública (retornara em 1964 por um apelo direto do então presidente Castelo Branco) e de seus amigos revolucionários). Juarez vinha se dedicando exclusivamente às suas memórias e a fazer um balanço de sua vida como militar e político.

Essa decisão começou a ser tomada em 1954, um ano antes de se candidatar à Presidência da República. Na época, com medo de que a resistência de Getúlio Vargas em deixar o governo jogasse o Exército contra a Marinha e a Aeronáutica, ele participou da redação de um manifesto de generais em solidariedade às duas outras Armas e contra a permanência de Vargas.

Com o suicídio de Vargas, Juarez começou a renunciar ao uso da força para corrigir o que ele chamava de "imperfeições no sistema". Na época, declarou: "Nunca mais vou me en-

volver em tentativas de corrigir, pela força, os erros e omissões do poder público".

Distensão e censura — Partidário da política de distensão de Geisel, Juarez era um dos antigos revolucionários, como o marechal Cordeiro de Farias, que queria ver o país voltar logo ao Estado de Direito, com a revogação dos instrumentos excepcionais. Era contra a censura à imprensa, embora dissesse não conhecer os motivos do governo para não retirá-la imediatamente de alguns jornais e revistas. Sobre democracia, tinha a seguinte opinião: "A democracia deve ser aperfeiçoada com a prática, com o exercício. Este é uma sistema de transição. Ele leva o Brasil de uma prática de administração pessoal e arbitrária para outra de planejamento e continuidade. Esse planejamento inclui a avaliação das necessidades do povo, avaliação objetiva dos recursos para satisfazê-las e confrontação das duas para o estabelecimento da prioridade".

CENTRAL DO BRASIL

Burocratas do desastre

Os dirigentes e técnicos da Rede Ferroviária Federal sentiram-se, na semana passada, tão ameaçados quanto os suburbanos que usam os trens e num equilíbrio tão precário quanto os pintings, depois que o governo federal, levado pelos últimos acontecimentos da Central do Brasil e intervindo ostensivamente, exigiu providências imediatas para solucionar os problemas do transporte ferroviário da cidade.

No prazo recorde de três dias máquinas burocráticas da RFFSA, tão velha e emperrada quanto seus trens, conseguiram aprontar um relatório com soluções e previsões há muito esperadas. Isso porque, àquela altura e com a intervenção federal, o acidente de Madureira ameaçava fazer mais vítimas que os 374 feridos e 16 mortos.

Depredações — Na semana anterior, os subúrbios da Central tinham vivido permanentemente em estado de tensão. A paciência dos usuários se esgotara e, em dois dias, foram depredados mais de 10 estações e um número superior de trens.

As autoridades responsáveis reagiram com um policiamento ostensivo durante 24 horas, com tropas da PM, PE, Exército e Aeronáutica ao mesmo tempo que, pelos jornais, pediam "paciência" aos usuários ou teciam considerações técnicas sobre a impossibilidade de se reformar a curto prazo um sistema atrasado em mais de 40 anos, com trens caindo aos pedaços, dormentes apodrecidos, rede elétrica e sinalização de fragilidades comprovadas.

Com os fatos noticiados pelos jornais, verificava-se que o sistema ferroviário brasileiro há muito tempo estava esquecido. E as críticas se multiplicavam, não somente da parte dos usuários mas também das classes produtoras incomodadas pelo constante atraso de seus empregados.

O acidente em Madureira foi a gota d'água que transbordou, depois que a RFFSA pensou ter solucionado o problema com um policiamento ostensivo que impedia novas depredações. De passagem pelo Rio, no dia do acidente, o presidente Ernesto Geisel resolveu transferir uma visita a Alagoas e cuidar, pessoalmente, do problema, que ultrapassava a esfera estadual e adquiria dimensões bem mais amplas.

Intervenção branca — No dia seguinte o coronel Carlos Aloysio Weber, 49 anos, foi nomeado superintendente especial dos Transportes Ferroviários Suburbanos e iniciou seus contatos com a imprensa

pedindo aos usuários que tivessem "fé nas medidas do governo". Da mesma forma como o ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, na semana anterior tinha pedido "paciência". Permanecia, assim, a tônica de apelar para o exercício das virtudes dos suburbanos.

A "intervenção branca", insinuada por alguns jornais, foi prontamente desmentida pelo presidente da Rede, coronel Milton Gonçalves ao explicar que a indicação do coronel Weber já estava acertada bem antes do acidente, sem esclarecer no entanto se a medida fora tomada antes das depredações.

Falência — A falência da Rede, do ponto de vista de transformações que pudessem evitar os problemas, já não era negada por ninguém. "A ficha técnica da Central do Brasil", afirmava em editorial *O Estado de S. Paulo*, "está soberbamente constatado, desqualifica-a para ser o que tem sido durante anos: o maior sistema integrado de transporte de massas para as regiões mais pobres e mais densas em população do Grande Rio, (...) E o laudo técnico negativo nos veio, há dias, da boca do próprio presidente, general Milton Gonçalves, ao aconselhar aos usuários: 'Sempre que possível andar de ônibus'. Traduzindo: 'Na Central só em último caso'.

"Parece que há mais responsabilidades a se apurar, além da do maquinista, que talvez tenha imprimido à composição uma velocidade inadequada, da do sinaleiro que se vê a braços com um sistema obsoleto de advertências, da das equipes de reparos que não bastam para a multidão de defeitos. Parece haver mais do que consta nas folhas explicativas, onde a responsabilidade é tão anônima. E deve haver mais do que incompetência administrativa crônica ou uma política malfadada de transportes."

No mesmo dia, afirmava o economista Eugênio Gudín, em seu artigo em *O Globo*: "Os lamentáveis e imperdoáveis desastres ocorridos nas estradas de ferro — especialmente na Central — não deveriam causar surpresa a ninguém, muito menos às autoridades da República. (...) No governo passado as verbas específicas do Ministério dos Transportes eram distribuídas à razão de 84% para as estradas de rodagem, contra 6% para as ferrovias. (...) No governo do presidente Médici, pode-se dizer que as estradas de ferro foram abandonadas. Só se cuidava das rodovias. O ministro dos Transportes chegou a residir nos

canteiros da Ponte Rio-Niterói, em vez de instalar-se em Barra do Pirai para assegurar a restauração da Central do Brasil e dar o exemplo para as demais ferrovias".

De quem a culpa? — Impossível esperar que, agora, sejam encontrados os culpados pelo atual estado da RFFSA. Por enquanto, contentam-se em encontrar um culpado para o acidente da semana passada, como sempre atribuído a falhas humanas. Nesse caso, o maquinista Vilmar Valentim Linasse, 38 anos, três filhos, é quem está se vendo em maiores atribuições, acusado de imprimir excessiva velocidade ao trem. Na semana passada, sigilosamente, foi levado para um dos órgãos de informações para prestar esclarecimentos, segundo o *Jornal do Brasil*.

"Não posso ser responsabilizado pelo acidente", dissera no dia anterior Vilmar a *O Globo*, ainda na Casa de Saúde Nossa Senhora de Lourdes, alegando que o mapa gráfico que registra o horário da passagem do trem pelas estações poderia comprovar a sua inocência. Todavia, informava o jornal, o mapa ainda não tinha sido encontrado. Um mistério que só poderá ser explicado nos próximos dias.

Falhas humanas — Atribuir os acidentes a falhas humanas parece ser praxe da máquina burocrática da RFFSA. Num relatório em 1973, atribuiu os grandes acidentes de 1958, 66, 72 e 73 a "falhas humanas" e explicava: "Falhas materiais ou por negligências administrativas não têm ocorrido". O mesmo relatório, na página sete, afirmava ainda: "As depredações são constantes e inexplicáveis".

Todavia, não constam desse relatório e nem de nenhum outro os 952 processos a que responde a Rede por lesões corporais aos passageiros. Na semana passada mesmo, rápida e prestativa ao atender aos pedidos do governo federal, a burocracia da Rede se perdia em detalhes quando se tratava de atender a indenizações exigidas pelos acidentados, cujas famílias deveriam apresentar certidão de óbito, certidão de nascimento, carteira de trabalho e certidão de nascimento dos filhos, além de preencher um formulário.

A carteira de trabalho, sobretudo, era a mais importante pois, num critério bastante pessoal e injusto, a Rede se prontifica a indenizar os acidentados de acordo com a renda mensal da vítima, pouco importando que a tragédia tenha atingido a todos da mesma forma.

JUSTIÇA MILITAR

O inquérito das gráficas

Até o fim da semana passada, a maioria das 25 pessoas envolvidas no processo que está tentando apurar o funcionamento clandestino da gráfica do PCB, descoberta no subúrbio carioca de Campo Grande, já havia sido ouvida pelos quatro oficiais do Exército e um juiz togado, na 1.ª Auditoria do Exército.

Enquanto alguns dos réus não escondem seu passado político, inclusive a atuação nos quadros do Partido Comunista Brasileiro, outros negam a acusação formulada pelo promotor Walter Widgerowitz, que se centra na gráfica e na impressão e distribuição da *Voz Operária* (o jornal do partido) e da revista *Mundo em Revista*.

Na longa denúncia (39 páginas) uma das acusações mais graves é contra o 2.º tenente do Exército, Evaldo Lopes Gonçalves da Silva, que idealizou um símbolo comemorativo do cinquentenário do PCB, "calcado no Pavilhão Nacional": um retângulo, "tendo no seu interior um losango e, dentro, uma foice e um martelo". Nele, duas legendas: 1922/1972: 50 anos de luta contra a opressão e Partido Comunista Brasileiro.

O tenente, que não escondeu a sua ideologia, frisou que não quis negar o

símbolo da pátria, mas exatamente o oposto e assegurou que "o PCB não é um partido estrangeiro, como muitos o acusam e sim um partido nacional". Evaldo queixou-se do período das investigações, ressaltando que sofre coação a tal ponto de ter de "engendrar situações que não correspondem à realidade de seu comportamento".

Verdade em parte — A maioria dos réus vem afirmando que a denúncia é

verdadeira, mas apenas em parte, levando o juiz Milton Fiuza a indagar o que é falso e o que é verídico. O ex-pracinha Gutemberg Cavalcanti, por exemplo, disse que, na realidade, viajou para a União Soviética para tratamento médico. Contou que pertencia à Marinha de Guerra, tendo sido dela excluído em 1946, porque, como presidente do Clube Humaitá, defendeu perante os então constituintes a extensão do voto aos praças. E depois de afirmar que não negava sua condição de comunista, declarou: "Jamais cometi qualquer crime que desabone minha conduta".

O comerciante Joaquim José Soares Filho, de 69 anos, acusado de ser simpatizante do PCB, disse que realmente teve atuação política, inclusive engajando-se na campanha

por petróleo, mas que há muito tempo vem se dedicando unicamente a seus negócios. Quando o auditor quis saber o nome de uma pessoa que aparecia em seu estabelecimento para apanhar um pacote (segundo a denúncia, ele continha exemplares da *Voz Operária*), Joaquim afirmou que ignorava, pois "se soubesse, teria dito na polícia, onde sofri mais do que Cristo".

Nos interrogatórios feitos na Justiça Militar, os réus falam espontaneamente, sem qualquer tipo de coação, embora não sejam obrigados a responder às perguntas do juiz-auditor e dos próprios juizes militares, revelando até mesmo detalhes de sua vida que, não tendo relação com o processo, nem chegam a constar dos autos. Como o comerciante que explicou que guardava alguns pacotes, sem saber que continham material subversivo "para ser gentil com dois bons fregueses".

José Carneiro da Silva Campos, jornalista de 59 anos, afirmou que com a Revolução de 1964 havia encerrado suas atividades comunistas, confirmando que esteve na URSS, em 1962, por 45 dias, 30 dos quais em tratamento de saúde. Mais tarde, no Rio de Janeiro, aceitou distribuir a *Voz Operária*, porque estava passando necessidades e desistiu do com-

promisso em 1974. Campos afirmou também que sofreu coação para assinar o termo de seu interrogatório.

Até a pena de morte — Um dos últimos que depuseram na semana passada foi o ex-vereador e fiscal de rendas da prefeitura municipal de São João de Meriti, Pedro Etelvino da Silva, de 71 anos. O seu interrogatório se desenvolvia normalmente, até que o auditor perguntou a quem ele atribuía a acusação. Emocionado, o ancião disse que ficou "três dias sem comer ou beber" e recebeu tantos maus tratos que "seria mesmo capaz de assinar até a pena de morte". Ele foi preso quando chegava à sua residência, cerca das 18 horas do dia 3 de fevereiro último e disse aos juizes que "urinou sangue durante oito dias".

Pedro Etelvino, que foi um dos líderes do movimento de emancipação política daquele município e pertenceu aos extintos PTB e PSD, elegendo-se vereador pela última legenda, negou a condição de militante do PCB: "Como católico apostólico romano não poderia abraçar a doutrina materialista". Ele está recolhido a um hospital de Bangu. Seu advogado requereu ao juiz o direito de sua mulher e filhos visitarem-no, impedidos logo após a conclusão de seu interrogatório na Justiça Militar.

PALAVRAS

★ Do deputado Célio Borja (Arena-RJ), presidente da Câmara Federal: "A distensão não é produto de atitudes éticas como as do presidente da República ou das elites políticas mais liberais e sim da consciência da sociedade brasileira. Quem não quiser correr o risco de pagar um custo social elevado e insuportável no futuro, que trate de se engajar neste processo. Caso contrário, passe para o outro lado".

★ Do bispo do Acre, dom Moacyr Grechi, no Congresso Eucarístico de Manaus: "Nosso trabalho é de conscientização. Temos enfrentado problemas, mas não estamos preocupados com o que vai acontecer. Em consequência, a ação religiosa deve ser apenas o ponto de partida para a ação social, considerada a fundamental".

★ Do deputado Saturnino Braga (MDB-RJ): "Ora se fala em extinção dos partidos, ora no surgimento de novos partidos. Mas todas as soluções aventadas se destinam a recuperar o dispositivo político-partidário do governo. Os vetores disponíveis mostram que, em 78, a oposição obterá uma vitória maior, podendo somar maioria inclusive no Congresso Nacional. Admito que a distensão beneficia o MDB, mas na medida em que é um partido com programa e com mais conteúdo ideológico. O cimento que nos liga é mais forte que o da Arena, obrigada, por dever de função, a mudar de posição toda vez que o governo muda a sua. Como acontece agora, em que o presidente Geisel segue por linha oposta à seguida pelo governo do ex-presidente Médici".

★ Trechos da carta que o sr. Emanuel Neri, um cidadão que sofreu um assalto em sua casa há poucos dias, enviou ao ministro da Justiça, Armando Falcão, e que foi publicada no *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil*: "(...) Estou com medo não apenas porque fui simplesmente assaltado a mão armada, dentro do edifício em que moro, às 7,30h da noite. (...) Estou com medo porque, sem documentos, a delegacia, em Copacabana, negou-se a registrar minha queixa (...). Estou com medo pela indiferença, a impressionante apatia dos meus vizinhos. Estou com medo porque descobri entre amigos e conhecidos que não é a minoria que está vivendo o pesadelo e sim a grande maioria (...). Estou com medo porque a faxineira não quer mais trabalhar para mim, depois que tentaram forçar a entrada (...). Estou com medo de usar o carro que paguei com sacrifício durante três anos e cujo seguro total está acima das minhas posses (...). Estou com medo do senso de inutilidade diante da indiferença individual e coletiva que está gerando a reação em cadeia da violência..."

★ Do discurso proferido no mesmo dia, em Fortaleza, pelo ministro Armando Falcão: "O Brasil, neste século de convulsão, é um país de paz, em que a liberdade, que prevalece para todos, só não serve de instrumento para violentar a Lei e as instituições".

FUTEBOL

A imprensa encurralada

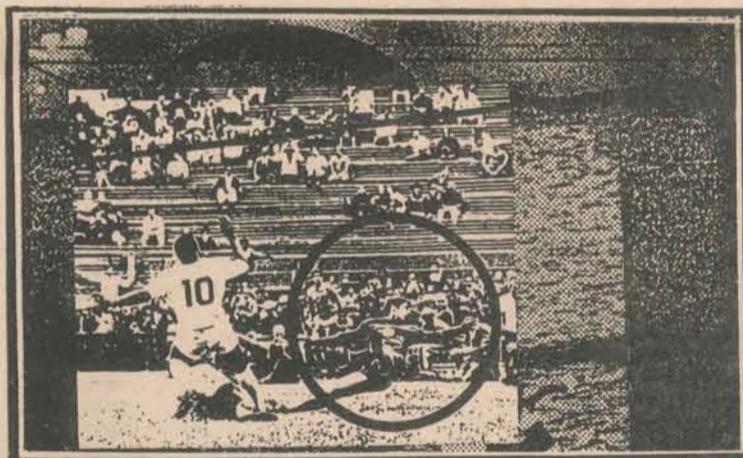
João Máximo

Nas últimas semanas, a imprensa esportiva tem sofrido duras e seguidas retaliações por haver cometido a ousadia (o termo "ousadia" é de um dos retaliadores) de notificar com destaque e analisar com isenção um acordo desonesto entre o Vasco e o Olaria.

As bases desse acordo já são do conhecimento do público: o Olaria se comprometeu a perder o jogo de juvenis com o Vasco, desde que o Vasco fizesse o mesmo no de profissionais, de modo que cada qual ganhasse os pontos de que necessitava para se classificar no Campeonato Carioca da respectiva categoria. Como apenas o Olaria cumpriu o acordo, seu treinador, Daniel Pinto, perdeu a cabeça, pôs a boca no mundo e o caso acabou vindo à tona. Já transformado em processo — que se arrasta numa série de reveladores depoimentos colhidos pelo Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Carioca de Futebol —, o escândalo ainda vai render muito, até que todos os responsáveis sejam devidamente identificados e finalmente punidos.

Mas, se ainda é cedo para que se analise o caso em todas as suas implicações, já é tempo, pelo menos, de se abordar um de seus aspectos, ou seja, as retaliações que a imprensa esportiva tem sofrido nas últimas semanas. Primeiro, foram 37 unidades luso-brasileiras que processaram o jornalista Marcos de Castro por ter ele, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, citado esta frase do historiador José Honório Rodrigues: "O Vasco da Gama representa o que de pior os portugueses nos mandaram". Depois, foi o próprio Vasco a limitar a ação dos repórteres que fazem a cobertura diária do clube, responsabilizando-os pelas proporções cada vez maiores que o caso vai assumindo. E por último foi o treinador Daniel Pinto que tentou agredir e chegou a ameaçar de morte o jornalista Márcio Guedes, da sucursal do *Jornal da Tarde*, que lhe fez uma pergunta lógica e procedente: "O senhor ainda se sente psicologicamente capaz de dirigir um time de futebol?"

Todos esses fatos — os processos contra Marcos de Castro, as limitações ao trabalho da imprensa, as ameaças a Márcio Guedes — se por um lado deixam claro que os envolvidos no escândalo tentam levantar uma cortina



que as coisas saiam do terreno meramente esportivo e acabem provocando nova intervenção federal no futebol, por outro lado reabrem uma velha questão: o quanto o papel da imprensa esportiva é mal compreendido no Brasil.

No Brasil, para ficar apenas na área do esporte, esses leitores importantes e influentes (dirigentes ou homens ligados às altas cúpulas dos clubes e da federação) costumam cobrar da imprensa esportiva um comportamento que em momento algum contrarie seus interesses. E quando isso não acontece, sobrevêm as retaliações.

São muitos os exemplos de dirigentes esportivos que escrevem ou telefonam para os jornais pedindo a cabeça de repórteres que tenham divulgado algo de seu desagrado, ainda que sem faltar com a verdade. Raramente esses leitores conseguem o que querem, mas têm havido casos de retaliações bem sucedidas.

Para o dirigente esportivo, o papel da imprensa não é o de manter os leitores informados de tudo o que ocorre nos clubes ou em volta deles. Muito menos o de comentar, analisar e criticar fatos com isenção jornalística. Segundo a concepção um tanto viciada do dirigente, o repórter esportivo nada mais é do que um servil e acomodado divulgador do futebol, do clube e dele próprio, dirigente. E como todo bom divulgador, deve limitar-se a publicar apenas aquilo que convenha ao di-

rigentes vascaínos, a começar pelo próprio presidente do clube, Agathirno da Silva Gomes, a imprensa não se comportou como devia: em vez de se limitar ao lado cor-de-rosa do futebol, foi revolver o lodo que se ocultava sob as águas aparentemente mansas de um Campeonato Carioca cada vez mais desmoralizado; em lugar de esquecer os protestos de Daniel Pinto sobre um acordo não cumprido, deu ênfase a eles e tornou pública uma barganha que melhor ficaria em segredo; em vez de divulgar o esporte no que ele tem de melhor, cometeu a ousadia de criticar os homens direta ou indiretamente envolvidos no acordo. Para os dirigentes do Vasco — e nisso seus colegas do Olaria os apóiam — o escândalo só houve porque a imprensa gritou.

O Vasco da Gama, para punir um dos jornalistas que o criticaram e fazer dele um exemplo, induziu 37 de seus co-irmãos a processá-lo. A punição não está no resultado dos processos (o próprio Vasco sabe que não darão em nada), mas em fazer com que Marcos de Castro compareça 37 vezes perante um juiz para se defender de uma acusação ridícula e absurda. O mesmo Vasco, para punir toda a imprensa esportiva, passou a dificultar o seu trabalho nas dependências do clube. E Daniel Pinto, este pelo Olaria, para evitar que outros jornalistas ousem insinuar que ele já não tem condições de dirigir um time de futebol, tratou de partir para agressões e ameaças.

Não deixam de estar certos aqueles que atribuem à imprensa esportiva uma certa parcela de culpa por ser o seu papel tão mal compreendido. Menos por subserviência do que por alienação, menos por querer bajular os dirigentes do que por não ter consciência de que sua missão profissional é outra, muitos repórteres esportivos continuam sendo vistos mais como divulgadores do que como repórteres. Por ironia, neste escândalo envolvendo Vasco e Olaria, as retaliações foram atingidas justamente dois jornalistas que se incluem entre as raras exceções de profissionais conscientes de seu papel.

Talvez seja um bom ponto de partida para que os outros, que constituem a regra, comecem a dar sua contribuição no sentido de que o papel da imprensa esportiva — como da imprensa em geral — seja cada vez menos incompreendido.

APOLO—SOYUZ

Uma vitória: de quem?

Um grande espetáculo, sem dúvida. Empolgante: pela televisão, ver o encontro de quatro homens em pleno espaço. Mas talvez não tão empolgante, nem tão grande, do ponto de vista político, para os povos do Terceiro Mundo e Europa. Mais do que uma conquista científica, o voo Apolo-Soyuz (1) foi uma vitória da *détente* — assinalaram soviéticos e americanos. Da *détente* que divide a terra em dois, que coloca a humanidade sob o controle cada vez mais "harmonioso" das duas grandes potências.

Formulado há três anos, pelo então presidente Richard Nixon e o *premier* soviético, Richard Nixon e o *premier* soviético, Alexei Kossiguin, o projeto Apolo-Soyuz acompanhou o desenvolvimento de toda a política de *détente*, tão perseguida inicialmente pela URSS e logo encampada pelos EUA, sobretudo com as suas sucessivas derrotas militares no mundo. "Este voo só foi possível graças ao ambiente de distensão", disse o cosmonauta Alexei Leonov, na entrevista coletiva a bordo da Soyuz, da qual participaram seu colega soviético Valeri Kubasov e os tripulantes da Apolo, Donald Slayton e Thomas Stafford.

Mas que *détente* é esta, tão saudada na Casa Branca e no Kremlin, embora contestada por alguns proclíms norte-americanos (como Henry Jackson) e até o incrível Soljenitsyn? A julgar pelas frases dos líderes americanos e soviéticos, é uma coisa muito bonita, um esforço sincero dos dois países mais desenvolvidos para trabalhar em conjunto, pelo bem da humanidade. "Vocês deram um ilustre exemplo do que existe por se fazer para que o mundo seja melhor" — afirmou o próprio presidente Gerald Ford, em mensagem aos cosmonautas.

As mãos dadas — Depois de tanto se digladiarem, durante a guerra-fria, os dois grandes teriam resolvido dar as mãos por "um mundo melhor". Como não saudar, também, essa nova política? Olhando, porém, a política efetiva das duas potências, sua constante batalha pela hegemonia no mundo, fica difícil acreditar em propósitos tão bonitos.

Certamente, não seria o caso de endossar as afirmações do democrata Henry Jackson, para quem os EUA se colocam ao "lado dos dirigentes de Moscou contra o compromisso norte-americano com a liberdade". Nem de Soljenitsyn, o proscrito soviético cujo radicalismo (de direita) assusta até ao secretário de Estado Henry Kissinger — isto é, às suas manipulações políticas.

O fato é que se, por um lado, a *détente* pode parecer uma segurança para a humanidade de que não haverá uma guerra nuclear, ou seja, o mundo não será destruído, de outro, ela é um acordo feito por cima desta mesma humanidade. Uma divisão do mundo em áreas de influência que, se possível, devem permanecer em calma para não alterar o equilíbrio — revoluções, como a de Portugal, ou guerras, como no Oriente Médio, são sempre perturbadoras. Os povos do Terceiro Mundo e da Europa que se mantêm tranquilos, para não colocar em perigo o entendimento entre os dois grandes.

Não que eles dois se entendam tão bem. Entendem-se, quando se trata de preservar seus interesses comuns de grandes potências — como no caso da Conferência sobre os Direitos do Mar, em que ambos aliaram-se contra a proposta do Terceiro Mundo relativa ao mar de 200 milhas, ou na questão nuclear. Mas, paralelamente, persiste uma batalha feroz pela conquista da hegemonia no mundo, pela fatia maior do bolo — ou, se possível, todo ele. Assim é que no Oriente Médio os EUA aproximam-se do Egito, enquanto a URSS, que perde

seu tradicional aliado no mundo árabe, volta-se para a Líbia, em disputa com o Cairo. No Congresso norte-americano, trava-se um debate violento para que os norte-americanos instalem uma base militar na ilha de Diego Garcia, no Índico — porque os soviéticos estariam construindo uma base em Berbera, Somália, na entrada do mesmo oceano.

Em todo o mundo, uma ferrenha luta pela conquista de novas áreas de influência. Soviéticos procuram conquistar áreas perdidas ou em crise com os americanos, estes esforçam-se para penetrar em áreas "soviéticas" (comp a Síria). Uma batalha em que não se poupam acusações, adjetivos, e uma corrida armamentista sempre maior.

Em meio a tudo isso, a China tenta jogar com as contradições entre as duas potências, fazendo alianças que às vezes surpreendem mas que, mais adiante, logo revelam-se como táticas para garantir a sua sobrevivência revolucionária. (Enquanto sorri para os EUA, Pequim estende a mão aos movimentos guerrilheiros que combatem o imperialismo no Sudeste asiático, apesar de reatar relações com os governos reacionários da região e "prometer" a esses mesmos governos que não interferirá em seus países.)



Tristes espectadores — Com um potencial revolucionário bem menor, pelo menos a curto prazo, a Europa é palco ainda mais tranqüilo para a *détente* (exceção feita à Portugal e, talvez futuramente, à Espanha). A próxima conferência de segurança europeia, em Helsinqui, no dia 31, assinalará, segundo Moscou, mais "uma vitória da distensão". Já os americanos (que vêm com preocupação os intuitos soviéticos de espalhar seus tentáculos na Europa "americana") foram mais modestos, limitando-se a afirmar: em Helsinqui, apenas se confirmará "as fronteiras européias criadas pela Segunda Guerra".

Quanto ao Terceiro Mundo, na medida em que se liberta, escolhe o não-alinhamento, tentando fugir ao poder das duas potências (v. Moçambique, Vietnã etc.). Mas ainda é um combate desigual, já que constantemente é forçado a guardar a posição de espectador: não só do aperto de mão no espaço mas, sobretudo e infelizmente, da decisão de seu próprio destino. (Helena Salem)

(1) A missão Apolo-Soyuz iniciou-se no último dia 15, a partir do cosmodromo de Baikonur, a 2 240 km de Moscou, e do Cabo Canaveral, na Flórida (EUA). No dia 17, os cosmonautas acoplaram suas naves, realizando durante dois dias experiências conjuntas. Os soviéticos retornaram à Terra no dia 21, e os americanos a 24. O projeto conjunto, segundo se afirma, foi financiado principalmente pelos EUA.



Idi Amin

O programa da Rádio de Moscou, apoiando o general Idi Amin por sua atuação no caso do inglês Denis Hills, demonstrou claramente o nível atual de relacionamento entre os dois países: sem dúvida, o suporte soviético tem contribuído grandemente para a sobrevivência do ditador militar ugandense.

O papel militar da União Soviética em Uganda é parte calculada da política de hegemonia: seu primeiro objetivo é contrapor-se ao que Moscou vê como uma influência crescente da China, cuja política de ajuda efetiva conquistou a estreita amizade de países como Tanzânia, Zâmbia, Zaire e do recém-independente Estado de Moçambique.

Após 25 anos de ativa diplomacia, os soviéticos ainda estão sem grandes amigos, ao sul do Saara. Seus relacionamentos mais estreitos, na África, são com a Somália e com a Líbia — cujo líder, coronel Muammar Kadhafi, recentemente entrou em negociação de armas com Moscou, atitude fortemente reacionada pelo Egito.

O ilegítimo dirigente de Uganda parece um aliado improvável para os russos. Porém Amin oferece aos soviéticos oportunidades de firmar o pé em uma parte do mundo, onde eles têm sido sobrepujados pela política mais eficiente de Pequim.

Alguns opositores de Amin, porém, acreditam que Moscou está menos interessado em apoiá-lo do que em tornar-se, um dia, capaz de influenciar as diretrizes de um futuro regime militar dirigido por um grupo de oficiais marxistas. Mais de 1 300 soldados ugandenses aviadores e

NOTAS

Rodésia: superando divergências

Os principais líderes nacionalistas negros da Rodésia reuniram-se em Dar-Es-Salaam (Tanzânia), no início deste mês, para estabelecer uma plataforma mínima capaz de reagrupar em torno de si uma frente única dos diferentes movimentos de libertação nacional rodésianos, até então profundamente divididos.

O encontro foi promovido pelos presidentes dos quatro países africanos que, no fim do ano passado, tinham convocado os líderes dos movimentos nacionalistas rodésianos a superarem suas divergências fundamentais e se apresentarem unidos para o início das negociações com o governo de Ian Smith, em Salisbury. No entanto, não só as negociações acabaram sendo suspensas em abril deste ano, quando os representantes nacionalistas exigiram a libertação dos presos políticos negros, como também o assassinato de dois líderes da ZANU (Zimbabwe African National Union) reacendeu as divergências entre os diferentes movimentos de libertação e entre as diferentes facções da ZANU, cuja unidade já se encontrava bastante abalada pela recusa de uma fração extremista da organização no sentido de aceitar o acordo de cessar-fogo assinado pela direção da ZANU com as autoridades de Salisbury, em dezembro de 74.

A decisão de convocar a reunião dos líderes nacionalistas rodésianos foi adotada pelos presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, Samora Machel, de Moçambique e Seretse Khama, de

UGANDA

Mais uma frente soviética

técnicos foram mandados à Europa Oriental para treinamento.

Oportunismo — A crescente confiança de Amin no apoio militar soviético é tão oportunista quanto a política adotada por Moscou. Seu maior objetivo, desde a derrubada do presidente Milton Obote, no início de 1971, foi construir um Exército suficientemente forte para manter-se no poder e impedir que seus vizinhos (principalmente a Tanzânia) dessem apoio a ataques contra seu regime por forças dirigidas por Obote.

Ele começou por solicitar armas à Inglaterra e ao Egito, mas os governos destes dois países estavam amedrontados pelas idéias ambiciosas de Amin sobre o tamanho do projetado Exército ugandense e por sua intenção, abertamente expressa, de estabelecer um corredor através da Tanzânia a fim de assegurar um porto em Tanga para a confinada Uganda.

Em seguida, Amin recorreu ao mundo árabe, especialmente à Líbia. Da noite para o dia, ele deixou de ser o "melhor amigo" de Israel para apoiar a causa árabe. Encorajado por Kadhafi, começou a enfatizar o papel dos muçulmanos em Uganda — um país eminentemente cristão. Ele próprio um muçulmano, Amin passou a confiar cada vez mais nas pequenas tribos muçulmanas e concedeu uma "parte de leão" das propriedades asiáticas desapropriadas a homens de negócio da Núbia.

No entanto, apesar das promessas árabes, sua ajuda efetiva, tanto econômica quanto militar, permaneceu modesta — muito mais modesta do que as ambições de Amin. Foi isto que o fez recorrer aos soviéticos, cujos interesses — como ele descobriu — se har-

monizavam com os seus.

A ajuda soviética, desde a chegada da primeira remessa de armas, em março de 1974, tornou-se substancial e sempre crescente — ...ou provado pela última frota de veículos militares que foram, sumariamente, impedidos de atravessar o Quênia, na semana passada.

As armas soviéticas — Uma avaliação razoável da ajuda militar soviética estima em 12 o número dos Mig de combate e bombardeiros, em 60 os tanques leves, em 100 os carros transportadores de tropas armadas, em 50 os canhões anti-aéreos, em 200 os armamentos contra tanques, em 850 as bombas e foguetes. Diz Amin que o suprimento de armas soviético "melhorou o equilíbrio de poderes na África".

Na sua opinião, o motivo dos "países amigos estarem prontos a armar Uganda até os dentes" deve-se à sua posição "contra os imperialistas e os sionistas, e a favor dos que combatem pela liberdade".

Porém, em momentos de menos cautela, Amin fala da capacidade atual de Uganda "afetuar a Tanzânia e seus outros inimigos". O presidente da Tanzânia, Júlio Nyerere, desde o início, viu Amin como "um assassino".

A política de Amin também tem colocado Uganda em conflito político com a Zâmbia, Sudão, Zaire e Botswana; e nos últimos meses, com o Quênia. Em consequência, Amin está quase totalmente cercado por países inimigos. No entanto, o poderio militar que a União Soviética concedeu deu a Amin a confiança de que ele precisava para desafiar seus vizinhos e a Inglaterra. (The Washington Post)

se consideram os recentes acontecimentos envolvendo os diferentes movimentos de libertação de Angola.

Novos dados sobre o caso Rosenberg

Os filhos de Julius e Ethel Rosenberg, Michael e Robert Meeropol (nome da família que os adotou após a execução de seus pais como espiões atômicos em 1953) prosseguem sua batalha judicial para garantir acesso aos documentos oficiais do processo que comoveu a opinião pública do mundo inteiro e para que estes mesmos documentos não venham a ser destruídos por funcionários das agências de informação do governo norte-americano.

Atualmente, eles processam o procurador-geral Edward H. Levi, o diretor do FBI, Clarence M. Kelly, e o da CIA, William E. Colby, por terem descoberto que alguns arquivos referentes ao caso Rosenberg foram completamente destruídos por elementos ligados a estas repartições de Washington.

Além disso, um outro dado importante em relação à condenação de Ethel e Julius veio à tona clarificando, mais uma vez, certos mecanismos "inconfessáveis" do chamado país defensor das liberdades do mundo inteiro: antes do julgamento final, oficiais da Comissão de Energia Atômica e membros do comitê do Congresso encarregado do assunto, reuniram-se para definir e assegurar a condenação e a pena capital para os Rosenberg. Esta "democrática" decisão foi transmitida a um juiz federal de Nova York para que este também desse sua aprovação, o que foi conseguido.

O primeiro-ministro tailandês, Kukrit Pramoj, anunciou, quando do seu regresso de Pequim, que o vice-primeiro-ministro chinês, Teng Hsiaoping, visitará Bangcoc provavelmente em novembro.

Evocando, durante uma entrevista concedida à imprensa, o encontro que teve com o presidente Mao Tsé-tung, o primeiro-ministro chinês exprimeu sua convicção de que a China não tinha a intenção de interferir nos assuntos internos da Tailândia. Segundo o dirigente chinês, as relações entre Partidos Comunistas independem das relações entre nações. No entanto, a renovação das atividades da extrema-direita é atualmente o fenômeno de maior importância da vida política do país.

A jovem e frágil democracia tailandesa está atravessando uma fase difícil. O governo, coalizão heterogênea de numerosos movimentos, evita tomar decisões para não descontentar os interesses políticos, mas, também, econômicos, dos seus partidários. Diversos membros do Gabinete foram implicados em negociações, sem que a Justiça se mostre preocupada em investigar a fundo a questão. Os confrontos entre as organizações de esquerda (estudantes, sindicatos, partidos) e os grupos de extrema-direita se multiplicam. As autoridades cada vez mais tomam o partido destes últimos, quando não são abertamente utilizadas por eles. O ministro do Interior lançou um apelo pelo rádio, anunciando uma repressão severa contra aqueles que "ameaçam a paz e a ordem", dirigindo-se em particular dos estudantes e "ativistas" que efetuam um trabalho de conscientização junto aos camponeses.

Mas a ameaça mais imediata que o governo teme de enfrentar não provém nem dos estudantes nem dos militantes comunistas. Ela se situa no interior da própria coalizão no governo. Seu líder, Dewitt Klinprathum, que é ministro da Agricultura, reclama com insistência que lhe sejam atribuídas novas pastas ministeriais para acalmar a impaciência dos seus amigos. Muito



25 de julho

5, rue des Italiens — Paris 9e. tel. 7-709-129

A DIREITA VOLTA A ATACAR

O frágil equilíbrio do governo tailandês

Patrice de Beer

oportunamente, ao que parece, uma espécie de cisão acaba de se produzir no seio desta formação. A metade dos deputados do Partido da Justiça Social decidiu formar um subgrupo; a Constituição, no entanto, proíbe aos parlamentares abandonarem o partido pelo qual foram eleitos, sob pena de perda do mandato.

Uma campanha de rumores

Se estes deputados colocassem em prática a ameaça de votar contra o governo durante os debates mais importantes, o Gabinete correria o risco de ficar em minoria. Mas, no fundo, todo esse problema não passa de uma manobra de Dewitt para pressionar um primeiro-ministro hesitante. Com efeito, os dois chefes dissidentes — que o governo recebe 100 mil baths, ou seja, o equivalente a 40 mil cruzeiros — foram os dois candidatos propostos há algumas semanas por Dewitt para ocupar os postos vagos de dois vice-ministros.

Quem mais lucraria com uma crise política seriam os militares ou os partidários de um endurecimento do regime e não o Partido Democrata, o

principal partido opositorista que, em fevereiro, fracassou na sua tentativa de formar governo menos conservador que o atual. O vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, general Pramarn Adireksarn, geralmente ataca a esquerda, tendo declarado que o Gabinete podia ser comparado a um prato de "beringelas cozidas", criticando assim sua tolerância para com os promotores das desordens. O comandante das Forças Armadas, general Kris Sivara, que deve ir para a reserva em setembro, poderia então entrar no governo, onde ocuparia um dos postos mais relevantes.

Por outro lado, uma sutil e insidiosa campanha de rumores se desenvolve. Propagada por um setor da imprensa e pelos meios conservadores, ela aumenta alguns incidentes, suscita outros, deforma deliberadamente os objetivos dos movimentos estudantis e do Partido Socialista, a fim de criar na população um temor dos extremistas e

do "comunismo". Após a Associação Estudantil ter anunciado uma campanha antiamericana, que começou no dia 4 de julho (toda Bangcoc está repleta de cartazes onde se vê uma águia americana tendo em suas garras um fuzil e um punhado de dólares, trespassada por flechas com as cores tailandesas), um jornal afirmou que os jovens tinham a intenção de aproveitar a ocasião para derrubar o regime e estabelecer uma ditadura comunista. Essa notícia falsa provocou uma rápida declaração do primeiro-ministro, ameaçando proclamar a lei marcial.

Os recentes acontecimentos da Indochina são também utilizados para atizar a inquietude dos tailandeses e convencê-los da necessidade de se fazer respeitar a lei e a ordem por uma ação violenta, se for necessário, conforme as palavras do ministro do Interior. A imprensa publica diariamente relatos — sempre inverificáveis — de refugiados cabojanos denunciando as atrocidades das autoridades comunistas. E a aparição na margem laosiana do Mekong de um carro de combate do Pathet-Lao, em frente da cidade tailandesa de Nong-Khai, provocou a declaração do estado de

alerta na região e serviu de motivo a inúmeras especulações por parte dos jornais.

Uma organização que dá o que falar: o Nawaphon

É nas ruas e nos campos que se sente mais a nova agressividade de uma extrema-direita que pouco se manifestou depois da derrubada da ditadura militar, em outubro de 1973. Os estudantes do Krating Daeng — búfalos Vermelhos Selvagens — já foram utilizados para tentar romper greves. Ninguém desconhece seus laços com a polícia anticomunista. Embora algumas autoridades acusem os estudantes de esconderem armas e distribuí-las depois para os camponeses, são os Krating Daeng que brandem seus fuzis e jogam bombas sem receio de serem detidos. E uma outra organização, o Nawaphon, que agrupa nove movimentos de direita, cada vez mais dá o que falar.

A campanha empreendida desde outubro de 1973 pelos estudantes, com resultados mais ou menos bons, segundo as regiões, para educar politicamente os camponeses, chocou-se com a oposição do governo e dos extremistas de direita. Um funcionário governamental nos declarou recentemente: "Pessoalmente sou favorável aos estudantes, mas sua ação incomoda os burocratas".

Na província de Sisaket, as forças policiais encarregaram um grupo paramilitar de direita de evacuar os camponeses de uma área que tinham desmatado e de expulsar os estudantes que os ajudavam. Ao mesmo tempo, os jornais acusavam o Serviço Florestal de desbarbizar certos setores que ele mesmo estava encarregado de proteger.

Até o presente, o governo evitou deixar-se levar pela engrenagem do autoritarismo. A coalizão no poder, no entanto, após ter feito uma abertura à esquerda, ao iniciar o diálogo com Hanói e ao reconhecer Pequim, poderia restabelecer sua unidade às expensas desta mesma esquerda.

A reforma de nove generais e o afastamento de um ministro, anunciados dia 3 de julho, sob acusação de "passividade" ou de cumplicidade no caso do "complô" denunciado a 15 de junho, confirmam a gravidade da situação no Zaire. Estes fatos seguem-se à prisão de vários oficiais. Na ocasião, o jornal oficioso Salongo noticiou que podia-se esperar uma limpeza no seio da comissão política do partido único, o Movimento Popular para a Revolução. O jornal deixou claro que havia "uma grave crise de confiança" entre o chefe de Estado e os quadros dirigentes do partido. Sabe-se, em Dar-El-Salam, que o presidente Mobuto desistiu de ir à Tanzânia, onde era esperado.

Repetidas vezes, o presidente Mobuto acusou os Estados Unidos de terem fomentado o "complô". Entretanto, a hipótese de uma origem puramente interna da crise política pode ser sustentada por argumentos pelo menos tão convincentes quanto os do presidente.

Que tenha havido um complô, ou pelo menos uma ameaça de complô, é difícil de duvidar. Um chefe de Estado não ordena, sem ter sérias razões, a prisão do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, do chefe do Estado-Maior do Exército, de um comandante de região militar prestes a ser nomeado comandante das tropas de elite e do chefe de sua própria guarda pessoal. A obscuridade vem da fragilidade das provas reveladas ao público: fuzis com teleobjetivos foram descobertos, a data do assassinato do presidente teria sido fixada em 30 de setembro — uma data bastante longínqua —, enfim, a maior parte dos acusados (mas não todos) tinha vínculos com os Estados Unidos.

É essa última acusação que, na imprensa do Zaire, foi apresentada como a mais grave e, ao mesmo tempo, a mais comprobatória. Ora, a maior parte dos oficiais superiores receberam uma formação militar nos Estados Unidos, onde, ainda hoje, são organizados estágios. A "alma do complô", segundo a imprensa local, era o ge-

neral Fallu, que, desde 1972, era adido militar em Washington e supervisionava a organização de estágios. Teria sido, portanto, muito difícil ao presidente Mobuto denunciar integrantes do complô em alto nível que não tivessem, pelo menos no passado, mantido cordiais relações com os americanos.

O próprio presidente, ao dar o tom da campanha da imprensa, observou uma grande prudência verbal. Ele retomou, contudo, acusações que não parecem muito sérias. Como a de que um dos oficiais inculcados teria apresentado em novembro, nos Estados Unidos, uma tese de fim de curso sobre o tema: "Como preparar e levar à vitória um golpe de Estado para mudar o regime atual no Zaire".

Todos os comentaristas, a começar pelo presidente Mobuto, datam o "esfriamento" das relações zairo-americanas do grande discurso que o chefe de Estado pronunciou na tribuna das Nações Unidas em 4 de outubro de 1973; anunciou então, sem aviso prévio, a ruptura das relações diplomáticas com Israel. Passagens deste discurso freqüentemente provocante, são retransmitidas, ainda hoje, na televisão todas as noites. "Não podemos aceitar que em todo o mundo todas as raças sejam livres, menos a raça negra da África", declarou na ocasião o general. "E por isso estamos determinados a provocar a mudança, por todos os meios, deste estado de coisas. A discriminação e a exploração do negro no solo dos seus ancestrais pelo estrangeiro branco devem acabar." E o presidente ressaltava elogiosamente a cooperação com a China.

Em 30 de novembro de 1973, o chefe de Estado decidia a "zairização" da economia. Houve poucas nacionali-

O COMPLÔ CONTRA MOBUTO

Zaire: uma grave crise política

Olivier Postel-Vinay

zações, mas se tomou o controle do capital ou da gestão de numerosas empresas estrangeiras. Bastava, é verdade, a um estrangeiro respeitar o código dos investimentos para escapar a estas medidas, mas o Estado era soberano para decidir quem não as respeitava. Se as mais poderosas empresas norte-americanas (exceto no domínio dos hidrocarburetos) não foram tocadas, o mesmo não aconteceu com numerosos interesses de dimensão média.

Os investidores sentiram-se, pelo menos a médio prazo, atingidos. Pouco depois de anunciada essa nova política, Henry Kissinger nomeou como embaixador em Kinshasa Dean Hinton, suspeito de ter participado da derrubada do regime de Allende no Chile. O presidente fez saber que não apreciava essa nomeação.

Depois de uma segunda viagem à China, que cercou de grande publicidade, o chefe de Estado anunciou, em 4 de janeiro de 1975, a "radicalização da revolução autêntica". Este segundo conjunto de medidas, destinadas oficialmente a eliminar a classe de novos ricos desenvolvida pela política de "zairização", ocasionou também o desmantelamento quase total das pequenas e médias empresas estrangeiras. O presidente Mobuto pronunciou uma condenação radical ao sistema capitalista, "herdado do colonialismo". Somente as grandes sociedades estrangeiras agindo em conformidade com o código dos

investimentos continuam em atividade.

As relações com os Estados Unidos, parece, sofreram o contragolpe dessa segunda "virada à esquerda". O presidente do Zaire criticou publicamente, no fim de janeiro, a nomeação de Nathaniel Davis para o posto de subsecretário de Estado para assuntos africanos, e, mais amplamente, a política de Kissinger na África. Uma campanha de imprensa se desenvolve contra o embaixador americano em Kinshasa.

Em Washington, Kissinger parece quase não ter se esforçado para cair nas boas graças do general Mobuto. A comissão senatorial de inquérito sobre as atividades da CIA no exterior examinou recentemente o papel atribuído a essa organização no assassinato, em 1961, de Patrice Lumumba, o rival do presidente Mobuto. Esse último teria tido, sem dúvida, naquela época, laços com a CIA. E havia aí um novo motivo para o "líder" do Zaire tomar distância a respeito dos Estados Unidos.

O embaixador dos Estados Unidos foi expulso e o embaixador do Zaire em Washington, chamado de volta. Mas os interesses americanos no Zaire são importantes demais para poderem ser negligenciados pelas duas partes. Por outro lado, o Zaire e os Estados Unidos apóiam ambos o movimento nacionalista angolano de Robert Holden. Por essas razões, as relações diplomáticas não foram rompidas. Foram dadas garantias aos americanos residentes no Zaire. O chefe de Estado não se recusou a acolher em Kinshasa uma missão diplomática vinda de Washington, onde se julga necessário, no momento, não manifestar um excessivo mau humor.

Teria a CIA organizado um complô

contra o general Mobuto? Existem razões para se duvidar disso. É de fato difícil imaginar que os americanos, a despeito de seu mau conhecimento do continente africano, ignorem que, sem o general Mobuto, o Zaire será provavelmente lançado ao caos. Sejam quais forem seus defeitos, o homem é dotado de um carisma que contribui em muito para manter a unidade de um país onde as forças centrífugas são muito poderosas.

A hipótese de um "complô" puramente interno não é inverossímil. As duas "guinadas à esquerda" do presidente foram suficientemente brutais para inquietar uma "elite" habituada a pensar "à direita" e desejosa de instigar seus privilégios. Por outro lado, a campanha lançada contra a Igreja chocou bastante os espíritos. A "zairização" de 1973 não favoreceu igualmente todas as camadas da alta sociedade. E as medidas tomadas em janeiro ameaçaram uma parte daqueles que haviam tirado melhor lucro das medidas de 1973.

O Zaire atravessa também há vários meses uma grave crise econômica. A queda da cotação do ouro coincidiu com a alta dos preços do petróleo. A balança de pagamentos deteriorou-se bastante. O custo de vida aumentou em proporções desconhecidas na Europa. A agricultura foi completamente negligenciada pelas autoridades. Os campos estão abandonados, e os gêneros essenciais em falta. Em maio, o general Mobuto foi anarquizado em público por uma assembléia de mulheres — o que jamais tinha sido visto. Uma visita às províncias e uma "revolta de painéis" permitiram ao chefe de Estado constatar que sua popularidade está em baixa.



© Le Monde

Todos os direitos reservados

TELEJORNALISMO

O show da vida

Frustrado pela timidez, a incompetência e, em alguns casos, por forças ocultas, o telejornalismo acabou reduzido no Brasil às dimensões de um espetáculo. Seus locutores são belos e multicoloridos, as notícias ligeiras e os comentários, quase sempre, banais.

Aconteceu numa segunda-feira. De manhã, a revista *Veja* publicara um cartum de Millôr Fernandes sobre a televisão, no qual um locutor, facilmente identificado como um dos apresentadores dos telejornais da Globo, respandecia num terno de berrante policromia. À tarde, o primeiro funcionário da emissora a ver o locutor Cid Moreira entrar no estúdio exclamou: "É realmente fantástico o show da vida!" Descontados os exageros naturais do humorista, o terno que Cid Moreira envergava naquele dia era tão estrepitoso quanto o satirizado em *Veja*. Alheio à montante chacota que às suas costas ia tomando forma, Cid preparou-se para enfrentar as câmaras do *Jornal Nacional*. E, de olho no teleprompter (1), cumpriu sua missão, que ao contrário do que se pensa, é menos informar o que aconteceu no Brasil e no mundo do que fazer com que o telespectador engula todas as notícias, porque quem as está dando é um homem limpo, bem vestido, bem penteado, bonito (segundo um estereotipado padrão de beleza), logo, digno da maior confiança.

Medo do impacto — A credibilidade é vital nos meios de informação, especialmente na Globo onde as notícias — nem sempre por culpa direta dos que as produzem na redação — circulam tolhidas pelo medo do impacto que possam ter junto à direção da emissora. Existe na televisão brasileira um código explícito de tabus (conflitos de gerações, descontentamento social, fissuras religiosas, raciais etc.) de olho no qual, para não perder o emprego, os telejornalistas orientam seus trabalhos. Na Globo, de todos os canais o mais sintonizado (entre 80 e 90% de audiência em todo o país), esse "código" é observado com o máximo de severidade. Delicada situação: sem os entraves dos fusos horários que tanto perturbam os telejornais americanos em rede nacional, a Globo monopoliza, um pouco, é verdade, por incompetência das concorrentes, uma audiência que, nos EUA, é rateada pelas três grandes cadeias: CBS, NBC e ABC.

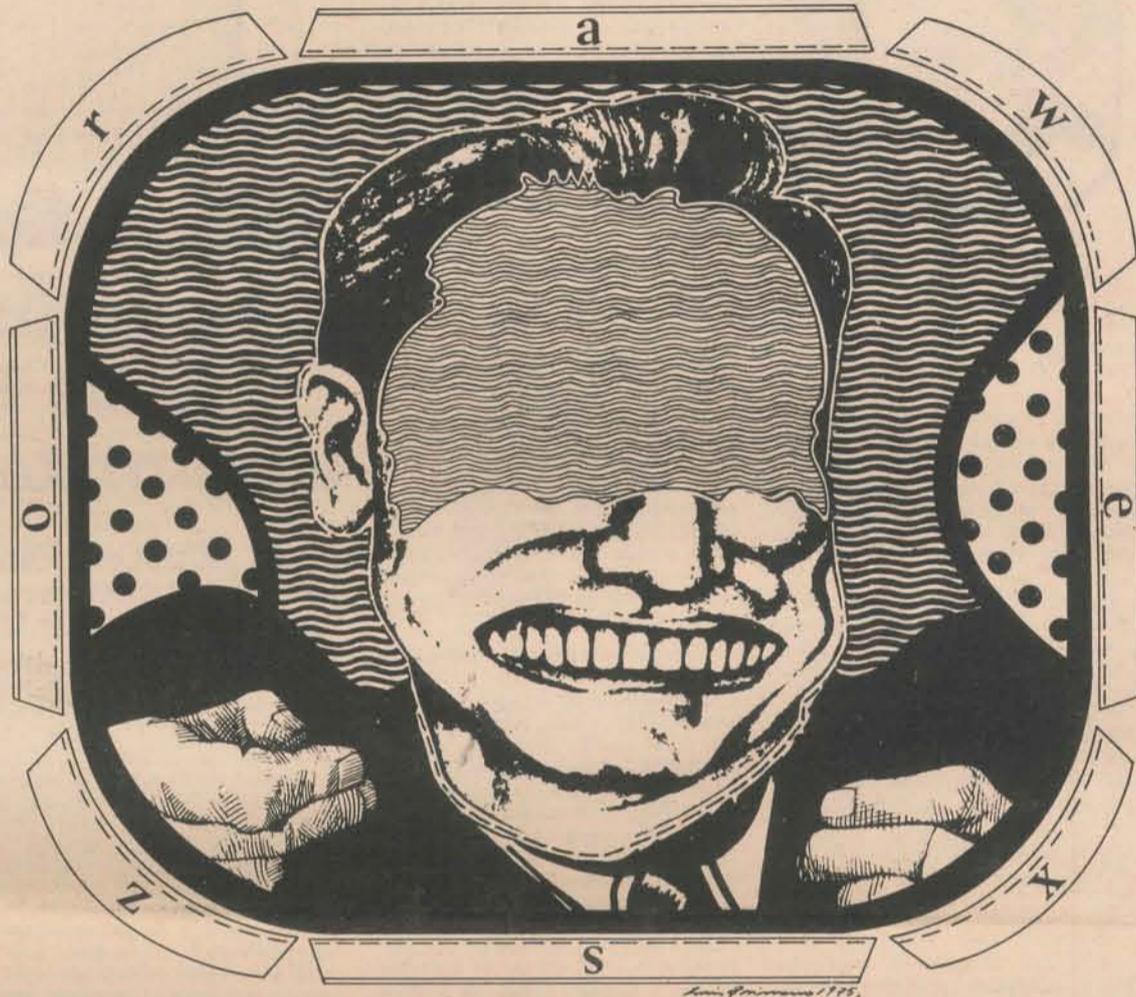
Se ocorre um deslize, alguma transgressão ao "código", o atento diretor do Departamento de Telejornalismo, Armando Nogueira — um dos menos interessados em perder o emprego, pelo qual recebe mensalmente entre 50 e 60 mil cruzeiros —, providencia os corretivos necessários. Ou, por precaução, entrega a decisão de Minerva aos escalões superiores. Sem dúvida, uma tarefa ingrata.

Olhar vigilante — E o que não está previsto no "código"? Simples: em caso de dúvida, ou falta de tempo, elimina-se o problema.

O olhar vigilante da direção de telejornalismo da Globo, em muitos casos perfeitamente explicável, não desconhece reverses. No *Jornal Nacional* do dia 4 de junho, o maior astro do beisebol americano, Baby Ruth, foi apresentado como jogador de basquetebol. No *Fantástico* do dia 1.º de julho, uma reportagem sobre saltos vertiginosos em bicicleta — praticados na zona sul do Rio por meninos entre 10 e 12 anos e focalizados pelo programa como "uma nova e perigosa forma de brincar" — deveria ter sido remetida ao "código" da emissora, pois a alguns educadores pareceu bem mais nociva do que qualquer filme educativo sobre doenças venéreas.

Emocional e ligeiro — Como veículo de informação, a televisão é, comparado aos outros, o mais vulnerável. Ao mesmo tempo que exige profissionais especialmente ajustados à sua linguagem específica, carrega a duras penas o ônus da popularidade. Por se dirigir a milhões de pessoas, apertam-lhe com mais rigor as cravelhas. Por depender sobretudo da imagem, padece de uma fatalista supremacia do emocional sobre o analítico, do superficial sobre o profundo. O jornal televisivo é, por natureza, ligeiro. Ou, eufemisticamente falando, seletivo. Sua filosofia de trabalho resulta da preconceituosa desconfiança de que o telespectador está interessado em saber somente duas coisas: 1) se a sua casa está salva naquela noite, e 2) se estará a salvo nas próximas 24 horas.

Cada edição do *Jornal Nacional* con-



tém, em média, 20 notícias, distribuídas em quatro partes e alternando tópicos nacionais e internacionais, políticos e promocionais, culturais e mundanos. Aos sábados, é maior a ênfase dada aos esportes, assaltos, desastres e mundanismo; o que não exclui absurdas omissões de assuntos de interesse, locais inclusive, por outros totalmente irrelevantes. Nem a supremacia de certas matérias promocionais, esticadas além de conta, sobre festejos da Rede Globo.

Para o lixo — Também na televisão americana, tida com razão como a mais avançada em jornalismo, a ordem é eliminar o máximo possível de notícias. Para se ter um exemplo, o telejornal noturno da CBS, recordista

de audiência nos EUA (23 minutos e 30 segundos de notícias, mais ou menos 20 milhões de telespectadores), resume o que aconteceu no mundo em 3 900 palavras; ou seja: 196 100 a menos do que o jornal *The New York Times*. No entanto, ao contrário do que ocorre no Brasil, os manipuladores da teleinformação são os primeiros a se preocupar com essa desigualdade, e a tentar analisá-la sem os enganosos supositórios do ufanismo.

Av Westin, produtor-executivo de telejornalismo da ABC, acha que os jornalistas da TV deviam ser mais humildes e bem menos deslumbrados com os potenciais tecnológicos de que dispõem. "A simultaneidade, a força das imagens e as facilidades de

cobertura de um fato na hora em que ele acontece" — diz Westin — "são vantagens sem dúvida maravilhosas mas em nada recompensam a frustração que nós sentimos diante da maior consistência com que os jornais, por enquanto, ainda nos superam. Quando leio estatísticas que mostram que 60% dos americanos tomam conhecimento do que ocorre no mundo, quase que exclusivamente pela TV, estremeço dos pés à cabeça. Estremeço porque sei o quanto de notícias interessantes jogamos fora na hora de editarmos o nosso telejornal." Richard Salant, diretor de telejornalismo da CBS, vai mais além: "A verdade, lamentavelmente, é que não apresentamos ao público a realidade

como ela de fato é. Se eu fosse um chefe tirânico, proibiria Walter Cronkite de terminar os noticiários com a expressão: 'E foi assim que tudo aconteceu'."

Nada perfeito — Estariam os mandarins do telejornalismo brasileiro tão preocupados como os seus colegas americanos que tanto procuram imitar em outros aspectos? Os mais idealistas estão. "Não acreditamos que fazemos nada perfeito", declarou há quatro meses a *O Globo* José Itamar de Freitas, um dos cinco assessores de Armando Nogueira no Canal 4 do Rio. "Estamos passando agora por uma fase de aprendizagem, e a primeira geração de jornalistas de TV está por nascer. Surgirá destes que tentam, agora, conduzir um veículo inteiramente novo e sobre o qual até mesmo os teóricos da comunicação ainda divergem. Acho importante frisar, também, que o jornalista de jornal e revista tem grande importância para a TV, e ela precisa dela para chegar ao bom nível que todos almejamos."

Evidente que outros jornalistas de

A Tupi sem o principal

Há pouco mais de um ano a sede da TV Tupi mudou-se para São Paulo, onde hoje é realizada a maior parte (quase 80%) da programação. "O que aqui se faz diariamente é um milagre", desabafa Gontijo Teodoro, o ex-famoso Repórter Esso e diretor do Departamento de Telejornalismo da Tupi, no Rio, "porque tudo é feito sem condições". Os poucos funcionários que continuam a trabalhar, apesar da demissão em massa, acumulam duas ou três funções. Como Gontijo, que é diretor, locutor e até datilógrafo. "Às vezes", prossegue Gontijo, "ficamos numa situação tal, que se ocorresse um fato muito importante aqui em frente, na praia da Urca, a gente ia ficar de braços cruzados, porque temos câmaras, temos cinegrafistas, mas não temos o principal, que são os filmes."

TV Globo têm desabafos a fazer e perplexidades a divulgar, mas, infelizmente, não estão autorizados a fazê-lo, por ordens expressas da direção, única detentora e distribuidora de qualquer informação sobre a emissora e seus métodos de trabalho. Além, é claro, dos seus boletins semanais, através dos quais se pode tomar conhecimento das crises de otimismo da emissora, como por exemplo, que *O Globo Repórter* (programa que alterna boas e más realizações) acalenta novos planos visando a aumentar sua espetacular audiência de 44 por cento.

Oficiosamente se sabe que, por detrás de toda a justificada arrogância do império Globo de comunicação, esconde-se um saudável requício de respeito pela opinião dos *outsiders*. Dois artigos de Paulo Francis, publicados no começo deste ano no *Pasquim*, analisando sem meias-tintas o telejornalismo brasileiro — e acusando o *Jornal Nacional* de "plastrar o besteirol vago da UPI e AP em linguagem de analfabeto pedante", e seus locutores de lerem "as notícias com a untuosidade típica do velho rádio e com a cara de quem não tem a mais remota idéia do que está dizendo" —, foram discutidos com aidez nos bastidores da Globo. Lamentavelmente, nenhuma luz baixou sobre o Jardim Botânico e não faltou até quem reclamasse do rigor analítico do articulista, acusado de exagerar o ridículo dos locutores, "um mal necessário". Por que necessário?

Digno de confiança — Antigamente, os locutores da BBC, de Londres, usavam traje a rigor. A Globo, portanto, apenas aperfeiçoou aos trópicos um pedantismo de elegância e pulcritude hoje superado em todo o mundo. Os apresentadores principais

Na Rio, demissões em massa

Com a entrada da TV Globo no mercado, as outras emissoras dançaram", conta Lincoln Broom, chefe de reportagem da TV Rio. Até novembro do ano passado, o telejornalismo no Canal 13 era inexpressivo, sem as mínimas condições de realização: não havia filmes nem câmaras, devido a sérias dificuldades financeiras. Contratou-se então um grupo de experimentados jornalistas profissionais, entre os quais Washington Novaes, Roberto Melo, Ricardo Gontijo, Flávio Moreira da Costa, Jean Pouchard e Odaci Costa, que ocuparam o novo Departamento de Jornalismo, dispostos a desenvolver um trabalho atuante, em linguagem acessível e própria da televisão. E, acima de tudo, sem enfeites superfluos. Em três meses, a audiência foi elevada para sete no Ibope, o que

significou um público de 350 mil telespectadores e algumas apreensões na Globo.

"O trabalho desse novo grupo" — salienta Lincoln Broom — "foi elogiado publicamente por colegas da profissão. O Caso Lou foi uma prova de que noticiário policial, se bem feito, é dos que mais interessam ao público. Fizemos um trabalho de levantamento e emitimos imagens e depoimentos mais interessantes que as outras estações."

Seis meses depois da esperanzosa tentativa de melhorar o nível da TV Rio, todos os jornalistas contratados demitiram-se por falta de pagamento. Há um mês, os realizadores do mais interessante programa jornalístico da televisão brasileira, *Entrevista Coletiva*, foram abruptamente informados de que o Canal 13 não estava

mais interessado em seus serviços (v. Opinião n.º 137).

No dia em que Lincoln, um tanto reticente, informava sobre suas atribuições telejornalísticas, o clima na sala de reportagem da TV Rio era deprimente. Três ex-funcionários entraram para despedir-se dos colegas. Um deles dizia: "Devo aluguel há dois meses, já vendi o carro, não sei mais o que fazer. Dar um tempo para ver se me pagam? Bobagem". A ex-diretora do *Jornal Internacional*, por sua vez, desabafou: "Ou a gente faz o jogo deles (dos donos), que é de tocar pra frente de qualquer maneira, sem a menor preocupação com as pessoas, ou vai embora. Eu vou embora". E foi. Assim como Washington Novaes, um dos melhores profissionais do departamento, que foi o primeiro a demitir-se.

continua na página 20

continuação da página 19

dos telejornais americanos — os *anchormen* — não são obrigatoriamente jovens nem bonitos. Um deles, Walter Cronkite, da CBS, é um senhor de 60 anos, meio gordote, que mesmo antes do escândalo Watergate superava em Ibope (70% contra 40%) o então presidente Nixon como "o homem mais digno de confiança no país". Cronkite executa um ritual muito mais rico em intervenções que o mais livre e criativo locutor que a televisão brasileira conheceu, Heron Domingues. Reescreve todo o material deixado em sua mesa pelos produtores e redatores, lê tudo em voz alta para ver se existe alguma frase ou palavra que não soe coloquial. E, suprema conquista, dá ao telespectador a noção de que não só entende do que está lendo como também lamenta que muito do que lê seja verdadeiro. Cronkite opina com o olhar. Tem autoridade para isso.

Para manter indelével essa credibilidade os *anchormen* preferem não aceitar contratos de garoto-propaganda. O anúncio exclusivo deles é a notícia. No Brasil, os apresentadores não têm o mesmo escrúpulo, mesmo porque são comparativamente mínimas as suas responsabilidades. Até os bem remunerados, como Sérgio Chapelin, que, segundo *Veja*, ganhava há um ano atrás Cr\$ 13 mil de salário e mais da metade disso por comerciais. Outros, como Gontijo Teodoro, já aceitaram estrelar anúncios que ostensivamente vampirizam e desmoralizam sua atividade principal, obrigando-os a alardear, em "edição extraordinária", a mais recente metamorfose do Leite de Magnésia de Philips.

Sugestão antiga — A falta de um Cronkite a televisão brasileira poderia compensá-la, senão suprimi-la, com outra virtude típica do telejornalismo americano: a transformação do repórter em apresentador. A sugestão é antiga, talvez seja testada em alguma emissora da periferia, mas tão cedo não o será na Globo que, a cada dia, assim como as suas imitadoras, prefere investir mais em beldades.

Fala quem entende do problema: Gabriel Romero, chefe do Departamento de Telejornalismo da TV Bandeirantes, São Paulo, acredita que "a televisão brasileira é marcada pela idéia de que tudo que ela faz é espetáculo. Em fins dos anos 60, foi a Globo que mais veiculou essa idéia. Então o que houve foi uma distorção: criticava-se a televisão por ser radiofônica e aí a preocupação em embelezar o noticiário passou a ser maior que a de informar". E quanto mais se embeleza — com vinhetas deslumbrantes, decoração de acrílico e locutoras que fazem charminho ao

anunciarem terremotos e bombardeios — melhor se oculta do telespectador o esvaziamento de seu canal de informações. O telejornal *Amanhã* — que o humor malévolo de vários críticos apelidou de "Anteontem" e algumas estações do interior têm relutado comprar — substituiu o *Jornal Internacional*, que era, no consenso geral, o melhor noticioso da Globo. Isto diz tudo das reais pers-



Em caso de dúvida, elimina-se o problema

pectivas do jornalismo de nossa mais poderosa emissora de TV.

Quando trabalhava na TV Cultura, Canal 2, de São Paulo, Gabriel Romero recorda, "nosso telejornal não era tão bonito quanto o da Globo, mais tinha conteúdo. E por ter conteúdo conseguiu ótima audiência: 300 mil espectadores; talvez não tão grande quanto a do *Jornal Nacional*, mas acontece que o público que vê o jornal da Globo não é público de jornal, mas de novela — é um público que vê o jornal mais por inércia do que por interesse. Se o telejornal é mais seletivo que o jornal, temos de nos preocupar com assuntos que sejam do interesse da população, de toda a população, como salários, questões políticas, e problemas de países mais próximos do nosso em termos geográficos e ideológicos".

Problemas locais — Em setembro do ano passado, Romero foi contratado pela Bandeirantes para reformular seu Departamento de Telejornalismo, dando mais atenção aos assuntos locais. Não tem sido outra a preocupação da divisão de reportagens especiais da TV Globo, em São Paulo, cujo editor, Fernando Pacheco Jordão, procura se desvincular o mais que pode das emissões feitas no e sobre o Rio. "Essa relação TV-população local" confirma João Batista de Andrade, também da TV Globo paulista, "deveria ocorrer igualmente em outros

estados, a fim de dinamizar a produção local. Isso cria uma responsabilidade maior e informa mais. E quem vai ganhar, não tenham dúvida, é o telespectador, a comunidade."

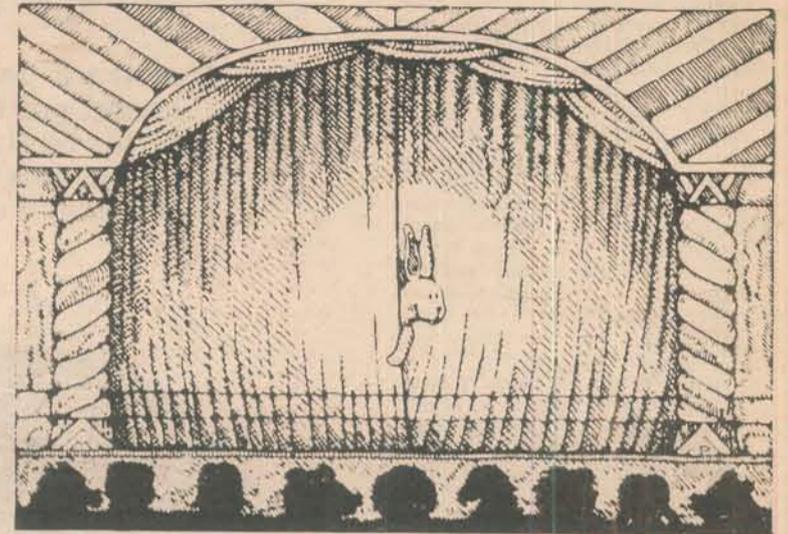
Há três anos, esse sonho de telejornalismo regionalista e dinâmico quase chegou a uma satisfatória distância do ideal com a *Hora da Notícia*, transmitida pelo Canal 2 de São Paulo. Sua reportagem se caracterizava pelo noticiário analisado e pela abolição radical de matérias aleatórias, inaugurações e outros *faits divers* comuns no telejornalismo brasileiro. Assim, a cobertura de uma inauguração de serviços assistenciais do governo era precedida de reportagens sobre a vida da população afetada. Nos áureos tempos da *Hora da Notícia*, o homem da rua era convidado a falar, a expor seus problemas. As autoridades vinham depois. O noticiário internacional seguia a mesma linha: o telegrama era sempre explicado, os fatos relacionados e jornalistas especializados, convidados a comentar os acontecimentos. No começo do ano passado, o próprio secretário de Saúde chegou a confundir que era através do telejornal da TV Cultura que conseguia melhor se informar sobre a evolução do surto de meningite.

Contudo uma série de pressões e advertências partidas do governo Laudo Natel, e que culminou com a demissão do produtor e, progressivamente, de toda a equipe editorial, transformou *Hora da Notícia* numa espécie de Diário Oficial, numa caricatura do que de mais lamentável existe em matéria de telejornalismo no Brasil.

Monopólio da palavra — Segundo o comunicólogo Muniz Sodré, a televisão é um meio repressivo por natureza, porque detém o monopólio da palavra. Na televisão, o diálogo inexistente, a palavra pertence àquele que fala: não há troca, ela é imposta. Em todos os meios de informação existe esse monopólio, mas na televisão é agravado porque a "objetividade" da imagem causa uma ilusão de realidade. O que a faz perigosa em todos os níveis. No Brasil, a televisão, assim como o rádio, é uma concessão do governo por se tratar de "um veículo de utilidade pública". Convém, pois, ao Leviatã vigiá-la com atenção. Assim como convém aos seus proprietários torná-la realmente de utilidade pública, atenta a todas as camadas sociais. O que, por enquanto, ainda é uma utopia de alguns cabeçudos. (Sérgio Augusto)

(1) *Aparelho especial, estilo diorama, que, instalado ao lado da câmara, permite ao locutor ler as notícias sem desviar os olhos da direção do telespectador.*

TEATRO



No mundo mágico de Krugli, adulto não fica de fora

Uma estranha forma de teatro infantil está sendo proposta no MAM do Rio. Da platéia, uma criança, vestida de adulto, contesta as "mágicas" dos atores no palco.

Da Metade do Caminho ao País do Último Círculo — Texto e direção de Ilo Krugli. Com Silvia Heller, Silvia Aderne, Pedro Veras. Músicas de Beto Coimbra e Cacique Botkay. Na Sala Corpo/Som do Museu de Arte Moderna do Rio.

Nada mais exato para definir o universo infantil do que a poesia e a mágica. Gravitando entre esses dois pólos, as crianças estabelecem a sua relação com o mundo adulto, utilizando-se de códigos muito especiais de percepção, bastante mais livres do que a estrutura preconceituosa dos mais velhos. *Da Metade do Caminho ao País do Último Círculo* nos propõe uma antiga questão: até que ponto critérios de avaliação crítica são adequados para medir a comunicabilidade de uma proposta de teatro infantil, onde justamente a magia e a poesia formam a espinha dorsal e o arcabouço?

Ilo Krugli desmembrou seu espetáculo em duas versões: à tarde para platéias infantis e à noite para adultos. A base dramática é a mesma para as duas versões, mas segundo Ilo a adulta decorre da infantil e as dessemelhanças são puramente circunstanciais. Ao analisar apenas o espetáculo para crianças, mais uma vez nos concentramos no Ilo diretor de textos infantis e não no Ilo que a partir de *História de Lencos e Ventos*, mergulhou na sua proposta poético-gestual de um teatro nem adulto, nem infantil, apenas universal. Mas ao confessar que a versão adulta é decorrente da infantil provou que seu núcleo de trabalho ainda parte das pesquisas do universo infantil.

As crianças participam? — No dia da estréia a maioria das crianças que assistiam ao espetáculo subverteu a convenção teatral e se deixou fascinar pelos panos coloridos, pelas marionetes e os instrumentos musicais, um tanto desligados da trama. No dia seguinte, a participação da platéia infantil foi mais do que respeitosa. Ouvindo atentamente, encantado pela mágica dos saltimbancos e menestréis que assistia, esse público provou que é difícil compreender as crianças. Para um adulto que tentar medir esta proposta com seus olhos argutos fatalmente não irá muito longe. Porque, afinal, a linguagem dramática de Ilo e seu grupo Ventoforte atua ao nível da sensibilidade da criança,

despida de certas limitações e atitudes apriorísticas. O espetáculo é esta visão, senão em estado natural, pelo menos bastante próxima, haja vista que neste mundo de Ilo os objetos ganham um sentido dramático tão importante quanto os atores. E como é difícil a um adulto perceber que um trapo colorido pode "atuar" como se fora um ser vivo. A capacidade de abstração infantil, usando categorias fantasistas e mágicas, percebe vida neste trapo, o que dificilmente um adulto consegue. Ilo discute em parte este tipo de problema no seu espetáculo, contrapondo ao mundo mágico a estrutura racional de um personagem, vestido como um adulto (terno e gravata) que da platéia contesta "as mágicas" dos atores.

Da Metade do Caminho ao País do Último Círculo é uma forma de aliciar o público a penetrar na tenda mágica, "que transforma todo o universo". E é aí talvez que se interrompe a criatividade do Ventoforte. Afinal, magia e transformação são dois conceitos — e no espetáculo tratados como tal — os quais as crianças intuem, desde que referenciados a seu mundo interno, mas que se tornam vagos desde que explicitados de maneira repetitiva e enfática.

Sem clareza — A trajetória de Ilo e seu grupo no sentido de penetrar na poesia (da criança, do adulto, dos objetos) ficou assim interrompida pelo excesso de justificativas que comprometeu irremediavelmente a clareza do espetáculo. Há um exagerado amor do criador por sua obra, o que o fez incapaz de avaliar com precisão o tempo exato de cada cena e que o impediu de abrir mão de idéias pertinentes se consideradas isoladamente, mas que são excessivas e pouco comunicativas se vistas no conjunto.

A criança, e Ilo sabe melhor do que ninguém, não precisa ser levada, ela se deixa levar por aquilo que a atinge. O erro foi não considerar esta premissa e trazer até as crianças uma estrutura algo impositiva que esvazia a poesia e rouba o sopro vital que muitas vezes aciona um trapo colorido. Mas as crianças são uma incógnita. A sua adesão a este espetáculo ainda não pode ser devidamente percebida, mas de qualquer forma são os melhores juízes desta obra que afinal é dirigida a elas e, por toda as razões, deve lhes pertencer. (Macksen Luiz)

O humanismo balofo do Globo Repórter

Globo Repórter Pesquisa. Idi Amin Dada (TV Globo, terça-feira, 15 de julho).

A Rede Globo de Televisão, às vezes, pretende ser séria. Uma dessas pretensões é o *Globo Repórter Pesquisa*. Pesquisa o quê? O programa dedicado a Idi Amin é uma prova de que não se pesquisa nem o assunto e nem a maneira de tratar o assunto: quanto ao primeiro, basta dizer que Idi Amin foi capa, na semana anterior, de duas revistas francesas (*L'Express*, *Paris Match*) e quanto à segunda tenho certeza que ninguém ficou sabendo (efetivamente) o que é a Uganda e quem é Idi Amin.

Visão africana — Idi Amin tem um apelo jornalístico muito grande: suas tiradas, seus sonhos, suas inveríveis decisões, sua ingenuidade, qualquer gesto seu, enfim, se transforma num tópico de telex internacional. Mas até onde tudo isso pode ser levado? Ao deboche, à gozação, ao desprezo, ao respeito, à admiração? Nada disso. Simplesmente é preciso ver Idi Amin do ponto de vista da África. É preciso vê-lo não como europeu mas como alguém que nasceu num país que tem alguns problemas iguais, que já teve inclusive um presidente que 10 anos

antes dele proibiu brigas de galo e mudou radicalmente toda uma insípida política internacional. É preciso ver Idi Amin como brasileiro.

E as contradições? Estas o *Globo Repórter* evita. Podia, por exemplo, situar Uganda, dizer o que era antes da independência política de 1962, narrar brevemente o que os ingleses fizeram lá, comentar o que fez o presidente Milton Obote (curiosamente derrubado por Amin quando assistia em Singapura, julho 71, uma conferência de primeiros-ministros da Commonwealth). O programa passa por cima de todos esses dados. O que importa é mostrar o lado folclórico do presidente de Uganda (idéia geral, aliás, baseada no filme francês de Barbet Schroeder sobre Amin).

Bode expiatório — Pior ainda, todo o material utilizado parece que é do mesmo filme. Eis o que é chocante: com todos os recursos disponíveis (quadros, dinheiro), por que o *GRP* não procurou documentos que dessem, outros ângulos sobre Uganda, a fim de não apresentar ao público uma imagem *chico-city* de um país de 10 milhões de habitantes que hoje exporta mais café para a Inglaterra do que o Brasil. Mais chocante ainda: quando toda a imprensa ocidental, de modo geral, transforma Idi Amin num bode

expiatório do "fracasso" da África, a televisão brasileira, através de sua mais legítima representante, podia dar uma pequena prova de independência, proporcionando ao seu público uma visão, pelo menos, honesta do líder ugandense. E não repetir, ó falta de imaginação, os mesmos chavões a respeito das diversas facetas do estranho general Amin.

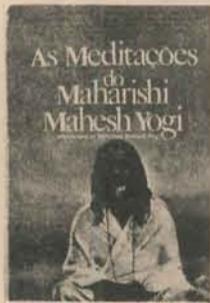
Estranho general Amin! "Louco, dom-xixote, ou um tirano" — era a propaganda da Globo anunciando o programa. No final deste, nenhuma dessas alusões foi esclarecida. Mostrou-se que Amin é tudo isso — capaz também de ser simpático ao povo. Este é o humanismo balofo do *GRP* que é preciso combater: Amin é tudo isso, vamos compreendê-lo. A pessoa pesquisada, porém, não existe, o país pesquisado, a época pesquisada, não existem. O que existe é uma criatura montada (pela Globo?) que funciona para todos os gostos — louca, alegre, popular, antifeminista, tirana, democrática. No final, somos informados de que a tomada do poder foi das mais cruéis da história. E daí? Enquanto o *GRP* não aprender que humanismo não é só compreender o homem abstratamente, mas situá-lo e explicá-lo, muito pouco nos darão as suas pesquisas. (Flávio Pinto Vieira)

LIVROS

METAMORPHOSIS



A tralha transcendental



As livrarias continuam entupidas de satânicos e visionários, que oferecem lições de amor oriental, platitudes filosóficas e prometem abrir as portas para o infinito. Quem lê essas bobagens? Segundo Aldous Huxley, só aqueles que "levam vidas dolorosas, pobres e monótonas"

Satânicos e Visionários, de Aldous Huxley. Tradução de J.L. Dantas (Companhia Editora Americana, 196 págs., Cr\$ 36,00).

A Yoga do Amor, de Jean Herbert. Tradução de Clarice Lispector (Artenova, 178 págs., Cr\$ 35,00).

Portas para o Infinito, de Carlos Castaneda. Tradução de Luzia Machado da Costa (Record, 258 págs., Cr\$ 30,00).

As Meditações do Maharishi Mahesh Yogi. Tradução de F.P. Vieira (Artenova, 127 págs., Cr\$ 25,00).

Que a humanidade possa dispensar um dia os Paraísos Artificiais, reflete Aldous Huxley em *As Portas da Percepção*, parece muito pouco provável. "Homens e mulheres levam vidas tão dolorosas, monótonas e pobres que o desejo de transcendê-las, nem que por momentos, é e tem sido o principal apetite da alma." Ao colocar neste conjunto algumas palavras de Sócrates, do *Phaedro* ("a existência de um mundo ideal... por cima e por sobre a matéria... nesta terra as cores são mais puras e mais brilhantes que aqui em baixo..."), Huxley pôde estabelecer para si mesmo toda a paternidade de uma série de acontecimentos do mundo — ou indústria — das idéias, ideologias e das edições. Enquanto não pinta o admirável mundo novo — aqui colocado como utópica platitude ao lado de, nestes tempos de crise, *A República* — todo selvagem shakespeariano terá de se contentar com o que oferecem as estantes das livrarias; algumas delas com o seu conteúdo, um pouco como o ar que se tenta respirar, cada vez mais rarefeito.

As tripas dos yahoos — *Satânicos e Visionários* reúne uma série de ensaios ranhetas e antigos da ovelha negra da família Huxley. Publicado pela primeira vez em 1929 (qualquer semelhança com outra crise é mera coincidência, espera-se) sob o título original de *Do What you Will* (*Salve-se quem puder?*), certamente assim traduzido na esperança mercadológica de que se os satânicos não comprarem os visionários compram, a coletânea oferece uma espécie de cursinho rapidinho e inteligente dos grandes males do tempo. Aqui e acolá, uma ou outra comunhão mais profunda: o desprezo de Swift pela palavra (e conceito) de tripas e bifes ao lado de sutil interpretação dos yahoos (que Huxley não maiusculiza, palavra mais próxima de *capitalize*) como humanos fundamentalmente viscerais: "o

imperdoável pecado dos yahoos consistia no fato de possuírem tripas..."

Já Renoir é colocado como amante de nádegas e seios: "Un peintre, voyez-vous, qui a le sentiment des fesses et du tétou, c'est un homme sauvé". O resto do livro percorre o caminho que vai das tripas às nádegas, escatologicamente parando em São Francisco. "Com relutância e contra a vontade, ele comeu esterco" ("Moderato Cantabile", in *Certeza da Divida*, pág. 99, cf. Paulo Francis, Paz e Terra). "Na nossa infância ainda se admirava São Francisco provando cocô de burro (relutantemente, diga-se em favor dele...)", passando em Baudelaire, Rasputin, Pascal, Spinoza e outros pratos-feitos, entrando até no cinema (*O Silêncio é de Ouro*, pág. 37). Não precisa enfatizar que Huxley detesta, tanto quanto Swift as tripas e bifes e até, à pág. 139, estacionando finalmente em *Revoluções*, mas só com duas rodas na calçada. O eminente ensaísta nunca arriscou, como Orwell, contravenções de trânsito, nem quis olhar por dentro das baleias. Mesmo assim, *Revoluções* começa com a palavra *proletariado* (cf. *proles*, de Orwell) para terminar, esvaziadamente como quaisquer pneus, em soluções niilistas.

Folgedos hindus — *Pneuma*: espírito, em grego; ou seja, um sopro de ar (de novo esta palavra subversiva), coisa tênue e um pouco para o impalpável. *A Yoga do Amor* — o *cântico de Krishna*, tradução de Clarice Lispector (1), conta de forma quase quadrinhesca toda a grande saga do deus hindu. O panteão dessa mitologia substituiu um pouco os tradicionais contos de fada, e a nova geração que, fazendo surfe, se prepara eventualmente para um maior contato com os golfinhos trocou de bom grado apasados *pin-ups* hollywoodianos pela iconografia esotérica. Um Krishna deve estar valendo uns três Dustin Hoffmans. (Se é esse o último avatar de Brando, talvez valha a pena sugerir uma retrospectiva Satyajit Ray. Ou talvez, pensando bem, se deva até evitar esse tipo de papo.)

Yoga do Amor é um produto francês ligado na taxionomia terminológica de que parece ser feita a religião hindu, com as mais curiosas histórias sobre o nascimento de Krishna; suas relações neuróticas com sua mãezinha, seus esforços para se tornar um deus maior, suas tendências secessionistas em direção a Brahma. Enfim, todo um curioso emaranhado de brincadeiras e peripécias, folgedos e travessuras.

Indisfarçada pedante — Ao que parece, na Índia, tal folclore ganha

consideravelmente em cor local, e amigos informam que as estrepolias do jovem deus adquirem significado mais autêntico perto das comidas e costumes por onde ele transa. Em termos mais literários, *Young Krishna* está muito perto, em *Yoga do Amor*, da tradição de Hesse; se você gostou de *Siddharta* vai adorar *Yoga*. Quem embatucou em *Contas de Vidro* é que tem realmente um certo problema espírito-literário: a obra-prima do neto de Heidi possui várias coisas em comum com Claudel, Proust, de uma certa forma, e, estranhamente, para mim, *Cem Anos de Solidão*. Talvez a mais importante seja uma indisfarçada pedante que vem de mãos dadas com uma impressionante, quase multinacional, concentração de rendas literárias e poderes estabelecidos. *Il y a des gens qui se croyent tout permis*, estabelecem os franceses, que nunca esquecem de incluir Henry Miller nesse parágrafo.

As Meditações do Maharishi Mahesh Yoga não inclui infelizmente nenhuma das fotos célebres da celebridade transcendental com as celebridades *mezzo-kármicas* que o rodearam, entre as quais os Beatles — e é uma pena. O grande yoga não é tão fotogênico quanto os seus seguidores. Nem os seus ensinamentos têm o charme ou a musicalidade dos principais discípulos. É bem verdade que ela foi uma péssima Daisy; mas ele também foi um péssimo Jay. Estranhamente, o filme foi um ótimo péssimo filme, que foi o que o salvou. Mas estamos na Índia e não em West Egg, e o yoga não é Trimalchio. Ou vai ver que é: *Meditações* deve ser lido como um catecismo, com o maior respeito, pelos interessados em dominar a Meditação Transcendental, efêmera moda que seguiu o caminho das polainas, do cravo-na-lapela, e do cebolão. Que esteja ainda sendo mercadeado por aqui é um simples indício de que roupa velha não se joga fora nunca: vende-se para os mais necessitados. A coisa realmente cheira a bazares de caridade em edifícios a serem demolidos.

Mistério editorial — O instrumental tecnocrático de *Meditações* se reduz ao *om*, que é um Veda. Por que o yoga pertence à tradição Shankaracharia, que é uma subcorrente filosófica de um grande movimento histórico de uma seita religiosa menor de uma das crenças da Índia. Algo assim como o Za-Zen (aliás, por que Suzuki permanece mal traduzido e menos editado ainda é um mistério. As zenações têm um mérito intrínseco de se aproximarem da evolução da filosofia



na Europa, enquanto as profundezas bramânicas do Absoluto hindu não rimam com absolutamente nada. Há mais mistérios na indústria editorial do que sonham vãs obras completas) no desenvolvimento histórico desses exercícios ligados à teoria e prática dos chás. Za-Zen traduz como "ficar quieto-não fazer nada" o yoga mais *pop* também não faz nada, mas dificilmente fica quieto.

Minorias perdidas — Quanto a Carlos Castaneda, o Harriet Beecher Stowe da sua geração, voltou a exumar e a fazer trabalhar para si o velho Índio iaqui, já consideravelmente cansado e cansativo. *Porta para o Infinito* resume os últimos bate-papos travados na entrada da cabana do Pai João, que, se neste espaço hermético e esotérico pode ser encarado como a última reencarnação terrena do Preste João, também já mereceu os gratos subsídios dos seus editores e poderia perfeitamente ser aposentado no retiro dos artistas. Mas isso seria pedir demais.

No filme *O Lucky Man*, um grafito estipula que a revolução é o ópio dos intelectuais, mas isso apenas significa que o mundo editorial aprendeu a diversificar a produção e a atingir os mercados mais esquisitos. Nas estantes, o revolucionário deve estar situado ao lado do tarado, entre o estudioso de psicologia, e debaixo do consumidor das marias-moles religiosas que ainda prefere comprar os produtos autênticos.

Castaneda é o aproveitador das minorias perdidas, o amplificador de sussurros indígenas, cujas principais contribuições à cultura ocidental parecem ser o *peyotl* e o xamanismo. É claro que tem mercado para tudo; o próprio Huxley esteve na Califórnia, e é lá que se passa a primeira parte de *After Many a Summer*. Mas também não deixa de ser lamentável, por mais que a cultura do surfe tenha conotações helenísticas, hadriânicas, que uma certa tendência cultural moderna seja tão ocidental, mas tão ocidental, que só se encontre na Califórnia. Quando Robin Hood se transforma no Zorro, está na hora de trocar de canal. (Alfredo Grieco)

(1) *De longe a melhor tradução*. Dantas, em Francisco e Rasputin, chega a cometer a barbaridade de traduzir o nome de Frei Genebro, um amigueto de São Francisco, por frei Juniper. Juniper/Genebro são a mesma pessoa; a história do pernil de porco proibido está em *Eça de Queiroz*. Frei Genebro, em *Vida dos Santos*.

CENSURA

O volume de cortes é sempre maior

Às vésperas do novo anteprojeto de uma nova legislação sobre censura, constata-se uma mudança de tendência nos cortes por ela executados (há mais censura de livros que de filmes) e um aumento no volume de censurados (500% de janeiro a julho deste ano).

Dos 1 313 filmes submetidos apenas 10 foram interditados. Até mesmo os destinados à TV não sofreram nenhum corte, com exceção de um episódio da série *Havai 5-0*. Justificativa da censura: preservação da moral e dos bons costumes. Dos destinados aos cinemas, apenas 2, do grego Costa-Gravas, foi censurado por razões exclusivamente políticas.

No mesmo período houve a proibição de 48 livros: 13 de natureza político-ideológica e os demais porque eram "pornográficos". Os políticos: quatro obras de Lênin; *Rumo à Vitória*, de Álvaro Cunhal; *O Despertar da Revolução Brasileira*, de Márcio Moreira Alves; *ABC do Comunismo*, de Boukharine; *A Concepção das Superpotências*, de Pierre Maes; *O Papel da Mulher na Solução do Problema Feminino nos Países Socialistas*, de Unkolaiieva; *Os Comunistas e o Desporto*, de Laurente, Barran e Faure; *Os Sindicatos e a Gestão de Empresas na URSS*, de Lazarenko; *Um Português em Cuba*, de Alexandre Cabral; e *A União Popular e o Domínio da Economia*, de Philippe Herzog.

As razões dessa mudança são fáceis de serem percebidas. Os gastos na importação de um filme, mais suas legendas em português e a feitura de cópias para distribuição, pressupõem um investimento muito maior do que a tradução e a tiragem de um livro — ou a simples importação de edições portuguesas. E como a censura se preocupava mais com os filmes, as próprias companhias de cinema acabavam fazendo uma seleção prévia do que deveria ser importado ou não.

Segundo fontes oficiais, a nova censura se fará sem qualquer modificação de caráter ideológico. Palavras do coronel Moacyr Coelho, do Departamento de Polícia Federal: não haverá "abertura da censura e sim preocupação com um trabalho criterioso e inteligente".



MODELO PERUANO de NEIVA MOREIRA

É MAIS UM SENSACIONAL LANÇAMENTO DA EDITORA PAZ E TERRA

A VENDA NAS LIVRARIAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL RUA ABADE RAMOS 78 — RIO

SBPC

Na XXVII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada há duas semanas em Belo Horizonte, as mulheres conseguiram sensibilizar boa parte dos homens presentes com seus manifestos. Os físicos, por sua vez, abriram o jogo: eles se sentem "por fora" e querem participar.

Elas terão centro de estudo

O ciclo de estudos sobre a mulher brasileira, apresentado na XXVII reunião da SBPC, contou com 10 comunicações de pesquisas, dois simpósios, uma conferência e duas reuniões extras que surgiram da necessidade de se discutir mais o assunto. Ao final de uma das reuniões um repórter se aproximou de uma participante e perguntou: "Por que esse súbito interesse sobre mulher?"

Grande seriedade — Na verdade o interesse não é tão súbito quanto parecia ao repórter. Afinal, dona Bertha Lutz começou seu movimento feminista na década 20, pedindo o voto para as mulheres. O que na verdade surpreendeu a todos foi o grande número de pesquisas e estudos sobre a mulher apresentado semana passada em Belo Horizonte. O grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que hoje já conta com muitos trabalhos específicos, mais algumas sociólogas e economistas da Universidade de São Paulo e de Minas Gerais apresentaram trabalhos de grande seriedade que trouxeram boas explicações para a atual situação da mulher brasileira.

Essas reuniões contaram ainda com a participação de uma francesa e uma americana que, ao fazerem uma análise sobre a situação das mulheres em seus países, demonstraram algumas diferenças e outros tipos de

abordagem ao problema.

Explicar todo esse interesse é fácil: basta se pensar que, como profissionais, essas mulheres enfrentam, há mais de 10 anos, dificuldades imensas para impor esse tipo de pesquisa. Como afirmou a socióloga paulista Eva Alterman Blay, seu primeiro pedido de financiamento para uma pesquisa sobre o trabalho feminino, em 1962, quase foi negado. Hoje, no entanto, o estudo da mulher já não é mais visto como um assunto fora de propósitos científicos.

Mulheres x imprensa — O saldo positivo de todas essas reuniões foi a intensa participação do público que prolongava os debates até depois da hora. Numa delas fez-se um relato sobre a Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México, ao qual haviam comparecido quatro participantes das reuniões. Um relato bem diferente do que havia sido dado pelos grandes órgãos da imprensa. E foi por isto que, mais uma vez, *Veja* e *Pasquim* sofreram duras críticas por suas atitudes "porco-chovistas" com relação às mulheres. Diga-se de passagem que esta denúncia partiu de um sociólogo paulista.

A boa vontade do sociólogo, porém, não evitou que a total desinformação da maioria dos homens prejudicasse um pouco o bom andamento dos

trabalhos. Isto porque, enquanto a maioria das mulheres presentes já havia estudado e refletido sobre o assunto, eles se limitavam, como ficou demonstrado pelo tipo de pergunta que fizeram nos debates, a espelhar o noticiário da grande imprensa.

Chacotas machistas — O próprio presidente da SBPC, professor Oscar Salla, ao anunciar na Assembléia Geral a existência de duas moções do ciclo de estudos da mulher, fê-lo com um sorriso irônico nos lábios, que foi acompanhado de risinhos da platéia.

A primeira moção pedia à SBPC que se manifestasse a respeito do Plano de Ação aprovado no México, cujas metas principais devem ser alcançadas até 1980. A segunda diz respeito ao novo código civil que representa um retrocesso no status jurídico da mulher. Nada risível, portanto.

Devido a todas essas atitudes as participantes resolveram levar adiante a idéia da formação de um centro de estudos sobre a mulher brasileira. Esta idéia fazia parte das conclusões da Semana sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, realizada no Rio, na primeira semana de julho. Com sede no Rio, o centro deverá reunir todos os dados existentes e patrocinar outros congressos, reuniões e conferências com a ajuda de futuras subedes nos outros estados. (Elice Munerato)

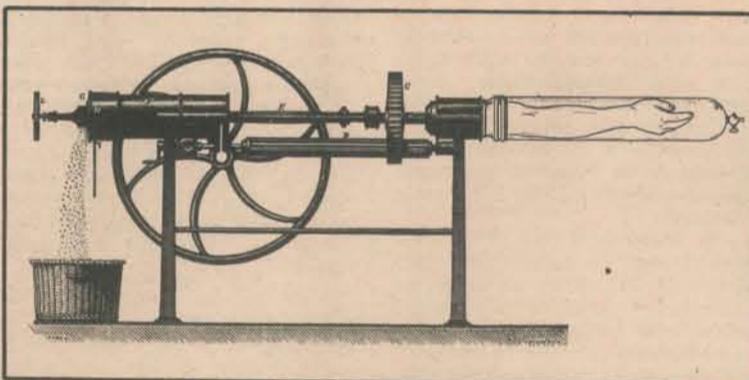
Eles não querem tecnocracia

Durante a reunião da SBPC, os físicos preferiram assistir aos simpósios de antropologia e sociologia. Desconhecidos, sentados no chão ou encostados pelas paredes dos auditórios (a notícia sobre o interesse do simpósio vinha sempre em cima da hora, e era difícil conseguir lugar na sala), eram também ignorados pela mesa: no debate sobre os índios do qual participou Villas-Boas, o dirigente de um grande departamento de física esbravejou tentando apartear a mesa. E não conseguiu dar o aparte.

Centro e modelo — Parábola? Pode ser. Qual sua moral? Vamos procurá-la. Segundo as concepções correntes, a física é centro e modelo na família das ciências. É modelo por ser a única ciência exata — e a exatidão é vista como sendo o critério fundamental para a cientificidade de qualquer disciplina. E como é exata a física! Ela calcula (praticamente sem erro) desde fenômenos subatômicos até as explosões das supernovas. E de seus cálculos depende muito dinheiro: motores a explosão, sistemas elétricos, a rede interna dos computadores, a energia nuclear. E é também o centro das ciências: o que estas têm de exatas, devem-no a seu parentesco à física ou ao fato de procurarem se assemelhar à física. E, mais importante, um físico bem treinado pode dominar com certa facilidade áreas amplas de outras ciências: matemática, química, biologia, e mesmo as ciências sociais. Não há outro profissional tão bem situado.

Por que, então, em Belo Horizonte, os físicos preferiram as atividades na área das ciências sociais às suas próprias atividades? Por que foram tão concorridos os simpósios sobre história e ciência, sobre o papel da pesquisa? Por que se aproveitaram todas as oportunidades para a discussão de qualquer coisa onde não fosse a física o tema central (mesmo que às vezes, servisse de pretexto) do acordo nuclear aos índios?

Por fora — Os cientistas, de um



modo geral — e mais agudamente físicos — se sentem "por fora". "Querem participar". Não devia ser assim, já que é um lugar-comum de nossa sociologia-de-colunismo dizer-se que "quem manda é o tecnocrata", e quem dá ao tecnocrata os seus instrumentos são os cientistas. No entanto, é óbvio que os cientistas "estão por fora". O saber fornece os instrumentos para que o poder se exerça, mas quem tem o saber não tem o poder.

As relações entre o saber e o poder são complicadas e sua divisão é antiga, mantendo-se intacta nas diversas formações sociais que se têm sucedido ao longo da história do Ocidente. Se distinguirmos entre ciência e tecnologia, poderemos ver esta última como sendo o instrumento específico de que se serve o poder social. Mas não podemos separá-la da ciência; no máximo será o trabalho científico o lado luminoso, "digno e desinteressado" ao qual serve como sombra (e às vezes bode expiatório) a tecnologia. Por que então se separam saber e poder?

Um primeiro nível de análise, que tem tido bastante divulgação ultimamente (e que foi inclusive discutido em Belo Horizonte) mostra que sempre a ciência ocidental se desenvolveu servindo ao poder, vendendo seus produtos — o conhecimento — a quem iria empregá-los em atos de conquista,

dominação e subjugação. Exemplos bem arcaicos (para não nos servirmos dos recentes): a cartografia portuguesa — desenvolvida no esforço das grandes navegações do século XV; Leonardo da Vinci e Galileu, que dependeram do patronato dos Sforza, dos reis franceses, do papado e dos Médicis (e não é ignorável a produção bélica de Leonardo e Galileu).

Nova ansiedade — Hoje em dia o processo se agudizou. A divisão do trabalho científico é de tal ordem que foi perdida de vista a "aplicabilidade" do produto de um pensador — ou mesmo de um grupo de pesquisa, ou de uma escola. Dividir para dominar? É possível. E é possível que o comportamento dos cientistas em Belo Horizonte — subitamente conscientes de que o poder social deles se utiliza sem que lhes seja possível interferir no exercício de tal poder — seja uma recém-nascida ansiedade diante de toda esta situação. Pois é duro fazer a coisa e não gozar de seu uso.

Este é um primeiro nível da análise. Há outro mais profundo. A divisão entre saber e poder percorre todo o Ocidente, intacta nas diversas formações sociais que constituem nossa história. É uma constante ideológica, mantendo-se apesar das variadas mudanças na estrutura das relações sociais. Por quê? (Francisco Antonio Doria)

ARTES PLÁSTICAS

Luz! Câmera! Ação!
Olha o audiovisual

Deslocado da sala de aula e do stand de propaganda para o museu ou para a galeria, o audiovisual perdeu, no processo de passagem, sua utilidade e seu caráter pragmático. Antes era usado como técnica de ensino (quem não se lembra dos primórdios do ensino técnico de línguas estrangeiras?) ou como meio de convencimento rápido (quem não comprou alguma mercadoria devido à eficiência de um audiovisual?). Depois, passou a ser usado como linguagem artística, ou seja: transmitindo um discurso que se propõe a representar alguma coisa para o espectador interessado em "arte". Nesse alguma coisa é que reside, a nosso ver, o grande valor e originalidade dos audiovisuais de Frederico Morais apresentados na Bolsa de Arte, na semana retrasada.

A forma afrontada — Na passagem e na transformação, o audiovisual poderia ter caído ou num ensinamento (prazer da nova linguagem pela nova linguagem) ou na gratuidade da pesquisa que apenas procura a "beleza" do movimento de imagem e som conjugados — e que se contenta com ela. No entanto, logo no início de suas preocupações, vemos Frederico, de câmara e gravador, afrontando a forma artística que se encontrava dentro do museu e opondo a ela, numa montagem que os cineastas chamariam de cinesentiana, diversos outros objetos-da-realidade, mostrando uma correlação íntima entre os dois. Foi o momento da "arqueologia do urbano" estabelecida em *Memória da Paisagem* (1970). Nessa correlação entre o "artístico" e o "real", Frederico abalava de certo modo os alicerces sólidos do museu e seus pertences, ao extrapolá-los em comparação para o espaço da própria cidade, e abalava ainda o texto crítico tradicional, pois saía-se do comentário escrito e teórico sobre trabalhos de artistas, para uma linguagem não verbal e sobretudo criativa. E, como contrapeso, conforme ele mesmo teorizou, criava-se a possibilidade de uma nova categoria dentro das categorias já clássicas das artes plásticas: o "objeto".

Mas esta nova categoria, o objeto, não deve ser compreendida como uma-mais, mas antes como "a negação de todas as categorias". Ou seja: aquela que colocaria em xeque as divisões tradicionais (pintura, escultura etc.) por ser capaz de aprisionar as formas artísticas pela representação fotográfica, como também por comportar ao mesmo tempo um julgamento crítico sobre elas. É claro que, quando falamos em "negação", existe no nosso texto (ou melhor: nas palavras de Frederico) um radicalismo que não pode existir sozinho e absoluto na realidade diária das artes plásticas em qualquer continente e hora. Continuasse a fazer pintura, escultura etc., mas ao mesmo tempo existe um elemento "pernicioso" que se intromete no reino podre e tranqüilo da dinamarca para bagunçar as coisas.

Marcas invisíveis — Frederico propõe explorar o potencial latente do audiovisual enquanto possibilidade de representar as suas próprias obsessões

com relação aos objetos ou aos textos de suas leituras. Exemplo inicial e marcante dessa nova atitude seria *Cantares* (1971), onde alia a música clássica e a despreziosa bobina mágica que caminha pela cidade. Caminha pela cidade deixando suas marcas invisíveis, apenas visíveis na película do filme que tinha ido gravando os seus devaneios de bobina pelos pontos atraentes e inesperados da cidade.

O audiovisual — seu resultado final — é o drama desse sherlock holmes-fotógrafo que tinha saído à procura da fugidia bobina que misteriosamente aparecia e desaparecia — por conta própria — nos lugares mais inusitados do Rio de Janeiro. De volta ao laboratório, sherlock holmes revelava o filme e revelava-se o percurso: revelavam-se as pegadas, e surgia do acontecimento estranho apenas a sua documentação.

Dentro dessa mesma linha de pesquisa, parece-me que o trabalho mais bem realizado é *Arte: percurso do objeto ao corpo*, onde a câmara explora os rostos de várias testemunhas oculares, enquanto o gravador registra os seus depoimentos, com relação ao corpo vagabundo e andarilho do artista. O artista, em determinada manhã, tinha deixado suas pegadas e marcas dígito-corporais pelos pontos mais variados de um périplo burguês carioca, e o audiovisual (qual moderno homero) revela através de testemunhas e depoimentos de esposa, filho, vizinha, empregada, patrões, donas de casa, lojistas etc. toda a sua estranha e cotidiana aventura. Sintomaticamente, o artista o chamou de "percurso do objeto ao corpo", e o data de 1974. Mas, dentro do nosso raciocínio, o chamáramos antes de "percurso do corpo à linguagem".

Didático e persuasivo — Em *Apimentada sim, cruel nunca* (1974), o audiovisual assume exatamente as duas funções que tinha quando era usado em sala de aula ou em stand de propaganda: o didático e a persuasão. Assume uma linguagem pragmática e explora todas as possibilidades de denúncia de uma dada realidade social, em que a linguagem reacionária e ufanista dos *out doors* e da propaganda radiofônica é questionada.

Frederico não tenta suavizar esse aspecto demagógico do audiovisual. Ao contrário, num filme sobre a propaganda explora os recursos baratos da publicidade, como um artista plástico, por exemplo, rouba um "Sagrado Coração" de uma sala pequeno-burguesa e o erige em quadro *kitsch*, ou como Caetano roubou *Coração Materno*, de Vicente Celestino.

Em outro trabalho, assistimos a uma seqüência de cenas do Maracanã em que a torcida é introduzida por uma voz que diz: "Trabalhadores do Brasil". Essa voz é logo silenciada por uma música triste e apunhalante, que comenta bizarramente as cenas de euforia que se seguem. Parece que Frederico está querendo nos dizer que a demagogia usada criticamente, em momentos de duro silêncio forçado, é o pão e o sangue de cada um. (Sylviano Santiago)

	FERNANDA MONTENEGRO ARY FONTOURA FERNANDO TORRES SUZU ARRUDA EDUARDO TORNAGHI DIREÇÃO: FERNANDO TORRES CENÁRIO: KALMA MURTINHO	4as. e 6as. feiras: às 21 horas 5as. feiras: às 17 e 21 horas Sábados: às 20 e 22,30 hs. Domingos: às 18 e 21 horas
	TEATRO GLÓRIA RESERVAS 245-5527 MONACO BOUTIQUE VESTE FERNANDA JOPAR LANÇAMENTOS VESTE OS ATORES	

MOVIMENTO

À cabeceira do homem

Numa época em que as grandes editoras se empenham na ociosa disputa de imitar as revistas ditas masculinas estrangeiras (a Três lançou *Status*, a Abril lança esta semana *Homem* e a Bloch já prometeu entrar na briga), o retorno às bancas do *Livro de Cabeceira do Homem* é, como se dizia nos antigos discursos, motivo de júbilo. Em sua nova fase, sob a coordenação do jornalista e escritor João Antônio, essa publicação bimestral da Civilização Brasileira não se destina a grã-finos carentes de dicas sopradas de além-mar nem a priapos enrustidos nos prazeres de Ogan. O novo *LCH*, escrito em linguagem de alta voltagem literária, fala de gente pobre, subúrbios, bicheiros, homossexuais e outras minorias — entre as quais o Corinthians (que há 20 anos não consegue sagrar-se campeão paulista). Serve ainda como uma indispensável linha auxiliar de um novo jornalismo: não o copiado do americano Tom Wolfe, mas um novo novo frieza. E, tentação dos jornalistas de jornais e revistas bem comportados, com a grafia dos palavrões indelével ao eufemismo dos três pontinhos. Dos quatro assuntos anunciados na capa, o melhor é a magnífica reportagem sobre Caxias, feita por José Castello Branco. O segundo não está na capa: é um relato do enterro de Natal da Portela, incrementado por Juarez Barroso (depois que o texto original, embora bem menor, não foi aproveitado pelo *Jornal do Brasil*).



À cabeceira da mulher

Por que separar os sexos na hora da leitura? O aproveitamento editorial de um título como *O Livro de Cabeceira da Mulher* só se justificaria se houvesse uma preocupação específica de valorizar a mulher.

Infelizmente não é isso o que acontece. A começar pela capa, todas as fotos são de homens. A única exceção pertence a Eva Braun, em segundo plano. Dentro, a matéria sobre a amante de Hitler não a retira do segundo plano. Pelo contrário, ajuda a perceber que, na filosofia nazista, a mulher só teria chance de vida servindo ao homem que lutava pela "causa". A mulher, quanto mais distante do poder, melhor.

Dos 14 títulos, apenas oito são assinados por mulheres. No *Livro de Cabeceira do Homem*, em compensação, não há sequer uma representante do sexo feminino. Por que a recíproca não pode ser verdadeira? Uma consulta superficial às redações de jornais e à lista de *best sellers* certamente produziria muitos nomes de mulheres que poderiam, sem dificuldades, cumprir as mesmas tarefas.

Entre todos os artigos, apenas três interessam diretamente à mulher. Isto não quer dizer que a mulher seja um ser à parte, mas, já que se fez um livro especial em seu nome, o mínimo que se poderia esperar é que ela fosse o tema central. Ou, pelo menos, que os temas apresentados jogassem alguma luz sobre a sua situação. Nesse sentido, somente o diário de Eva Braun e o artigo de Heleneida Studart sobre feminismo acrescentam alguma coisa.



Dorotéia na paulicéia

Em 1947, Nelson Rodrigues escreveu uma de suas farsas menos famosas (*Dorotéia*), que levou mais de um ano para ser encenada no Teatro Municipal do Rio, com Luiza Barrêto Leite. Na semana passada, os paulistas puderam rever a farsa. Está no Piccolo Teatro (Alameda Barros, 95), em horário insólito (meia-noite), sendo que às segundas-feiras (feriado teatral) o espetáculo é especialmente dedicado à classe e aos críticos. Sempre ao preço de Cr\$40,00 e Cr\$25,00 (estudantes).

No elenco, Luís Otávio Brandão faz Dorotéia, Fernando Mendonça faz Dona Maura, Midi Nogueira faz Dona Carmelita, José Augusto faz Maria das Dorés e o diretor Ronaldo Brandão, irmão de Luís Otávio, faz Dona Flávia. Isto mesmo: atores em papéis femininos, "velhas neuróticas e hipócritas e prostitutas" — sem travesti nem androgenia, coisas pobres e *démodes*. Shakespeare já fez o mesmo sem causar escândalo.

Brandão, o diretor-ator, mineiro de 36 anos, ex-crítico de cinema e cronista social, abandonou tudo para se lançar de corpo e alma na ribalta, quando possível itinerante e sem subvenções governamentais. Vittorio Gassman já fez o mesmo e deu certo.

Definido como um musical *camp*, "ridículo e inocente", o espetáculo já esteve em Vitória, onde foi visto por mais de 3 mil pessoas, e em Belo Horizonte, onde as opiniões, como de hábito, se dividiram.

Brandão já dirigiu *Beijo no Asfalto*, também de Nelson Rodrigues, e a primeira peça de um jovem autor da moda, Flávio Rêveillon Márcio, intitulada *In Memoriam* — em memória de Marilyn Monroe. Depois da temporada paulista, o grupo partirá para onde "der o vento e os fluidos levarem".

Orfeu dá samba

No último carnaval carioca, Jorge de Lima deu o enredo para a Mangueira. Recentemente, na *Veja*, ao fazer uma resenha das obras completas do poeta, editadas pela Aguilar, o crítico Leo Gilson Ribeiro vaticinou: "Agora, no país do carnaval, é possível que o Brasil descubra o musicalíssimo cantor da ilha mágica de encanto para o ouvido: A ilha ninguém achou/ Porque todos sabíamos/Mesmo nos olhos havia/ Uma clara geografia". Pois bem, para o próximo carnaval, a Escola de Samba Unidos de Vila Isabel promete desfilhar na avenida com a *Invenção de Orfeu*, justamente do musicalíssimo Jorge de Lima. Explicação da comissão de Vila Isabel, responsável pela escolha: "Trata-se de uma ilha imaginária, carnavalesca e teatral, em meio a uma ciranda de imagens e símbolos imponderáveis".

Zero em português

Primeiro, Ignácio de Loyola, jornalista e escritor brasileiro, escreveu seu romance em português e intitulou-o *Zero*. Depois, os editores brasileiros se recusaram a publicá-lo. Foi então que a Feltrinelli, italiana, resolveu traduzi-lo. E a primeira edição se esgotou. Pronto: de repente, nada menos que cinco editoras brasileiras enviaram cartas a Loyola pedindo os direitos para o Brasil de *Zero*. A mais astuta foi a Brasília, sediada no Rio, que se comunicou direto com a Itália, e comprou os direitos. Esta semana, a edição brasileira de *Zero* estará nas livrarias. Já refeito das decepções que teve com o mercado editorial brasileiro, Loyola confessa: "Gostei de trabalhar com eles (isto é, a Editora Brasília). Lígia Jobim, a dona, cuida de tudo com o maior carinho e interesse. Até me sinto importante como autor". A ação de *Zero* se passa nos últimos 10 anos num país da América Latina (fusão de latinos com índios), sob um regime fortíssimo. Quem já o leu (das mãos do autor ou em italiano) diz que, vez por outra, há humor — um tanto desperado, mas humor.



Escândalos no Museu

Eddie Cantor, pintado de preto e fantasiado de imperador romano. A seu lado, Ruth Etting, debutando no cinema (mais tarde, Doris Day contaria sua vida em *Amanhecer ou Esquece-me*). E as apetitosas coristas de Samuel Goldwyn, entre as quais Lucille Ball, Betty Grable e Paulette Goddard (louríssima). Eddie canta a maioria dos números: *Keep Young and Beautiful*, *When We Build a Little Home*, *Rome Wasn't Built in a Day*, *Put a Tax on Love*. E Ruth sola *No More Love*. Com tudo isto mais a coreografia delirante de Busby Berkeley e a fotografia de Greg Caidão Kane Tolland — *Escândalos Romanos (Roman Scandals)* dirigido por Frank Tuttle em 1933, tornou-se um dos musicais mais eróticos do cinema. Para escrevê-lo (de parceria com Robert Sherwood), George Kaufman exigiu carta branca de Goldwyn e distância de Eddie Cantor. Mas um dia, antes mesmo do início das filmagens, Eddie meteu o bedelho e desfez o *agrément* entre o teatrólogo e o produtor. Kaufman pediu demissão e indenização — e ganhou tudo. O filme passa este sábado, às 18h 30min na Cinemateca do MAM do Rio. E será repetido no domingo, 27, às 20h 30min, e terça, às 18h 30min.

Debate paulista

Quem ainda não leu *Debate e Crítica* (revista quadrimestral de ciências sociais, editada pela HUCITEC, rua Beneficência Portuguesa, 44, 1.º andar, sala 105, São Paulo) não sabe o que está perdendo. Ou o que já perdeu nos cinco primeiros números: entre outros ensaios, o populismo analisado por Octávio Ianni, a repartição da renda nacional examinada por Paul Singer, o sionismo avaliado por Jaime Pinsky, a democracia esmiuçada por Fernando Henrique Cardoso, os novos mandarins da sociologia interpelados por Florestan Fernandes e os historiadores

brasileiros chamados às falas por Carlos Guilherme Mota.

O sexto, referente a julho de 1975, acaba de sair. Com trabalhos de Caio Prado Júnior, Luís Alfredo Tavares de Almeida, Peter Fry (sobre umbanda e pentecostalismo), Alfredo Bosi, Octávio Ianni (sobre escravidão e história), Gilberto Vasconcelos (sobre a geléia geral do tropicalismo) e J. A. Guilhon Albuquerque (sobre política e segurança nacional). Além desta frase de Antônio Gramsci: "Todos os homens são intelectuais — pode-se dizer; mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais. Não se pode separar o *Homo faber* do *Homo sapiens*. Todo homem, fora da sua profissão, exerce alguma atividade intelectual, é um 'filósofo', um artista, um homem de gosto, participa de um concepção do mundo, tem uma linha de conduta moral: contribui para sustentar ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novos modos de pensar".

Polêmica mineira

O pensamento da CEPAL contribuiu de alguma forma, para o conhecimento da sociedade. A maior parte de seus opositores, pelo contrário (citemos como exemplo Mário Henrique Simonsen, Carlos Geraldo Langoni, Roberto Campos, Delfim Netto), sabe a quem serve e não contribuiu, absolutamente nada, para nenhum conhecimento. Nem é preciso insistir sobre a superioridade, inclusive no plano moral, dos cepalinos sobre esses opositores." (Editorial)

"A simbiose Estado-empresa, de que o caso governo de Minas-Fiat é quase um caso-puro, é a forma de crescimento capitalista em economias como a brasileira, uma mal-formação que arranca sua vitalidade do fato de que, por condições políticas peculiares, a exploração do trabalho pode ser levada aos limites mais exagerados da mente tecnocrática mais desvairada. O Estado funciona como um navio-varredor, limpando o terreno onde a empresa privada vai colher os frutos do trabalho. Primeiro, o Estado, através do seu poder de coerção, transfere os

custos para a sociedade; segundo, a empresa privatiza os frutos dessa socialização e da exploração do trabalho. O leilão é apenas uma imagem cingênea dessa atordoante realidade." (Francisco de Oliveira)

Isto é apenas uma amostra do que pode ser lido nas 90 páginas de *Polêmica* (n.º 2, Cr\$ 5,00), publicação do Centro de Estudos de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais. Ainda no mesmo número: um estudo sobre o segundo governo de Getúlio Vargas, um ensaio de Florestan Fernandes sobre democracia e desenvolvimento e a tradução de uma análise das origens e do declínio da economia política feita pelo trotskista Ernest Mandel.



A vez dos latinos

O melhor livro de ficção editado no Brasil este mês é uma revista. Mais precisamente uma revista de propostas culturais duvidosas: *Status*, o *Playboy* da Editora Três. Seu número extra que está nas bancas oferece 20 contos latino-americanos pelo preço quase ridículo de Cr\$ 1,00 cada, um. Alguns dos autores, como Borges, Cortázar, Carpentier, Juan Rulfo, Fuentes, Vargas Llosa e Onetti, já são conhecidos no mercado editorial brasileiro. Outros, como o uruguaio Eduardo Galeano e o mexicano José Revueltas, precisavam ser descobertos com urgência. Atração especial: contos inéditos dos brasileiros Rubem Fonseca, José J. Veiga, Sérgio Sant'Anna, Ricardo Ramos, Dalton Trevisan e Nélida Piñón.

Continuamos descobrindo petróleo, mas temos um pedido a lhe fazer:

Economize gasolina

combata o desperdício PETROBRAS

DISCOS



Caetano em dobro

Jóia, Caetano Veloso (Philips/Phonogram)
Qualquer Coisa, Caetano Veloso (Philips/Phonogram)

"Gosto muito desses discos. Não que esteja tudo bem, ou tudo bonito, ou coisa assim. Não está tudo genial, nem tudo é conseguido. Mas estão na minha medida" (Caetano Veloso).

Qual a medida de uma pessoa como Caetano Veloso? Ou melhor, qual a medida que é atribuída a ele, e qual a medida que ele se atribui a si mesmo? Ou ainda: até que ponto essas medidas coincidem?

Caetano Veloso, até pelo menos o ano passado, ainda estava pagando os ônus de, um dia, ter sido agente de mudança, revisor e ebulição na vida brasileira. E muito duro o papel do líder. Mais duro ainda é o do ex-líder. Num determinado momento uma determinada pessoa vê — no sentido mais amplo da palavra — e toma a si a tarefa de moldar, pelo menos em parte, o que viu. Para si próprio, é uma tarefa, um trabalho com prazo certo e intenções definidas. Finda a obra, ele pensa, está findo, retomo o curso das coisas. Mas ele não pode: já se fez líder, já se expôs. O resto de sua carreira ele pagará algum preço por isso. Na mesma década de Caetano, encontro casos muito semelhantes: aqui mesmo no Brasil, Chico Buarque, atuando numa área paralela à dele; no exterior, Bob Dylan, um exemplo assombrosamente similar desse conflito entre o agente e o criador.

Surdina laboriosa — Tudo isso a propósito do último lançamento de Caetano Veloso, dois discos repletos de belas canções, sons serenos e arranjos limpos que deveriam ser fáceis de explicar se não tivessem sido inventados a partir de Caetano Veloso. Como ver, a medida de Caetano Veloso? Sua própria presença já é uma informação a mais, talvez a informação mais importante. É sabido o caso do LP *Aruca Azul*: milhares de pessoas compraram o disco e, depois de ouvi-lo em casa, devolveram. Tinham comprado o nome/figura de Caetano Veloso. E, de algum modo, a música estralçada que o álbum continha não se ajustou a esse retrato.

Para diminuir a incidência desses equívocos e para despir a carga pesada da liderança, Caetano tem-se mantido numa espécie de surdina laboriosa desde que retornou ao Brasil em 1971. Há um ano atrás Gilberto Gil dizia

sobre ele a *Opinião*: "Caetano está muito mais tranqüilo, conseguiu liberar o trabalho dele desses compromissos industriais. Ele está muito mais livre dessas garras da idolatria". E o próprio Caetano falava constantemente de uma necessidade de "fazer música e não história", e "desacelerar as expectativas de liderança". Para se adaptar a esse novo papel de obreiro comum na colmeia da música popular, Caetano está fazendo psicanálise há mais de um ano. Para ele também não deve ter sido fácil.

Singeleza complexa — É nesse processo de deliberada desaceleração que *Jóia* e *Qualquer Coisa* devem ser entendidos. São dois discos fecundos e simples, do tipo que cresce a cada nova escutada. A complexidade da singeleza. O despojamento quase inocente que em geral se obtém depois de tentar quase todos os caminhos possíveis (e de novo a comparação com Bob Dylan é quase inevitável, e o próprio Caetano dá a pista enumerando o LP ao vivo de Dylan como um dos tópicos do "Manifesto Qualquer Coisa").

Não há nenhum mistério no fato de serem dois os discos: há dois anos afastado dos estúdios, Caetano tinha juntado um imenso repertório de canções novas e interpretações de material alheio, que em geral eram desenvolvidas em seus *shows*. Também não há razão para especulações em torno do porquê de cada disco: Caetano simplesmente separou intuitivamente dois lados de sua produção para, como ele mesmo diz, "não obrigar as pessoas a comprarem um álbum duplo quando elas só queriam uma coisa".

E os manifestos? E essa história de movimento jóia e movimento qualquer coisa (1)? Uma brincadeira, uma peça promocional dos álbuns, explica Caetano. Na verdade, o ato final desse despir-se. Em 68, 69, ele e outros tomaram a si modificar as leis de mudança na música brasileira. Agora, momento outro, ele se afasta definitivamente disso com um último gesto: brinca de manifesto. "Esses manifestos são uma total maluquice", diz ele, bem humorado. Mas acrescenta: "No entanto, é tudo sincero. Escrevi aquilo sentindo aquilo mesmo".

E na verdade, para que procurar intenções, gestos, significados ocultos? O que o público tem à sua disposição são nada mais nada menos que 25 faixas de bonita, substancial, alimentícia música.

O poder do canto — Dessas 25, nove

são peças alheias, e uma é uma versão (*Drume Negrinha*, um acalanto cubano que Caetano adaptou pensando em Preta, filha de Gilberto Gil). "São simplesmente músicas que eu tinha vontade de cantar, e canto. Não canto pra recriar, ou algo assim. Canto porque sinto afinidade com elas." Muito bem: então, antes de mais nada, Caetano demonstra claramente o poder do canto. Sem mais nada; e precisa? Já foi dito que ele é um dos maiores cantores da música brasileira. Estes discos — em especial o *Qualquer Coisa*, onde estão oito das músicas alheias — comprovam-no plenamente. Mesmo sem a intenção de "recriar, ou algo assim", ele transforma intensamente as músicas que canta. As quatro dos Beatles, por exemplo (2), se tornam íntimas, brasileiras, confidenciais. *Jorge de Capadocia*, de Jorge Ben, um tributo comovente a quem Caetano chama de "mestre"; o próprio Jorge ("foi ele mesmo que foi me ensinando a cantar essa canção. Com toda a paciência, vinha aqui em casa e me ensinava").

As 15 músicas originais são de todo surpreendentes, enquanto singelas. Nelas, é possível distinguir dois lados claros que, segundo o próprio Caetano, não obedecem a nenhuma tendência definida ou fase cronológica mas são bem diferenciados um do outro. De um lado há todo um lote de peças ásperas, rudes, estranhas, que de imediato não é possível enquadrar em nenhuma referência conhecida. São as canções *Guá*, *Pelos Olhos*, *Asa*, *Pipoca Moderna*, *Tudo Tudo*, *Gravidade* e *Jóia*.

Índios do Xingu — Em todas, uma constante: o acompanhamento insólito da percussão, a linearidade da melodia, o derradeiro estralçar do tempo pela palavra (um antigo projeto de Caetano). Em *Asa*, Caetano fixa o voo, imóvel: "Pássaro um/pássaro pairando/pássaro momento/pássaro ar". Em *Pelos Olhos* ele isola a luz e investiga-a intensamente: "O deus que mora na proximidade do haver avencas/esse deus das avencas/é a luz saindo pelos olhos". E em *Jóia*, afinal, domina o tempo, numa câmera lenta quase infinita: três vozes paralelas repetem incessantemente os dois momentos da América do Sul, o do selvagem colhendo o caju, o da menina bebendo Coca-Cola.

Experimentalismo gratuito? A beleza absoluta, desarmada, a pobreza despreziosa dessas canções antes instigam do que irritam. Convidam. Caetano explica a fonte comum de inspiração desse lado de seu trabalho: são os cantos dos índios do Xingu, que ele ouviu muito durante e depois do último circuito universitário e que o fascinaram "por serem uma coisa fresca, nova, não no sentido da novidade mas do imprevisível, do diferente do padrão usual de criação".

Apenas rascunhando — O outro lado, que se poderia chamar de "qualquer coisa", são as canções intensamente melódicas em que Caetano retoma sua sabida capacidade de contar coisas, narrar impressões. "Teria sido na praia, medo/vai ser um erro/ da palavra, a palavra errada/nada, nada, basta quase nada/ e eu já quase te gosto", um dos instantes de *Du Maior Importância*. "Todo dia, o sol levanta/ e a gente canta ao sol de todo dia/ fim da tarde a terra chora/ e a gente chora porque finda a tarde", ele vai narrando em *Canto do Povo de Um Lugar*, que, muito a propósito, começou como um acalanto para seu filho Moreno.

E enfim, nem tudo é genial, nem tudo é conseguido. Sobre os cantos do Xingu, por exemplo, sente-se que Caetano está apenas rascunhando. Mas é essa a sua medida, o seu trabalho. O canto, as palavras, o acompanhamento singelo de violão, percussão, às vezes um pequeno grupo. É música, e é um momento. Como ele próprio já perguntou há muito tempo atrás, por que não? (*Ana Maria Bahiana*)

(1) Feitos a partir de um pedido da companhia de discos, os manifestos foram distribuídos à imprensa como peça promocional.

(2) Help, no disco Jóia; Eleanor Rigby, For No One e Lady Madonna no disco Qualquer Coisa.

CINEMA

Sin lagrimas y con sangre

O novo cinema mexicano, revelado pela Cinemateca do MAM, é bem diferente daquele repleto de maracas e mães solteiras dos tempos da Pelmex. O público brasileiro deveria conhecê-lo melhor. O que pode acontecer com a estréia de "Mecânica Nacional".

É possível que o sucesso de estima de *Reed: México Insurgente*, que colheu inclusive bons resultados de bilheteria junto ao público carioca, prenuncie uma diversificação da rotina da programação cinematográfica das nossas salas. A Pelmex, organismo oficial para a distribuição internacional da produção mexicana, tem trazido para o Brasil filmes que podem despertar o interesse de uma platéia mais sofisticada do que a que há alguns lustros consumia os melodramas de *sangre y lágrimas* nos programas duplos de subúrbio. Mas os exibidores locais vêm respondendo a estas novas ofertas com reticências, desinteresse e medo de arriscar. Talvez acreditem ainda nas supostamente exclusivas virtudes do velho dramalhão mexicano como aliciador de audiências.

Esta mística, que na verdade se justificava muito mais pela receptividade desse tipo de filmes nos demais mercados latino-americanos do que no Brasil, pode estar em vias de sofrer o seu golpe de misericórdia. Mal ou bem, um bom segmento da produção mexicana atual revela uma tendência renovadora que pode ser avaliada na recente *Semana promovida pela Cinemateca do Museu de Arte Moderna no cinema Lido 2 no Rio*. E são esses filmes que espelham uma nova imagem que os dirigentes e exportadores mexicanos desejam vender ao estrangeiro.

Recuperação cultural — Desde que assumiu a direção geral do Banco Nacional de Cinematografia, Rodolfo Echeverría — irmão do presidente mexicano — se preocupa em devolver prestígio internacional e glórias festivas ao cinema da terra de Emilio ("Índio") Fernandez. Ato contínuo, passou a promover internamente uma política de "recuperação cultural", através de financiamento a cineastas de certo empenho autoral como Arturo Ripstein, Alberto Isaac, Felipe Cazals ou Luis Alcoriza. Não são poucas as reservas que estes e outros realizadores fazem à estrutura predominantemente estatal da produção mexicana — com o inevitável controle da liberdade de expressão decorrente — e à rigidez do sistema corporativista, muito próximo do estilo americano, e que, pela ação dos diversos sindicatos da classe, dificulta o desenvolvimento de uma produção independente e o acesso de novos elementos à profissão.

O debate prossegue, entre os profissionais das mais diversas tendências, sobre viabilidade e contradições do modelo mexicano de cinematografia. Os cineastas virtualmente não têm possibilidade de tangenciar os mecanismos do complexo estatal de produção e distribuição que, para agravar o dilema, lhes oferece tentadoras facilidades, como os muito oficiais e bem equipados estúdios Churubusco Azteca. Isto talvez explique um relativo acomodamento político, que se reflete na escassa tradição contestadora do cinema local e num certo estilo meio sobre o acadêmico, que debilita até mesmo as mais explícitas tentativas de crítica social.

Prestígio recuperado — De qualquer maneira, o sistema dirigista tem suas

vantagens. Echeverría pretende assegurar uma quota de 50% de ocupação das telas pela produção nacional, o que viria apenas responder a uma predisposição favorável do público. Dos filmes exibidos na mostra do Lido 2, quatro foram recordistas de receitas na temporada de 73: *El Castillo de la Pureza* (Arturo Ripstein), *El Rincon de las Virgenes* (Alberto Isaac), *Los Cachorros* (Jorge Fons) e sobretudo *Mecânica Nacional* (Luis Alcoriza), que ficou nove meses em cartaz. Não há perigo de se superestimarem estes resultados se se leva em conta que a proximidade dos "ricos irmãos do norte do Rio Grande" sempre foi um fator a mais a favorecer o saturamento dos circuitos mexicanos de toda sorte de produções americanas, de tipo A, B ou Z.

Outra conquista tem sido a recuperação gradual do prestígio externo nos mercados não hispânicos, junto aos quais o cinema mexicano, nos últimos 15 ou 20 anos, pouco mais significava que Emilio Fernandez e Buñuel, o exilado. Essa ofensiva tem mesmo ultrapassado as fronteiras das sessões de festivais e das freqüentes semanas e retrospectivas promovidas com patrocínio oficial nas grandes capitais. Vários filmes mexicanos desta nova safra têm ocupado salas do circuito comercial da Europa e América do Norte, naturalmente — e inevitavelmente — conquistando apenas a sua parte da irrisória fatia do bolo que o regime multinacional da comercialização cinematográfica "reserva", sem ameaças à sua hegemonia, para os produtores periféricos.

Escolha compreensível — Para chegar ao Rio, os ecos da renovação mexicana tiveram de esperar uma iniciativa da Cinemateca do MAM, pois nenhuma das Semanas oficiais, por razões obscuras, chegou a nos visitar. Quando da viagem ao Brasil do presidente Echeverría, no ano passado, alguns dos filmes agora representados mereceram sessões meteóricas e quase clandestinas no cinema Pirajá, enquanto *Los Cachorros* era lançado comercialmente no Pax. A rigor, todos os filmes exibidos semana passada no Lido 2 têm potencialmente boa viabilidade comercial no mercado brasileiro, se pelo menos um respaldo publicitário inteligente se propuser a superar o condicionamento do público à eterna ciranda dos produtos de língua inglesa, italiana ou francesa. Mas é com *Mecânica Nacional* que a Cinemateca, agora responsável pela programação do Lido 2, vai dar prosseguimento à divulgação do cinema latino-americano, que pretende privilegiar naquela sala.

Uma escolha compreensível, não só porque *Mecânica* já vem credenciado por uma acolhida espetacular no país de origem. O filme, uma tragicômica e hipertensa caricatura das mazelas da classe média mexicana, como que orquestra sinfonicamente alguns dos temas que *Guerra Conjugal* desenvolvia em registro camerístico. Como no filme de Joaquim Pedro de Andrade, a ambigüidade e o recurso ao riso amarelo talvez sejam dos poucos e melancólicos estandartes que restam aos cineastas tolhidos por formas variadas de censura. (Clóvis Marques)